Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º/19 225 6$00

10 DE DEZEMBRO

LISBOA CONTINUA SEM ÁGUA

BOMBISTAS JÁ VOTARAM

Dez mil quilos de roupa para lavar no Hospital de S. José

«Bicha» continua no chafariz do Largo do Rato

Garrafões, bidons, mangueira à mão: a tortura do lisboeta

Com uma antecedência de três dias, os bombistas, ao danificarem gravemente a conduta de água a Lisboa, já deram o seu voto: afectar a tranquilidade e segurança de mais de um milhão de cidadãos, tentar diminuir a importância que o acto eleitoral do próximo domingo tem para a consolidação do nosso Estado democrático. As forças reaccionárias e fascistas continuam a pôr em perigo as conquistas do 25 de Abril, confiadas na impunidade.

Enquanto as autoridades policiais continuavam, esta manhã, sem qualquer pista sobre os bombistas que, na madrugada de ontem, sabotaram o aqueduto Tejo, nas proximidades da Póvoa de Santa Iria grande parte da população de Lisboa e dos concelhos limítrofes saía à rua em busca de água, chegando mesmo a utilizar a existente em vários lagos públicos, como a nossa reportagem pode verificar no Campo Grande, na Avenida da Liberdade e no Jardim Constantino.

Houve mesmo certos locais, como por exemplo num chafariz situado à Igreja de S.Domingos, em que as pessoas mantiveram longas bichas durante a madrugada, utilizando toda a espécie de utensílios, desde a panela ao garrafão.

Também nos hospitais, sobretudo de Santa Maria e de S.José, a água dos reservatórios privativos ameaça faltar dentro de horas, apesar do consumo ter sido reduzido para metade e de continuamente chegarem ali autotanques dos bombeiros. Como consequência mais directa desta situação, grandes volumes de roupa suja já se aglomeravam nas lavandarias. Para efeitos de suplemento, os responsáveis do hospital de Santa Maria mandaram analisar ao Instituto Ricardo Jorge as águas de uns poços de reserva, estando agora a aguardar os resultados.

O Batalhão de Sapadores Bombeiros, que coordena as operações de fornecimento de água aos serviços públicos de urgência, dispõe de quinze autotanques fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Exército, com uma capacidade total de cerca de 120 mil litros para tentar suprir os 360 mil metros públicos diários em falta. «Desde ontem já recebemos milhares de pedidos, sobretudo de creches, lares, quartéis, hospitais e padarias», referiu um porta-voz daquela corporação, contando que um autotanque que, esta manhã, procedia ao reabastecimento de uma padaria, na zona de Arroios, foi positivamente assaltado por cerca de 300 pessoas. «Só nos deixaram em paz quando acedemos ao seu pedido de abastecimento», adiantou.

Já ontem, em muitas mercearias e supermercados da capital se tinham esgotado as águas minerais em garrafões, recursos dos habitantes, não só para a cozinha como também para a higiene pessoal.

Entretanto, segundo informa a E.P.A.L., os trabalhadores de

Continua na pág. 24

ELEIÇÕES DEPOIS DE AMANHÃ

Vinte e quatro horas de reflexão para onze horas nas urnas

Termina às 24 horas de hoje a campanha eleitoral com vista às autarquias locais. Amanhã, ao abrigo da lei, o dia será consagrado à «reflexão» do eleitorado, que deverá acorrer às urnas nas onze horas que medeiam entre as 8 e as 19 horas de domingo, dia 12.

Decorrendo ao longo de dez dias, a mais curta campanha realizada no quadro institucional, desde a promulgação da Constituição da República, foi ponteada por incidentes diversos e culminou com novas investidas bombistas, tendo a capital como palco.

Para além disto, estes dez dias foram caracterizados por uma relativamente fraca actividade partidária, apontando para uma tentativa de «desvalorização» política do próximo acto eleitoral. Com excepção da F.E.P.U., que promoveu milhares de iniciativas de propaganda e esclarecimento em todo o País, as restantes forças raramente vieram ao primeiro plano da cena nacional.

A despeito disto, para a maioria dos observadores é atribuída a estas eleições um significado que transcende as 4017 freguesias e 304 concelhos em jogo e que se projecta no futuro próximo do País, quer pela prova de confiança que poderão representar relativamente ao actual Governo, quer pelo peso que eventualmente terão junto dos órgãos do poder político-militar. A reter ainda que estas eleições decorrem em momento de agudização de conflitos, de que são exemplos a situação sindical e a legislação de trabalho, a austeridade e o aumento do custo de vida, a situação da Reforma Agrária e a ofensiva da reacção em todos os sectores da vida nacional.

Onze frentes e partidos concorrem a este acto eleitoral: P.S., F.E.P.U, P.S.D., C.D.S., G.D.U.P., M.R.P.P., P.C. de P. (m-l), L.C.I., P.R.T., P.P.M. e P.D.C. Para além destes, porém, em numerosas freguesias, nomeadamente de Lisboa, apresentam-se listas de grupos de cidadãos sem vinculação partidária e as quais, nos boletins de voto, serão designadas por números. No caso da capital, algumas destas listas são, todavia, apoiadas pela

Continua na pág. 24

Um director da PIDE em liberdade

Mais um «pide» saiu ontem em liberdade. Desta vez um director de serviços, de nome Manuel da Silva Clara, funcionário da Polícia política desde 1951, sendo sucessivamente inspector, subdirector de serviços, e director.

Graças à benevolência do tribunal e da legislação em vigor, o Manuel Clara foi condenado a 18 meses de prisão, considerados já cumpridos, pela prisão preventiva de 22 meses, já sofrida. O 4.º Tribunal, que a semana passada condenou um ex-chefe de brigada da P. I. D. E. a 5 anos de suspensão dos direitos políticos, era presidido pelo coronel Fernando Eugénio da Paiva Ribeiro, sendo juíz-auditor o dr. Francisco da Rocha Moreira e vogal o coronel Manuel Martins Pires. A acusação esteve a cargo do coronel Casimiro Dias Morgado e a defesa do dr. Joaquim da Ponte Valentim. Este seria, aliás, mais do que o Manuel Clara, a «figura» do julgamento. Foi ele que fez o elogio da P. I. D. E.; foi ele que considerou que a actividade da polícia política não era criminosa, embora se saiba que era condenada por textos de direito internacional; foi ainda ele que afirmou que, se um dia estivesse no banco dos réus, gostaria de o fazer pelos mesmos motivos por que ontem lá estava o ex-director de serviços Manuel Clara; foi ele ainda que leu, em pleno tribunal, um poe-

Continua na pág 24

CRISE NA PREVIDÊNCIA

Caixa de Pensões sem dinheiro para pagar Dezembro

(Pág. 11)

GOVERNADOR DE BRAGANÇA AO "DL"

"O POVO DE TRÁS-OS-MONTES VAI VOTAR POR CACIQUISMOS"

(Págs. centrais)

24 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

A DETERMINAÇÃO DO PRESIDENTE

O general António Ramalho Eanes, Presidente da República, foi verificar, pessoalmente, os estragos causados pelo atentado bombista contra o aqueduto Tejo, principal canal de abastecimento de água à cidade de Lisboa. Tem esta «visita» um significato político.

O Presidente da República não está disposto a aceitar a «lei da bomba» e a impunidade dos bombistas. O Presidente da República não está disposto a aceitar a mistificação de um «bombismo», militante ou mercenário, que teria surgido por inspiração de personalidades altamente colocadas, que teria alcançado protecção, subsídio e facilidades nos meios políticos, financeiros e eclesiásticos e militares, dado que esse «bombismo» teria sido adoptado como meio técnico e político para a «contenção do gonçalvismo».

Mas os atentados recentes, como actos de opressão indiscriminada contra as populações, vieram realçar a grande mentira, a mistificação político-militar, do «bombismo de contenção» antigonçalvista ou anticomunista. Já no caso do vil atentado contra o engenheiro Lopes Cardoso, a mão da reacção agrária e fascista ocultava-se mal e a denunciada cooperação técnica de retornados (ou de «desmobilizados») deveria ter sido considerada mais do que uma mera hipótese. As autoridades militares e de segurança têm os conhecimentos técnicos suficientes, dispõem de especialistas, de meios, que lhes permitem concluir que os atentados, na grande maioria dos casos, não são realizados por «bombistas amadores». Tecnicamente, existe uma apreciável diferença (**tecnicamente**, dizemos) entre o golpe falhado de Monsanto e o golpe bem realizado contra a Embaixada de Cuba: tecnicamente (**tecnicamente**, dizemos) existe uma apreciável diferença entre a carga atirada para junto de uma bomba de gasolina cerca do Estádio Nacional e a carga bem colocada (colocada com conhecimentos técnicos) no aqueduto Tejo.

Ninguém melhor que o general Eanes tem a consciência desses factos. As suas declarações, quando da visita que fez às instalações e serviços da Polícia Judiciária, são de molde a justificarem a esperança de que o Presidente da República saiba encontrar cooperadores leais e determinados no combate ao «bombismo». Combate que urge. Não só porque o «bombismo» é a insegurança e o escândalo, mas porque o «bombismo» vive do ódio à Democracia e de uma mistificação política: o «antigonçalvismo». A «bomba» não é um argumento político. Estas «bombas» são reaccionárias; estão ao serviço da «direita». São contra o povo. São contra a Liberdade. São contra a Democracia.

GRANDES MEIOS

Falando do escândalo «bombista», o Primeiro-Ministro Mário Soares anunciou a decisão de empregar grandes meios militares e policiais. A intenção será magnífica, mas é manifesto o engano do nosso Primeiro-Ministro. Não são necessários **grandes meios**, é suficiente que dêem meios materiais e autoridade, e incentivo e apoio aos agentes da segurança pública e da corporação de Polícia Judiciária. Meios e chefes imediatos e superiores, é tudo.

Claro que as investigações relativas ao «bombismo» deverão ser entregues a homens que não estejam ligados ao antigo regime. Claro que lhes deverá ser garantido que o seu trabalho não é controlado pelos «saudosos do antigamente». Claro que não deverão estar sujeitos a inquéritos relativos à sua dedicada acção contra o «bombismo».

Não são necessários «grandes meios»; não são necessários «grandes efectivos». Será suficiente um estímulo moral, um apoio político, uma direcção séria e coerente das operações e a determinação, traduzida em actos, de libertar a nossa terra do «terrorismo reaccionário».

PEQUENAS CILADAS

A escassez das verbas e até dificuldades de transportes; a verificação provinciana das contas e os inquéritos intimidativos; as mutações de lugares e o controlo efectuado por uma hierarquia comprometida; a desmoralização interna e a campanha de certa Imprensa — da Imprensa paga pela «direita», da «direita» e do «imperialismo» servidora — tudo se tem conjugado para desmobilizar os trabalhadores da Polícia Judiciária. A crise tomou, há dias, forma acentuada e teve expressão pública. A reorganização, a democratização, a dinamização dos serviços de segurança é urgente. Urgente é, também, a especialização dos serviços. Ninguém deseja uma «nova P. I. D. E.», mas a Democracia terá que ser defendida e essa defesa não pode estar entregue ao jogo político dos partidos e ao jogo formal das instituições. Uma Democracia que se não defende está à mercê dos inimigos da Liberdade. E quando se hesita em criar os serviços civis adequados, tem-se a surpresa de saber que existem, que foram sendo criados, serviços militares paralelos que de uma intenção restrita vão alargando, no espaço vazio, o seu campo de acção.

RELATÓRIOS E ILIBATÓRIOS

Aqueles que incensam o «Relatório» e que dele tiram envenenados argumentos contra o Abril dos rubros cravos e das ilusões ardentes, vão cumprindo a lei do silêncio, ou sacrificando à cumplicidade, relativamente aos casos desculpabilização, de absolvição, de libertação dos agentes e dos graúdos responsáveis do «terrorismo policial». O processo da P. I. D. E., o processo da Legião, o do «Estado Novo», não foram feitos, os seus crimes estão esquecidos, como dizia Jorge Campinos. Mas os «democratas» de 24 de Abril, e os «antifascistas» de 26 de Abril, têm o seu «pão da mentira». Eles aí estão a dividi-lo, generosamente.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"Aproximam-se tempos tempestuosos" — avisa Medina Carreira

«A situação económica é o grande calcanhar de Aquiles deste País, neste momento. E ou a resolvemos drástica e urgentemente, ou teremos de enfrentar tempos bem difíceis e até mesmo tempestuosos» — afirmou ontem na Assembleia o ministro das Finanças, Medina Carreira, ao encerrar o debate sobre a proposta de Lei 12/1, autorizando o Governo a realizar com o Banco Europeu de Investimentos, empréstimos e outras operações de crédito integrados no quadro de ajuda excepcional e urgente a Portugal.

Tudo leva a crer que será concedida autorização da Assembleia para mais este empréstimo. O P. P. D. /P. S. D. já afirmou que votaria a favor. O C. D. S. poderá votar a favor ou abster-se, segundo deixou ontem aperceber, enquanto o P. C. P. reserva para hoje a sua posição. Para já coloca bastantes «reservas» e recorda «outras alternativas de que poderia e deveria deitar-se mão, sem se correr o risco da perda da independência nacional para que caminhamos».

Mas pegando no aviso do ministro das Finanças de que iríamos viver tempos «tempestuosos», é de perguntar: mas não os vivemos já?

Foi aliás, este o tema da intervenção de Carlos Brito no período de antes da ordem do dia. «O P. C. P. entende chamar solenemente a atenção da Assembleia da República para o grave clima de atropelos, ilegalidades, arbitrariedades, provocações e violências em que se está a desenrolar a campanha eleitoral para as autarquias locais, a primeira que se realiza na plenitude da competência política e legislativa desta Câmara» e acusou o Governo como «fautor da tensão que cresce».

Também no mesmo período, a deputada social-democrata Helena Roseta, candidata para presidente da Câmara de Lisboa, subiu à tribuna para falar das próximas eleições. E em tal tom o fez, que Carlos Candal do P. S. o classificou de «comício». Helena Roseta argumentou, afirmando que estava a utilizar um direito que tinha. O que o Governo não tinha, era o direito de utilizar a Televisão para fazer propaganda eleitoral.

A última intervenção de antes da Ordem do Dia coube a Rui Pena do C. D. S. que teceu largos elogios ao «Relatório sobre as sevícias ocorridas no período entre 28 de Setembro e o 25 de Novembro para as reais «sevícias e torturas» de 48 anos de fascismo. Um deputado socialista, lá das filas detrás, interveio para apelidar de nojento o Relatório e para salientar que o candidato do C. D. S. em Santarém para as autarquias afirmou que «os agentes da P. I. D. E. eram, muitos deles, boas pessoas, havendo até alguns que permitiam às pessoas passarem a fronteira sem passaporte». Rui Pena protestou para dizer que nenhum deputado do C. D. S. faria tal afirmação. Mas ninguém tinha dito que era deputado mas candidato.

Uma moção de regozijo pelo Relatório viria a ser aprovada com o voto contrário do P. C. P. O P. S. introduziu-lhe aditamentos. Para recordar as sevícias de antes de 25 de Abril e que o C. D. S. tinha «esquecido». Na sua declaração de voto, o P. C. classificou de «uma burla política o súbito humanitarismo do C. D. S.»

O ABSENTISMO COMEÇA NA ASSEMBLEIA

Cerca das 19 horas, o deputado comunista Carlos Brito pediu a contagem, por grupo parlamentar, dos deputados presentes. À chamada haviam faltado 128. Mas àquela hora, o absentismo tinha aumentado. Assim, o P.S., de 107 deputados estavam ali 46; o P. P. D./ P. S. D., de 73 tinha 29; o C. D. S., de 43 apenas restavam 13, o P. C. P., de 40 estavam presentes 25, e Acácio Barreiros da U. D. P. não compareceu.

Incomodado com apenas 13 deputados, Amaro da Costa, pediu a palavra para dizer se «o sr. deputado Carlos Brito não podia ele próprio ter feito a contagem sem interromper os trabalhos». Só que não havia «quorum» para qualquer votação. Por isso mesmo, o Presidente da Assembleia pediu aos deputados para avisarem os colegas de grupo que hoje haveria votação. Aqui deixamos o aviso. E uma sugestão: porque não enviar para os jornais, em forma de nota oficiosa, o aviso para os deputados comparecerem às sessões em que haja votações. E pelo menos a essas. Entretanto, esta tarde, para além da votação da autorização para o Governo realizar o empréstimo, começará o debate sobre os Títulos de Tesouro, que, mesmo com a nova «faceta» que o Governo lhe quis dar, não deve passar. O P. C. P., único grupo parlamentar a que faltava tomar posição já o fez. É contra.

F. M.

Petardo em Amarante

AMARANTE, 10 — Um engenho de fraca potência rebentou, ontem, num muro de resguardo duma estrada municipal, entre Jazente (Amarante) e S. João da Folhada, do concelho do Marco de Canavezes.

A G.N.R. de Amarante está a proceder a averiguações, tendo já detido, como suspeitos, três rapazes de 18 anos, que ainda hoje serão apresentados no Quartel-General da R.M.N..

Ruiu uma pequena parte do muro.

Inquérito à bomba do Banco Borges

PORTO, 10 — A secção de Justiça do Quartel-General da R.M.N. remeteu ontem, para a delegação do Porto da P.J.M. a participação e o processo-inquérito que aquele departamento elaborou, sobre o aparecimento de uma bomba numa dependência do Banco Borges e Irmão da Praça Marquês de Pombal.

Entretanto, continua detido em Custóias o incriminado no caso, o empregado bancário Vitor Manuel Fernandes Gonçalves da Silva.

Míssil nas águas da Madeira

FUNCHAL, 10 — Já várias vezes referida por mergulhadores e adeptos da pesca submarina, foi agora definitivamente confirmada a existência dum objecto com a configuração dum míssil ou dum foguetão na área da baía d'Agra.

O objecto, que se encontra a poucas dezenas de metros de profundidade e a cerca de uma milha da costa, pode representar perigo para a navegação, embora o local em que se encontra esteja fora das rotas habituais.

Por este motivo, as autoridades marítimas mandaram assinalá-lo com bóias e classificaram-no de «local pouco recomendável para a navegação».

PUB

LISTAS UNITÁRIAS DAS FREGUESIAS DO PORTO APOIADAS PELA F.E.P.U.

A Frente Eleitoral Povo Unido atendendo ao carácter amplamente unitário de algumas listas propostas por cidadãos eleitores, nas freguesias do Porto onde a F. E. P. U. não concorre bem como aos programas que estas defendem, apoia as seguintes listas:

ALDOAR — Comissão de Eleitores Unitária-Aldoar — C. E. U. A. XI
BONFIM — Candidatura de Eleitores Unitária do Bonfim — C. E. U. B. VII
MASSARELOS — Comissão de Eleitores Unitários — C. E. U. M. XX
RAMALDE — Lista Unitária de Ramalde — L. U. R. XIX
SÉ — Unir a População da Sé — U. P. S. I

post-scriptum

Bem-vindos tais melomaníacos!

Na televisão antes do 25 de Abril 75, que passasse bem muito obrigado que eu tinha mais que fazer. Tal aparelho entrou cá em casa da vizinhança para ver os andasse sempre em casa da vizinhança para ver os desenhos animados. Assim, enfim, de uma maneira ou de outra o miúdo não podia fugir à estupidificação geral.

Pós-25 de Abril, passadas as ilusões de um Portugal socialista num futuro próximo, a televisão que nos dão, que passe bem muito obrigado que continuo a ter mais que fazer.

Mas já que tal caixote falante e pluralista, contra minha vontade em minha casa continua, acontece, milagrosamente, entrar-me em casa e a quem então franqueio todas as portas com o coração aberto, a lucidez e a clareza traduzidas num amor, numa paixão profundas pela música, pelo ser humano, pela vida, pelo homem que trabalha, nas palavras de João de Freitas Branco e nas imagens de Augusto Cabrita, os quais, ao que parece, quinzenalmente, no meio da insipidez e secura televisa, nos servem um copo cristalino com aguá freca de fonte maravilhosa!

E penso... o que seria uma televisão em que a inteligência, o bom senso, o amor ao próximo, fossem denominador comum e não apenas uma gota de água pura que distraidamente (!) alguém deixa cair no meio de um oceano de águas inquinadas!

Artur F. Martins Nunes
— COVA DA PIEDADE

A burocracia continua mal

Tendo um meu familiar pedido a substituição da carta de condução da ex-colónia de Angola em Dezembro do ano passado e como ainda há pouco tempo continuava a aguardar a nova carta, pediu-me para eu ir à Direcção de Viação de Coimbra tentar saber qual o motivo da demora. Sabendo que em Lisboa demorava cerca de mês e meio, acedi em tratar-lhe do assunto, visto ele ser emigrante em França.

Dirigi-me com a guia, conforme indicação de um funcionário, ao chefe dos Serviços, e expus-lhe o problema:o meu familiar precisava da carta com urgência para trabalhar e a guia não a substituia. Como lá fui na parte da tarde, disse-me que voltasse no dia seguinte, mas de manhã.

Como já lá tinha ido mais de uma vez e como trabalho actualmente fora da área de Coimbra, sendo funcionário público, fiz-lhe notar a dificuldade em faltar ao serviço, mas mesmo assim persistiu na negativa. Como estava acompanhado de um amigo, perguntei se este lá poderia ir de manhã. Assim, no dia seguinte, perante a entrega da guia, foi-lhe dada a nova carta de condução. Afinal como é? Para entregar uma guia e receber a carta é necessária tanta burocracia?

De manhã ou de tarde não serve para tratar de assuntos numa repartição pública, além da demora de quase um ano (em contrastecom Lisboa) na substituição de uma carta de condução?

De salientar a arrogância do chefe e a sua irredutibilidade perante o que lhe expus. Parece que algo está ou continua mal.

Filipe M. D'Oliveira
— COIMBRA

Uma campanha alegre

Assim que tomei conhecimento que o dr. Mário Soares ia fazer uma comunicação ao País, pensei logo que se tratava de campanha eleitoral. Assisti à comunicação e não me enganei. Que contraste entre esta palestra e a proferida em 9 de Setembro. Nessa altura, sua excelência classificou os trabalhadores de incompetentes, indisciplinados, lambões, ladrões das Caixas de Previdência (pois pediam baixa sem estarem doentes), sabotadores da economia nacional e outras coisas feias. Dos patrões e das suas responsabilidades, nem pio.

Ainda não são decorridos dois meses e desta vez, para o secretário-geral do Partido Socialista, os trabalhadores já são competentes, disciplinados, cumpridores, assíduos ao trabalho, politicamente conscientes e produtivos.

Ora, respeitosamente, parece-me que é tempo de o sr. dr. Mário Soares tomar em consideração o seguinte: os trabalhadores portugueses (explorados durante meio século) sabem o que valem e o que querem. Não precisam de ser adulados! E sentem viva repulsa por processos de caça ao voto sem seriedade nem dignidade.

Esses processos talvez sejam normais entre a classe a que sua excelência pertence. Entre os trabalhadores, não são. E pode o sr. dr. Mário Soares estar certo de que os trabalhadores nunca precisaram de muito tempo para saber quem está com eles e quem são os seus inimigos.

Filomena Maria Mendes
OLIVAIS SUL

PARA FIRMAR REGIME DITATORIAL

PINOCHET AJUSTA LIMITES DO CHILE

FRIDA MODAK

MÉXICO, (IPS) — Confusa, é o menos que se pode dizer da situação limítrofe no Cone Sul, onde revivem problemas antigos nessa matéria. Baseiam-se nos objectivos perseguidos pelo ditador chileno Augusto Pinochet, que se considera um especialista em geopolítica e que, até agora, não conseguiu alcançar nenhum dos fins que tem em vista. Propôs um plano de obtenção de uma saída para o mar á Bolívia e este foi modificado por outra proposta peruana e o mais grave, do ponto de vista chileno, é a concessão que, segundo fontes diplomáticas, tenciona fazer à Argentina em pagamento dos serviços prestados.

Em relação à Bolívia, Pinochet propôs entregar a este país uma franja na fronteira norte do Chile, concretamente na cidade de Arica, para assim conceder acesso ao mar a esta nação mediterrânica. Em compensação, a Bolívia teria de ceder uma extensão de território equivalente. Já se teria chegado a acordo quando o Peru usou do direito que lhe é conferido pelos tratados limítrofes assinados para sanar problemas decorrentes da Guerra do Pacífico de 1879 e alterou a oferta de Pinochet. Isto determinou uma série de críticas na Imprensa oficial da ditadura chilena, que alega que Lima pode rejeitar a proposta, mas não tem o direito de substituí-la por outra. Admite-se que os especialistas peruanos tenham estudado a fundo o tratado e tenham razões válidas para afirmar que estão em condições de oferecer uma alternativa. No entanto, embora a controvérsia siga este caminho, a matéria de fundo é diferente.

O que Pinochet está a tentar é delinear uma situação limítrofe favorável à manutenção do seu regime ditatorial. Daí que lhe convenha entregar a franja de Arica à Bolívia, para eliminar a fronteira norte com o Peru e favorecer os planos brasileiros e norte-americanos que tendem a converter o Brasil num gendarme político do continente. Para tal são necessárias vias rápidas que permitam a deslocação de tropas cuja missão seria impedir a alteração do mapa político do Cone Sul. Até agora o Brasil atravessou sem grandes dificuldades o território boliviano, como ficou demonstrado com a presença dos seus soldados na fronteira chileno-boliviana ao dar-se o golpe militar de 11 de Setembro de 1973, que levou Pinochet ao poder. Mas esse mecanismo, que faz parte dos planos elaborados pelo conspícuo secretário de Estado Henry Kissinger necessita de ser aperfeiçoado e esse, mais do que dar acesso ao mar à Bolívia, era o verdadeiro objectivo da oferta que comentámos.

A proposta foi seriamente criticada desde que foi apresentada, uma vez que a sua finalidade era óbvia. Tanto é assim que até se investiram seis milhões de dólares nos estudos para a construção de uma linha moderna de caminho-de-ferro para ligar o porto de Arica, no Pacífico, com o de Santos, brasileiro, no Atlântico. Face ao perigo representado pela iniciativa de Pinochet parece óbvio que o Peru tenha estudado uma fórmula de Pinochet destinada a impedir a concretização da ameaça intervencionista ao propor, por sua vez, uma zona de soberania tripartida que dê à Bolívia uma saída para o mar, mas que também outorgue ao Peru a possibilidade de vigiar o que se passa nesse território. Talvez consista nisso a subtileza de afirmar que a contraproposta é uma garantia de paz.

Enquanto a ditadura chilena elabora a sua resposta ao Governo do Peru, fala-se nos meios diplomáticos de outro movimento relacionado com a situação limítrofe do Chile. Desde há muitos anos a Argentina põe em causa a soberania chilena no canal de Beagle e nas ilhas Pinoton, Nova e Lennox. Este assunto tem dado origem a numerosos incidentes. mas, em 1967, o Chile, em virtude dos tratados existentes, submeteu o caso à arbitragem da rainha de Inglaterra, para que confirmasse a sua soberania nessa zona. A Argentina só aceitou submeter-se à arbitragem no início de 1971. Em Outubro desse ano terminaram as alegações e o tribunal inglês, assistido por cinco juízes do Tribunal Internacional de Haia, estuda o relatório que apresentará à rainha para que profira a decisão final.

Entretanto, e com surpresa geral, o Governo argentino pediu novas instâncias e alegações e o regime de Pinochet concedeu-os. Isto causou estranheza porque, oficiosamente, era conhecida a debilidade da posição dos argentinos e dava-se como certo que a arbitragem seria favorável ao Chile, visto que durante todo o processo seguiu de forma inalterável a linha traçada pelo presidente Allende e a sua chancelaria. Mas, através desses mesmos meios diplomáticos, frisou que o motivo desta mudança no minuto decisivo obedece a razões muito particulares. A Argentina quer evitar a decisão desfavorável e obter a livre navegação no canal de Beagle, além da soberania sobre uma das três ilhas mencionadas, pelo que está a cobrar a Pinochet os serviços prestados em matéria de repressão, que conduziram ao assassinato em Buenos Aires do general Carlos Prats e da mulher e à detenção de centenas de chilenos que fugiam da ditadura de Pinochet e que foram desgraçadamente vítimas do acordo existente entre os dois regimes. Toda a gente sabe que a polícia secreta de Pinochet, a DINA, actua com impunidade na Argentina e que conta com a cumplicidade dos aparelhos repressivos e policiais dessa nação.

Em virtude destes factos e conhecedor do afã de Pinochet para obter fronteiras favoráveis à sua ditadura é que o Governo argentino tenta chegar a acordo directo, o que, segundo fontes diplomáticas europeias, teria sido um dos pontos tratados pelos ditadores na sua recente reunião em Santiago. Os documentos oficiais assinados por ambas as personagens são omissos sobre este ponto, porque isso ocasionaria graves conflitos internos no Chile, uma vez que o pacto em elaboração viola o que tem sido uma linha inalterável da chancelaria chilena, mantida durante quase um século por todos os Governos civis.

Estas informaçoes, que circulam tanto em Londres como em Genebra, juntas à situação criada em relação à saída para o mar a conceder à Bolívia, indicam que os conceitos geopolíticos de Pinochet se limitam a tentar assegurar a sobrevivência da sua ditadura e a facilitar a intervenção estrangeira para manter a actual estrutura fascista do Cone Sul, porque disso depende tambem a sua permanência no poder.

O EIXO DE HASSAN II

SOEIRO SARMENTO

PARIS — O rei de Marrocos visitou a França. Correspondeu desta forma á visita feita por Giscard d'Estaing em Maio de 1975.

Hassan II foi recebido com todas as pompas. Mil e duzentos polícias foram destacados para a sua segurança. Ficou instalado com todo o fausto no «Grand Trianon», no castelo de Versalhes.

O reu marroquino, ao visitar o seu «copain» Giscard (como ele próprio o apelida), declarou tratar-se de solidificar o grande «eixo» Paris-Madrid-Rabat.

Os dois chefes de Estado felicitaram-se mutuamente pelo grande êxito das relações franco-marroquinas. Desde 2 de Março de 1956, data da independência de Marrocos, que o bom entendimento se mantém, excepto aquando do rapto (29-10-65) e assassínio de Ben Barka. Incidentes de percurso. O processo foi morrer numa gaveta da justiça francesa e desde 1969 que as boas relaçoes foram restabelecidas.

Hoje Hassan II negoceia a compra de uma central nuclear e discute muito com o seu amigo Giscard.

Em Marrocos segundo o soberano «tudo se passa pelo melhor depois da «marcha verde» (...) Não há presos políticos «há sim presos que são indivíduos fora-de-lei». **Amnesty International** publicou há dias uma carta onde precisa que em Marrocos «se pratica correntemente a tortura, o rapto, a detenção sem julgamento e em condições desumanas de presos políticos».

O aperto de mão Giscard-Hassan II

Em França, ondem vivem e trabalham perto de 300.000 marroquinos, a polícia de Hassan II é particularmente activa, ajudada pela polícia francesa.

Uma prova desta colaboração têm sido as prisões de inúmeros sindicalistas marroquinos quando do regresso de férias ao país natal. Ainda recentemente foi libertado Mohamed Chabounia, delegado sindical CGT na Simca, preso em Julho passado.

Esta ingerência de polícias estrangeiros em França não incomoda o ministro do Interior, Poniatowski, sempre afoito em expulsar um estrangeiro.

Nacional

TRIBUNA LIVRE

Luís Alberto Torres

"Recuperação capitalista" vai (também) atingir o Desporto?

Foi com espanto, embora sem constituir surpresa, que ouvimos na TV o presidente Gerald Ford declarar, categoricamente, num debate televisionado com Jimmy Carter, seu opositor nas eleições presidenciais, que o seu governo obteve em 1975 um notável êxito na sua política externa ao impedir, em Portugal, que os **comunistas conquistaram o Poder**. Utilizando que meios, não o disse.

Claro que esta inconfidência descarada do presidente Ford não trouxe em si, novidade alguma, conhecida que é a grande vocação político-desportiva dos E.U.A.. Com efeito, mais **do que o «baseball», a desestabilização de governos constitui o seu desporto preferido. Ou,** não tivesse o mesmo Gerald Ford confirmado, há tempos, que o governo do então presidente Nixon autorizou a CIA a empreender uma campanha de 8 milhões de dólares para ajudar a derrubar o governo de Unidade Popular de Salvador Allende, estando ainda por esclarecer totalmente o envolvimento dos E.U.A. no golpe **reaccionário na Tailândia.**

Relativamente à estratégia seguida pelo imperialismo norte-americano em Portugal, logo após a queda do regime fascista, **são por de mais conhecidas** as preocupações do dr. Kissinger quanto à evolução da política interna portuguesa, tendo sido evidentes as pressões económicas, o isolamento diplomático e as interferências internas clandestinas num esforço, que está longe do seu termo, de fazer retroceder a situação política vigente. Aliás, **o jornal londrino «The Sunday Times» na sua edição de 27 de** Outubro de 1974 afirmava que Kissinger teria tornado bem claro ao General Costa Gomes e a Mário Soares que os Estados Unidos não poderiam tolerar um governo comunista (e socialista, tolerará?), em Portugal.

Não deixa de ser estranha esta concepção de liberdade e democracia por parte de um país que se intitula o mais «livre» e «democrático» do mundo.

A testemunhar o muito apreço e sentido humanitário do governo dos E.U.A. no que se refere à «promoção» social, económica e ainda à «saúde» das populações dos países seus amigos (leia-se subjugados), os órgãos de comunicação social deram-nos eco da presença entre nós do antigo astronauta, capitão James Lovell, presidente da Comissão Nacional para a Educação Física e Desportos e do sr. Carson **Conrad, Director-Geral da mes**ma Comissão, sendo o primeiro, conselheiro do presidente Ford para o Desporto e a Educação Física.

Ao que se sabe os dois cidadãos norte-americanos estiveram em Portugal a convite do governo português, com o objectivo de «analisar com as autoridades portuguesas a situação do desporto e da educação física». Do que têm vindo a tratar na realidade, nada se sabe. Na verdade sobre este assunto referia-se nos seguintes termos, o jornal «Mundo Desportivo» do passado dia 8 de Outubro:

. «...infelizmente para nós e por informação do respectivo secretário, a reunião teria lugar cerca das 15.20h, era privada não sendo portanto acessível aos elementos dos órgãos de informação». Por sua vez «O Record» do mesmo dia referia que «o famoso astronauta foi recebido pelo Di**rector-Geral dos Desportos, reunião que se revestiu de to**tal confidência porquanto aos jornalistas foi vedada qualquer informação sobre os assuntos tratados...» Tal como os jornalistas interrogamo-nos sobre o porquê de tantos segredos e **dificuldades postas à infor**mação.

Assim, não deixará de ser interessante centrar um pouco de atenção sobre alguns factos que se têm vindo a passar no âmbito do M.E.I.C. que, dispersos na sua origem, se articulados, permitirão entender e encontrar respostas para muito do que se tem vindo a assistir na vida política nacional a que não pode escapar a (des) orientação desportiva do ac**tual secretário de Estado da** Juventude e Desportos, integrando-a na estratégia mais geral, por parte do imperialismo internacional, de estrangulamento da actual democracia portuguesa.

Alguns exemplos:

1. Como interpretar a coincidência do saneamento, por razões meramente políticas, de 37 trabalhadores da Direcção Geral dos Desportos, entre Delegação de Lisboa e Divisões do Desporto Escolar e do Desporto Popular, e a presença entre nós das duas personalidades americanas acima referidas?

. 2. Em entrevista concedida ao jornalista Jorge Schnitzer, jornal «A Bola» de 8/10/76, o sr. James Lovell à pergunta sobre a sua opinião da explosão desportiva verificada na R.D.A. e U.R.S.S., respondeu:

. «Acho que está certa a política desportiva dos países que assenta naquilo a que eles chamam o «desporto de massas». No entanto acho que se pode chegar a esse mesmo objectivo por uma forma menos controlada, como se faz, por exemplo no meu país». E mais **adiante «... não tem de ser o** Estado a levar estas pessoas para o Desporto...»

. Não deixa de ser interessante e significativa a sua resposta. Tornando-se impossível negar a realidade desportiva daqueles países onde o desporto ocupa lugar de relevo na cultura do povo, afirma-se que sim, que é uma realidade o desport , de massas naqueles países socialistas para, de seguida, se colocar um senão ao nível do **controlo** do Estado sobre tal actividade. Não deixa de ter piada o prurido do sr. Lovel acerca do dito controlo. Estamos em crer que ao chegar aos E.U.A. terá aconselhado o presidente Ford a deixar de controlar e de intervir na política interna dos países que «protege» economicamente.

Mas, ainda sobre a opinião do ex-astronauta, não deixa de ser significativo que o cavalo de batalha das forças interessadas na destruição das bases **lançadas pela equipa da** D.G.D. 1975-1976 no que se refere a um **Desporto, direito do povo,** se centre na acusação da anterior D.G.D. ter sido ex**cessivamente centralizadora e controladora, impedindo, segundo a opinião de um presidente federativo, que se manifestasse a espontaneidade** e criatividade (?) dos dirigentes desportivos. Na realidade, para além de simples verbalização envolvente, tal afirmação serve para tentar justificar a incapacidade e incompetência de alguns dirigentes.

Porém que intenções se esconderão, quando se pretende que a tão propalada Confederação dos Desportos se institua organismo paralelo à D.G.D.?

. 3. Que objectivos pretende cobrir o sr. José Gomes Machado, presidente da Federação Portuguesa de Andebol, um dos principais defensores **do actual secretário de Estado** e elemento preponderante da total autonomia da Confederação dos Desportos, ao realizar o Congresso Internacional de Andebol em Portugal, fazendo uma intervenção, no mesmo, que merece larga reflexão pelo seu conteúdo, muito ao sabor dos mais «distintos» oradores de antes do 25 de Abril, ao classificar a colonização portuguesa de «esplendorosa alvorada do Mundo» e ainda, mais adiante que «não destruímos o que encontrámos, deixando evoluir os usos e costumes das regiões descobertas, aplaudindo as virtudes das suas gentes, tentando corrigir-lhes os defeitos, as suas inclinações, procurando compreendê-las, incutindo-lhes um progressivo entendimento de solidariedade humana, chamando-as às necessidades por elas impostas»?

. 4. Qual o significado a atribuir ao facto do dr. Joaquim **de Sousa, secretário de Estado** da Juventude e Desportos, e **Director-Geral dos Desportos** terem almoçado com o embaixador Carlucci, conjuntamente com os presidentes do Sporting e do Benfica e ainda com os srs. James Lovell e Carson Conrad? Será que estiveram a discutir os fundamentos de um desporto ao serviço das classes trabalhadoras, veículo de cultura e emancipação das mesmas?

. 5. Qual o papel que deverá ser atribuído, de acordo com o acima referido, ao discurso de João Rocha na última Assembleia Geral do Sporting e ao empolamento e dimensão dadas por alguns jornais e jornalistas como se o mesmo constituísse o maior acontecimento desportivo dos últimos tempos?

. 6. O sr. Carson Conrad na entrevista já referida ao jornal «A Bola» afirma a dado passo:

. «Percorri o país em diversas zonas como Lisboa, Mafra, Coimbra, etc. e as crianças que vi não parecem mal alimentadas. Claro que há pobreza em todos os países, mais nuns do que noutros, mas claro que não estivemos aqui o tempo necessário para podermos ter opinião a esse respeito. Pelas crianças que vi, essas parecem-me bem alimentadas, e pelo que soube, já têm desporto nas escolas e elas parecem adaptar-se perfeitamente à prática desportiva».

Nestes últimos tempos, sobretudo após a tomada de posse do actual secretário de Estado dos Desportos, habituamo-nos a ouvir que a equipa da D.G.D. 1975-1976 tinha votado ao desprezo o desporto escolar (!!??). Agora, lêmos que as crianças do distrito de Lisboa, precisamente da Delegação saneado os trabalhadores e por suas escolas. Perante tal facto é legítimo que nos assalte uma grande dúvida. A quem cabe tal responsabilidade? À equipa saneada a quem se acusa de nada ter feito em prol do desporto escolar ou, já, à nova Secretaria de Estado que há meses reflecte sem avançar com perspectivas concretas?

. Talvez e seguindo a linha de raciocínio dos senhores americanos o facto possa ser já o resultado da actual orientação (?) desportiva pois, tendo saneaddo os trabalhadores e por consequência acabado com o controlo estatal que vinham fazendo, para desabrochar, como que por milagre, as condições para a prática organizada do desporto nas escolas pri**márias do nosso país. Não se**rá razoável esta explicação? Os leitores que decidam.

Está encontrada a resposta e o caminho certo para a resolução dos problemas que afligem o sector desportivo, no nosso país. Bastará sanear os trabalhadores, acabar com **os serviços (desculpem, «reestruturar os serviços»)** para, eliminando a origem de todas as insuficiências e males, surgir espontaneamente e **de acordo com a criatividade** individual, a actividade desportiva perfeitamente organizada com uma perspectiva de desenvolvimento totalmente articulada e harmonizada em todos os seus aspectos, tudo, sublinhemos, graças à esponta**neidade e criatividade dos** nossos dirigentes desportivos.

7. O que quererá dizer o sr. James Lovell quando afirma «... por aquilo que tenho visto, verifico que portugueses e americanos são dois povos amigos desde há muito e parece-me que os gostos e pref**erências dos portugueses não** diferem muito dos gostos e preferências dos norte-ameri**canos»? («Bola» de 8/10/76).**

Não deixa de ser interessante esta identificação apressada que o sr. Lovell pretende acerca dos interesses e preferências dos portugueses. Da amizade dos E.U.A. para com **o Povo português sabêmo-la** bem no apoio dado, durante 50 anos, aos governos fascistas de Salazar e Caetano.

Resumindo, agora chegou a altura de, também no sector desportivo, o imperialismo di**tar os interesses que o Povo** português deverá seguir, de acordo com o seguinte lema. «O que serve os interesses dos monopólios americanos é bom **para o Povo português».**

Muito mais haveria para dizer e muitos mais factos haveria para articular a fim de entender a estratégia que está a ser seguida no sentido de desacreditar e destruir todo o tra**balho desenvolvido nestes últ**imos dois anos no sector desportivo, trabalho inequivocamente em prol de um **desporto direito do povo.**

É clara, neste momento, a estratégia das forças políticas apostadas na recuperação capitalista em Portugal, as quais como é bem de ver não poupam o desporto. Não será difícil adivinhar, desde já, o que se irá passar nos tempos mais próximos.

Tentar-se-á minimizar o trabalho dos professores de Educação Física (campanha que começou com o saneamento **do director-geral dos Desportos** e com a crítica destrutiva ao trabalho da sua equipa técni**ca) a fim de substituir estes** profissionais por militares, agora que com o fim da guerra colonial se encontram «desempregados». As bases estão lançadas. Temos já um militar, major Redolfo Begonha, em Director Geral dos Desportos, e outro militar, major Manuel Barão da Cunha, responsável pelo Gabinete de Informação da D.G.D..

Será que se irão, igualmente, introduzir militares (de preferência «apolíticos» de direita) no I.S.E.F., escola de formação de profissionais de Educação Física?

. Será que iremos passar a **major Redolfo Begonha, em director-geral dos Desportos,** e inundado por grupos de estudos apoiados por conselheiros (ou conCIAalheiros) maericanos ou alemães ocidentais viajando (ou paCIAando incansavelmente entre Portugal e os seus países?

. E, quiçá, daqui a algum tempo ouviremos o presidente Ford afirmar que a alteração da política desportiva portuguesa foi mais um contributo importante, da política externa do seu governo, no sentido de impedir a concretização de um projecto socialista em Portugal.

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

CONVOCATÓRIA

A TODOS OS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS

CAMARADAS

Vai este Sindicato levar a efeito várias reuniões nas Empresas para dar conhecimento do que se passa com o CCTV dos Trabalhadores Rodoviários em que o Governo e a RN tentam-nos roubar as nossas regalias já alcançadas e também para dar conhecimento da proposta aprovada na Assembleia Geral realizada no dia 4 no Instituto Superior Técnico, conforme abaixo se transcreve:

PROPOSTA

«Os trabalhadores representados pelo Sindicato de Garagens e Transportes do Centro e Sul, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 4-12-76 no Instituto Superior Técnico, decidiram:

1.º Não consentir o protelamento das negociações por mais tempo.
2.º Dar o prazo de 15 dias ao Governo e à R.N. para acabar o nosso C.C.T.V. sem retirar as regalias que os trabalhadores já alcançaram, caso contrário os trabalhadores entrarão em **greve de zelo.**
3.º Exigem ainda que as PAA e PRT saiam ao mesmo tempo.
4.º Que sejam realizadas reuniões nas empresas até ao dia 19 para ratificação mais maciçamente desta proposta.
5.º No dia 19 de Dezembro far-se-á uma Assembleia Geral definitiva para dar execução a esta decisão.»

ESTA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE

Foi dado conhecimento desta proposta a:
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
GABINETE DO 1.º MINISTRO
MINISTRO DO TRABALHO
MINISTRO DOS TRANSPORTES
RODOVIÁRIA NACIONAL

As reuniões far-se-ão nos locais abaixo indicados e culminarão com uma Assembleia Geral no dia 19 de Dezembro, no Anfiteatro de Minas do Instituto Superior Técnico — Av. Rovisco Pais — Lisboa, para se dar seguimento à proposta aprovada:

— Dia 8-12-76 — CLARAS TRANSPORTES — LISBOA ÀS »« H))
— Dia 9-12-76 — PALHINHAS — ALVIDE, CASCAIS ÀS 21h00
— Dia 9-12-76 — EDUARDO JORGE — QUELUZ DE BAIXO ÀS 15h30
— Dia 10-12-76 — ARBORICULTORA, L.ª — CANEÇAS ÀS 21h30
— Dia 11-12-76 — EMP. VIAÇÃO ALENQUER — ALENQUER ÀS 21h30
— Dia 12-12-76 — JOÃO C. BELO (SETUBALENSE) — SETÚBAL ÀS 21h00
— Dia 13-12-76 — CLARAS TRANSPORTES — TORRES NOVAS ÀS 21h30
— Dia 14-12-76 — EVA-EMP. VIAÇÃO ALGARVE — FARO ÀS 21h30
— Dia 16-12-76 — TRANSUL — LARANJEIRO ÀS 21h30
— Dia 17-12-76 — BOA VIAGEM TRANSPORTES — SACAVÉM ÀS 21h30

CAMARADA PARTICIPA NESTAS REUNIÕES POIS ESTÁ EM JOGO O TEU CCT

NÃO A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS
A LUTA CONTINUA

Lisboa, 6 de Dezembro de 1976
O Presidente da Direcção
José Eduardo M. Borges

Nacional

Cartaz eleitoral

Comícios e sessões de esclarecimento marcados para hoje:

FEPU

Distrito de Lisboa Concelho de Lisboa: às 14,30, minicomícios em vários locais de Benfica; às 21, salão das Furnas (S. Domingos de Benfica), Junta de Freguesia de S. João (R. Morais Soares), Clube Estefânia (R. Alexandre Braga, Arroios), Junta de Freguesia da Penha de França (C. Poço dos Mouros), Escola Luís António Verney (Beato), Academia Santa Cecília (Ameixoeira), Ordem e Progresso (R. do Conde, 7, Prazeres, com o coro Lopes Graça), Ginásio de Caselas, Carnide Clube, Horta Nova (Carnide), cinema da Charneca, Casa dos Missionários (Lapa), Junta de Freguesia do Castelo, Centro Social da Pena, Bairro Padre Cruz (Carnide), Casa Pia Atlético Clube (S. Paulo), Colégio Académico (Anjos), Guilherme Cossoul (Santos), Clube Futebol Benfica (R. Cláudio Nunes), Jardim Escola Caridade (Alameda Afonso Henriques, Alto do Pina), Caixa Económica Operária (R. Voz do Operário, iniciativa unitária das freguesias da Graça, St.ª Eufémia, St.º Estêvão e S. Miguel); às 21, 30, Clube Atlético de Campolide, Escola Marquesa de Alorna (S. Sebastião), Centro Cultural POP (R. 1.º de Maio, Alcântara), Libraria Popular dos Olivais, Escola Fernando Pessoa (Olivais), Escola Marquês de Pombal (Belém). Concelho de Oeiras: às 12 horas, na zona fabril de Carnaxide e Valejas e na Cirel (Linda-a-Pastora); às 18, minicomício frente à estação da Amadora; às 21, na Sociedade de Leceia (Barcarena); às 21.30, na Sociedade de Porto Salvo e nos Bombeiros Voluntários do Dafundo. Concelho de Vila Franca de Xira: às 21, Suterpe (Alhandra), Bombeiros de Alverca, Ginásio de Castanheira e Salão Paroquial da Azambuja. Concelho de Loures: às 21, em St.º Antão do Tojal e Apelação; às 21.30, em Camarate e no Pavilhão de Moscavide. E ainda, às 21.30, comício em Cascais e sessão de esclarecimento na Malveira

PS

Distrito de Lisboa — às 17 horas, na estação de Rio de Mouro, às 20, na Azambuja e Tercena; às 21, em Mafra; às 21.30, no cinema da Encarnação (Olivais), no Cine-Teatro de Vila Franca; no concelho de Torres Vedras, às 21 horas, em Casal Barbas, Ramalhal, Freiria, Carvoeira e A-dos-Cunhados.

No *Porto*, às 21.30, comício no Plácio de Cristal, com Mário Soares.

PPD/PSD

Encerramento da campanha no concelho de Oeiras com uma sessão nos Bombeiros Voluntários desta vila.

PRT

Às 21 horas, na Voz do Operário, em Lisboa, comício de encerramento da sua campanha eleitoral.

VÍTOR CRESPO AOS JORNALISTAS ROMENOS

Missão do C.R. é garantir que não se volta a um passado que o povo português repudiou

Falando no decorrer de uma conferência de Imprensa ontem realizada em Bucareste e na qual estiveram presentes os membros do Conselho da Revolução que se deslocaram à Roménia a convite do presidente daquele país, o comandante Vítor Crespo afirmou que «existem agora as melhores condições para o estreitamento das relações entre Portugal e a Roménia nos domínios económico, técnico, cultural e científico».

Durante este encontro com os representantes dos meios de comunicação romenos os membros do Conselho da Revolução responderam a várias questões sobre política interna e externa de Portugal, funções do C. R., relações de Portugal com a República Socialista da Roménia, com os novos países de expressão portuguesa e com o Brasil.

Referindo-se ainda às relações entre Portugal e a Roménia, o comandante Vítor Crespo salientou que, durante esta viagem e durante o encontro com o presidente Nicolai Ceausescu puderam observar que as condições abertas pela revolução de Abril de 1974 e pela descolonização se mantêm e que aumentaram os condicionalismos que permitirão estreitar e consolidar as relações entre Portugal e a Roménia.»

Franco Charais considerou que a visita permitiu aos conselheiros terem «um quadro bastante aproximado do que se passa na Roménia». Salientou que este País partiu do nada, singrou sem apoios, o que constituiu um esforço extraordinário que está a ser continuado para que se atinjam as metas de desenvolvimento previstas no actual plano quinquenal.

Abordando o mesmo tema o tenente-coronel Ribeiro Cardoso afirmou que se sentiu impressionado com os objectivos previstos e acrescentou que «só toda a determinação de um povo os pode concretizar».

Respondendo a outro tipo de perguntas dos jornalistas romenos o comandante Vítor Crespo relembrou que a Revolução do 25 de Abril foi feita por uma máquina militar que era o Movimento das Forças Armadas M. F. A. que se institucionalizou agora como Conselho da Revolução e quanto ao seu papel na vida política portuguesa destacou a missão de «impedir que as forças reaccionárias do nosso país modifiquem os destinos traçados pelos legítimos representantes do povo português» e garantir que «não se regressará a um passado que o povo português renunciou».

Sobre as posições de Portugal em matéria de política externa, Vítor Crespo disse que após o 25 de Abril Portugal apoia a luta dos povos pela independência e não ingerência. Por seu turno Franco Charais apontou a necessidade dos povos de se libertarem de sujeições colonialistas, condição que considerou essencial para as boas relações entre países.

As relações com o Brasil foram abordadas pelo tenente-coronel Ribeiro Cardoso que sublinhou que se com o 25 de Abril foram feitos esforços para alargar os laços de amizade, muita mais razão há para manter boas relações com o Brasil, país com o qual temos fortes laços de amizade, cultura e civilização.

Sem qualquer ingerência na política desse país, é de toda a conveniência que os laços se reforcem, pois no Brasil vivem muitas centenas de milhares de portugueses.

Sobre as opções da política externa portuguesa, Vítor Crespo apontou a necessidade de mantermos as relações tradicionais de Portugal com as nações da Europa ocidental e com os países não-alinhados do Terceiro Mundo e, na generalidade com todos os povos amantes da paz.

MEDEIROS FERREIRA NA N.A.T.O.

"Grande pesar" pelo abandono de Kissinger

«A NATO é uma arma necessária para que a liberdade e justiça reinem entre nós», considerou o ministro Medeiros Ferreira durante a sua intervenção, feita ontem em Bruxelas, o Conselho do Atlântico, durante a sessão a que presidiu.

Noutro ponto da sua intervenção, e de certo modo, em contradição com o que a nossa Constituição estabelece, relativamente ao ponto onde se preconiza «a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva», aquele ministro diria ser «essencial não perder de vista que a manutenção e o aperfeiçoamento constante do nosso aparelho defensivo é condição que nos permite conduzir, sem perigo, uma política de «détente».

O responsável português pelos Negócios Estrangeiros diria ainda no seu discurso que a ligação de Portugal à Nato «jamais foi posta em dúvida», e adiantou que «Presentemente, no momento em que Portugal fez claramente a sua opção europeia, esta pertença à OTAN assume especial relevo e confere à minha presença aqui um particular sentido».

«O Tratado do Atlântico Norte não perdeu a sua razão de existir», acrescentaria ainda o ministro.

Entretanto, e segundo um telegrama da Reuter, Medeiros Ferreira elogiou o dr. Kissinger pelas suas «proeminentes qualidades de estadista», e lamentou: «é com grande pesar que vemos esta eminente figura diplomática mundial abandonar a cena» (...) «ele deixou a sua marca indelével no trabalho do nosso Conselho».

Registe-se, a propósito de tão entusiásticas palavras de elogio ao secretário de Estado norte-americano, que uma das razões da vitória eleitoral de Jimmy Carter (do Partido Democrático) assentou na promessa de que, em caso de vitória, Kissinger seria afastado...

SOUTO CRUZ REGRESSOU

Por outro lado, o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Souto Cruz, no seu regresso de Bruxelas, onde participou em reuniões de âmbito militar da NATO, fez considerações sobre o desnível de potencial bélico entre os países aliados do Pacto do Atlântico e os estados socialistas, tendo acrescentado que um tal desequilíbrio só pode ser anulado «se houver um esforço da parte de todos os países (da NATO) em gastar mais verbas em armamento», mas que não seria o nosso caso, dado que «temos de fazer face a uma grave crise económica».

E.M.E. E R.C.A. DESMENTEM

Notícia sobre comandos no Alentejo é "completamente falsa"

Uma fonte oficial do Estado-Maior do Exército desmentiu-nos ontem que o coronel Jaime Neves se encontrasse «em Santa Martagarida, a poucos quilómetros de Beja» com os comandos «prontos a juntar-se às forças da GNR locais», conforme noticiava, em primeira página, o semanário de direita «Tempo».

Tal notícia não tem qualquer fundamento — disseram-nos. O que acontece é que se encontra em Santa Margarida uma companhia de comandos na fase final de instrução militar, e por vezes vão lá militares dos comandos colaborar nessa instrução».

É portanto natural que Jaime Neves, na sua qualidade de comandante do Regimento de Comandos, acompanhe a instrução do seu pessoal e se desloque mais ou menos frequentemente a Santa Margarida. O que já não é natural é a construção da notícia do referido semanário ao fazer alusão aos comandos a «poucos quilómetros da capital alentejana». Esses poucos quilómetros são só cerca de 185...

Entretanto outra fonte oficial, esta do próprio Regimento de Comandos, por nós contactada hoje de manhã, considerou «totalmente fantasiosa» a notícia e acrescentou que, «tirando a companhia de instrução que se encontra em Santa Margarida, está na Amadora a totalidade dos efectivos do Regimento». O mesmo oficial adiantaria ainda ser uma rotina comum a qualquer tropa que leve a sério a sua preparação realizar todos os exercícios que fazem parte da mesma. No caso dos comandos, e dado o material de que dispõem, não podem fazer exercícios de tiro na Amadora, por ser uma zona habitacional, e portanto deslocam-se a Santa Margarida, onde há espaço e é o local indicado.

Não menos curiosa é a parte final da notícia que nos deixa dúvidas sobre se António Barreto não será o novo comandante dos Comandos, pois o «Tempo» cita que a propósito «da possibilidade que se prevê de intervenção dos comandos» António Barreto lhe afirmou: «Bem, os comandos só intervêm em caso de guerra civil...»

Eis um flagrante exemplo de como se manipula a opinião pública, se tenta atemorizar os trabalhadores de uma região, e de certo modo se calunia uma força militar onde um oficial responsável nos diz: «Nós só desejamos ter uma actividade militar honesta».

Joaquim Gomes em Hanói

Encontra-se já em Hanói, onde está a representar o P.C.P. no IV Congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietname, o membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Joaquim Gomes.

Este congresso do Partido dos Trabalhadores do Vietname, é o primeiro que se realiza desde 1960, data em que teve lugar o III Congresso, que elaborou para a República Democrática do Vietname uma linha estratégica de desenvolvimento pela via do socialismo.

O IV Congresso irá — refere uma nota da S.I.P. do P.C.P. — determinar as tarefas do Partido para uma nova etapa da história do Vietname, aberta pela vitória do povo vietnamita sobre o imperialismo norte-americano e pela unificação de todo o país operado em Junho último: a etapa da revolução socialista em todo o território nacional.

"Smoking" para visita ao Brasil

. Em nota enviada às redacções, o Ministério dos Negócios Estrangeiros esclarece que os seus serviços foram informados de que o Itamarati (ministério das Relações Exteriores do Brasil) recomenda, nalgumas cerimónias a realizar, durante a visita de Mário Soares, o uso do traje de «smoking».

"Margem Esquerda" desmente M.A.P.

Tendo como objectivo refutar as afirmações do ministro António Barreto sobre a Lobata, os trabalhadores da Margem Esquerda convidaram a população de Serpa a comparecer numa sessão de esclarecimento que teve lugar num celeiro daquela Unidade Colectiva de Produção. Mais de 500 pessoas marcaram presença apesar da convocatória ter sido feita uma hora antes da realização da reunião. Apareceram alguns comerciantes e industriais de máquinas de reparação agrícola que desde que começou a Reforma Agrária se têm vindo a colocar progressivamente ao lado dos trabalhadores rurais.

A direcção da U. C. P. apresentou publicamente as contas da Margem Esquerda desmentindo assim as palavras fantasiosas do ministro da Agricultura que despudoradamente fala em «contas bancárias chorudas» em nome da U. C. P. e outras afirmações que os trabalhadores consideram como caluniosas. Na sessão de esclarecimento Luzia Veredas, dirigente do Sindicato Agrícola de Beja, alertou os trabalhadores para o perigo que representa a concentração marcada amanhã para a Lobata por forças afectas aos G. D. U. P.'s. A dircção da Margem Esquerda decidiu que os piquetes de vigilância que tem permanecido na Herdade do Farrobo não aparecessem lá nesse dia. Ainda a propósito das contas foi distribuído um comunicado que afirma que a Margem Esquerda tem escritório montado, cinco funcionários a tratar das contas que estão todas arquivadas num dossier, Acrescenta-se também que «quem tinha papelinhos no bolso eram os agrários que nunca avesentaram contas dos dinheiros gastos nas praias e casinos. Pergunta-se, no entanto, ao ministro «se ele pediu também contas aos agrários». Os trabalhadores da Margem Esquerda esclareceram o ministro que apenas têm utilizado o Crédito Agrícola de Emergência para pagamento de salários «tal como o provam as folhas que entregamos no ex-Grémio em triplicado». Salienta-se também que a U. C. P. já entregou ao Crédito Agrícola de Emergência, em dinheiro três milhões de escudos ficando depositado no mesmo todo o dinheiro que o Instituto de Cereais já pôs em pagamento. «Não recebemos nem um tostão de trigo ou de cevada», dizem os trabalhadores.

Apesar de tudo, no comunicado, frisa-se que a Margem Esquerda já adquiriu a pronto pagamento 4 enfardadeiras, 1 betoneira, 6 moto-serras, 4 reboques, 3 camiões de 12 500 quilos, 3 tractores de rastos, 3 tractores de rodas, 6 motobombas, 6 esclarificadores, 1 ceifeira debulhadora. Por outro lado, segundo o comunicado, a U. C. P. tem pago todo o gasóleo gasto, já pagou grande parte da farinha consumida pelo gado. Investiu ainda dinheiro na reparação dos montes e malhadas, na construção de barragens, etc. Tudo isto deve-se ao dinheiro do gado visto que o efectivo pecuário aumentou consideravelmente desde que se iniciou a Reforma Agrária. «O nosso saldo no B. N. U. é de 2 962 091$60 e no Totta e Açores é de 2 700 350$20, saldo este actualizado com cheques já recebidos durante o corrente ano», declara-se no documento.

PUB.

EPAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÁLVULAS, TUBAGENS E EQUIPAMENTO

Faz-se público que no dia 11 de Janeiro de 1977 pelas 15 horas na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, até às 17 horas do dia 10 de Janeiro de 1977.

Caução provisória: 375000$00

Alvarás exigidas aos concorrentes:

5.ª sub-categoria da II categoria e/ou

8.ª sub-categoria da VI categoria e classe correspondente ao valor da proposta

O Processo do concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na Sede da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 6 de Dezembro de 1976

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

TEATRO ABC

Telef. 36 67 45

SÉRGIO AZEVEDO

apresenta

VERA MÓNICA

na Arrumadora,

BALLET STAR DANCER'S

Todos os dias 2 sessões

Às 20.30 e 22.45

Domingos e feriados «Matinée» às 16 horas

A REVISTA MESMO REVISTA EM 4.º MÊS

«CADA COR SEU PALADAR»

com HERMINIA SILVA, NICOLAU BREYNER, RIBEIRINHO, VERA MÓNICA, VÍTOR MENDES e LOURDES LIMA

Não perca o início do espectáculo porque assim só vê a 2.ª cena...

Uma revista que é uma pausa na M... da política

Amanhã estreia da peça infantil «MANECAS NA IDADE DA PEDRA»

N/acons. a m. 18 anos

Sociedade «ESTORIL»

LINHA DE CASCAIS

AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, no troço Belém - Algés, a circulação de comboios, das 10 às 11.30, das 15 às 16 e das 21.30 às 5 horas, a partir do dia 6 de Dezembro e durante cerca de 15 dias, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções

Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-[illegible] — [illegible]58-A

TABACARIA LOUREIRO

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

Nacional

FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

M.E.I.C. define competências da Comissão de Reestruturação

Na sequência de uma resolução do Conselho de Ministros, o Decreto-Lei número 843-B/76 publicado no «Diário da República» de hoje determina que «será constituída uma comissão composta por especialistas de reconhecida competência para estudar e propor as medidas necessárias à reestruturação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa».

Assim, compete aos membros da comissão de reestruturação, a serem designados por despacho do ministro da Educação e Investigação Científica, propor «o plano de estudos do curso geral de Direito e dos cursos de pós-graduação e instituir; as linhas gerais de orientação pedagógica, métodos de ensino e processos de avaliação de conhecimentos; a contratação de novos docentes, bem como a renovação de contratos dos actuais, na base dos critérios legais: as medidas adequadas para incentivar o desenvolvimento da investigação no sector das ciências professadas na Faculdade, em ordem, nomeadamente, à preparação de novos docentes e à valorização dos actuais; os meios de que deve ser dotada a biblioteca da Faculdade, de forma a torná-la apta a responder às exigências do ensino e da investigação».

Pode ainda a comissão propor em circunstâncias especiais, a suspensão de funções e equiparados a professores ou assistentes. A comissão, que terá de ter o relatório pronto no prazo de 90 dias, «procurará recolher sugestões e colaboração adequada dos estudantes de Direito». O processo de reestruturação não virá prejudicar a frequência e o aproveitamento do presente ano lectivo.

O decreto que regulamenta a gestão no Ensino Superior não será aplicável na Faculdade de Direito. Em sua substituição o M. E. I. C. nomeará uma comissão «encarregada de assegurar a gestão» até ao termo do processo de reestruturação.

Entretanto, ontem, na Faculdade de Direito, decorreu uma reunião geral de escola que acabaria por se ver reduzida a «meeting» com o abandono da sala por parte de estudantes da direita. No «meeting» (sem carácter deliberativo) foram no entanto aprovadas três propostas (duas da U. E. C., uma dos G. D. U. P.'s) que apontam para o repúdio das medidas do M. E. I. C. (criação de uma comissão de reestruturação, uma forma encapotada de declarar o caos pedagógico), contestação do decreto que regulamenta a gestão no Ensino Superior e críticas à direcção da Associação de Direito pelas atitudes conciliatórias que tem tomado face ao M. E. I. C.

PLENÁRIO DA ACADEMIA DE LISBOA

Aplicação dos princípios mínimos de gestão democrática e convocação de um novo encontro das estruturas associativas, foram as decisões aprovadas ontem, num plenário da Academia de Lisboa. Amanhã, assim, realizar-se-á uma reunião de interassociações.

Para lá das divergências existentes (mas sanáveis) entre os estudantes presentes no plenário uma proposta foi aprovada por unanimidade: o repúdio pelo encerramento da Faculdade de Economia do Porto. Entretanto, à semelhança do que acontecera já em Coimbra, elementos do M. R. P. P. viriam causar certa perturbação quando exigiram que uma proposta deles fosse lida, ao contrário do que fora decidido: que apenas estruturas associativas poderiam apresentar propostas.

Também acabaria por ser contestada pelo plenário, a criação de Comissões Directivas em substituição dos Conselhos Directivos Demissionários.

ECONOMIA DO PORTO

PORTO, 10 Hoje, os estudantes da Faculdade de Economia, que continua encerrada, vão tentar avistar-se com o ministro Sottomayor Cardia que, na qualidade de dirigente socialista, estará presente num comício a decorrer no Porto no âmbito da campanha eleitoral para as autarquias locais. Os estudantes acreditam que efectivamente o M. E. I. C. está mal informado de tudo o que se passou, ao mesmo tempo que sublinham que tem sido a Faculdade de Economia aquela onde o funcionamento lectivo tem sido dos mais positivos. Durante uma conferência de Imprensa foi salientado que o pequeno grupo de estudantes que estaria na origem dos incidentes ocorridos durante a reunião da Comissão Directiva Provisória não é de forma alguma representativo de qualquer estrutura da Escola. Mais: foi feita a denúncia que «forças desconhecidas se movem na sombra tentando a todo o transe provocar e manter o encerramento da Faculdade».

JOÃO ABEL MANTA. DRAWINGS. I.C.A. INSTITUTE OF CONTEMPORARY ARTS. THE MALL, LONDON S.W.1. NOVEMBER 30, DECEMBER 11 1976

O cartaz da exposição

Londres vê exposição de João Abel Manta

Pela primeira vez a ICA (Instituto de Arte Contemporânea) abriu as portas às artes plásticas portuguesas com uma exposição individual de João Abel Manta, nosso prezado colaborador e de que apresentamos um cartaz em exposição.

Na célebre galeria do «Mall» fundada por Henry Moore e Herbert Read, por onde têm passado os mestres dos nossos dias, desde Picasso a Pollock, estiveram patentes durante três semanas «Desenhos de João Abel», num volumoso certame que a Imprensa britânica, incluindo o especializado «Time Out», referiu com destaque.

Por sua vez, a televisão da BBC dedicou uma parte de um dos conhecidos programas «Omnibus», de Colin Thomas, à pintura e ao «cartoon» do artista português que entrevistou no seu atelier de Londres.

Seria um O.V.N.I. no céu da Madeira?

FUNCHAL, 10 — De acordo com uma notícia publicada no «Jornal da Madeira» de hoje, foi visto ontem na região de Palheiro Ferreiro, do Funchal, um objecto voador não identificado, com a forma e a cor de uma laranja, que permaneceu alguns minutos no ar antes de desaparecer.

NOTA OFICIOSA

Encerrado o I.T.E.

Do M.E.I.C. recebemos a seguinte nota oficiosa:

«Em face do Instituto de Tecnologia Educativa, organismo dotado de indispensáveis meios para o desenvolvimento de uma pedagogia nova, não poder, pela sua actual orgânica interna, responder equacionalmente aos quesitos inerentes as funções para que foi criado, por despacho do ministro da Educação e Investigação Científica, de 7 de Dezembro de 1976, determina-se que se proceda à imediata suspensão dos seus serviços, salvaguardando-se, no entanto, as estruturas de apoio a Telescola.

O mesmo diploma determina que a direcção do I.T.E. providencie no sentido de, no mais curto prazo, reabrirmos serviços, à medida que os mesmos forem reestruturados e sem aguardar pela reestruturação global.

Por se considerar, ainda, indispensável uma correcta atribuição de funções aos funcionários do I.T.E., a fim de que possam desenvolver as suas potencialidades, o presente despacho determina que, sem prejuízo dos seus direitos, durante a fase de reorganização, e enquanto não forem chamados, os funcionários aguardarão fora dos serviços instruções sobre a sua futura inserção.»

ESCOLAS SEM AULAS

Ainda do M.E.I.C. recebemos mais uma nota oficiosa cujo texto informa:

«Com vista a evitar situações isoladas inadequadas e eventualmente prejudiciais relativamente ao período de interrupção de aulas nos estabelecimentos de ensino em que funcionem Assembleia de Voto o M. E. I. C. informa:

1. — Nos estabelecimentos dos ensinos primário, preparatório, secundário e médio em que funcionem Assembleias de Voto, poderão sempre que se justifique, ser interrompidas as actividades escolares, desde sexta-feira, dia 10, até segunda, dia 13, ambos inclusive.

2. — Nos estabelecimentos onde não funcionem, ou mesmo que funcionem não se torne necessário, não há qualquer suspensão de aulas.»

Encerrado o Centro Informativo de Intoxicações

O Centro Informativo de Intoxicações, que durante doze anos funcionou na Rua Elias Garcia, acaba de encerrar.

Motivo: outros centros idênticos irão ser criados pelo País fora, segundo afirmaram autoridades competentes ligadas à Secretaria de Estado da Saúde.

O Centro agora fechado funcionava vinte e quatro horas por dia atendendo dezenas de pessoas intoxicadas a título gratuito.

«Nem sequer aos domingos fechava» — disse-nos uma funcionária.

Alguns números elucidativos vidade do Centro: em 1975 foram ali socorridas 7082 pessoas; no ano corrente, cerca de 6200.

Nove médicos (por turnos) prestavam a assistência de que os intoxicados careciam. «Muitas pessoas salvámos nós da morte» — disse-nos ainda a mesma funcionária.

Independentes da Comissão Nacional do M.U.P. contra abstenção no domingo

Independentes da Comissão Nacional do M. U. P. assinam uma declaração em que se pronunciam contra a abstenção nas aleições para as autarquias locais. Assim, pronunciam-se a favor de um voto que defenda os interesses dos trabalhadores tendo em linha de conta que a direita é o inimigo principal. Assinam a declaração já que alguns membros sem partido da Comissão Nacional do M. U. P., se encontram fora de Lisboa, os seguintes membros: Carlos Magro, Catalina Pestana, Conceição Moita, Eduardo Cruz, Homero Cardoso, Jerónimo Franco, João Serra, Jorge Almeida Fernandes, Luís Salgado Matos e Nuno Pereira da Silva.

Declaram independentes do M. U. P.:

«Os órgãos dirigentes do Movimento de Unidade Popular e GDUP's não tomaram posição sobre o voto nas freguesias e concelhos em que os GDUP's não apresentam ou não apoiam listas. Dois partidos apoiantes do M. U. P., a U. D. P. e o M. E. S., divulgaram posições contraditórias sobre esta questão.

As eleições para as autarquias locais são um momento do combate pela unidade popular. São um momento do combate contra a direita, o capitalismo e a ameaça fascista.

«Por isso, membros sem partido da Comissão Nacional do M. U. P., na impossibilidade de convocarem a Comissão Nacional, julgam necessário propor aos activistas do M. U. P. e ao povo trabalhador a seguinte posição:

«1 — Os trabalhadores votam nas autarquias locais pela unidade popular contra o inimigo principal. O inimigo principal são os partidos da direita e do capitalismo, os partidos que apoiam os fascistas e protegem os terroristas — o C. D. S., o P. P. D., o P. P. M. e o P. D. C.

«2 — Quando não houver listas dos G. D. U. P.'s, os trabalhadores votam nas listas de cidadãos — excepto nas que forem manipuladas por caciques e pelos partidos da direita.

«Se não houver listas de cidadãos nem listas de G. D. U. P.'s, os trabalhadores escolherão, na situação concreta da sua freguesia ou concelho, qual a lista que melhor serve os interesses dos trabalhadores. Só os trabalhadores, analisando a situação em que lutam, podem fazer esta escolha.

«As eleições para as autarquias locais são um momento da batalha pela unidade popular, contra o capitalismo e a ameaça fascista. Estas eleições só permitirão o avanço dos trabalhadores se, antes e depois do voto, forem colocadas ao serviço das suas lutas e dos seus interesses de classe.

«3 — A abstenção (ou o voto nulo), quando as listas dos patrões e dos fascistas se opõem a listas que incluem antifascistas, significa que não sabemos identificar o inimigo principal e que colocamos interesses partidários à frente dos interesses do campo popular.

«Quando não houver listas apoiadas pelos G. D. U. P.'s, mas onde se confrontem listas patrocinadas por fascistas e listas de antifascistas, a posição mais correcta é votar contra o inimigo principal. E, neste caso, votar numa lista patrocinada pelo P. S. ou pelo P. C. P. - F. E. P. U. não significa dar apoio à política destes partidos.

«O P. S. está no Governo a atacar a unidade sindical, a destruir a Reforma Agrária, a deixar subir os preços aos capitalistas, a aumentar o desemprego dos trabalhadores, a vender o País aos americanos e alemãs.

«O P. C. continua a dividir os trabalhadores para fortalecer o seu aparelho, continua a ceder nos gabinetes de São Bento em vez de combater nas fábricas e nos campos: aceitou as desocupações no Alentejo em troca de «promessas» de expropriações e agora aceita mais desocupações sem expropriações.

«Nem o P. S. nem o P. C. têm uma política que mereça a confiança dos trabalhadores.

«4 — O principal inimigo dos trabalhadores é a direita, o capitalismo e a ameaça fascista. Por isso os trabalhadores são os únicos capazes de, em cada freguesia ou concelho em que não haja listas dos G. D. U. P.'s ou autênticas listas de cidadãos, escolherem qual a lista que melhor lhes permite combater a direita, o capitalismo e a ameaça fascista — mesmo que seja apresentada pelo P. S. ou pelo P. C. P.-F. E. P. U. Os trabalhadores não votam no P. S. ou no P. C.-F. E. P. U. porque estas organizações sejam aquelas que respondem às suas necessidades e anseios mas porque o inimigo principal não são elas. Vontam contra o inimigo principal.»

PARA MÁRIO SOARES

P.S. vai ganhar, Governo vai durar

Mário Soares mostra-se convencido que o seu partido, o P. S., triunfará no próximo acto eleitoral.

Falando num comício-festa promovido na F. I. L., o secretário-geral do P. S. manifestaria também confiança em que o Governo que chefia, apesar das dificuldades crescentes que enfrenta, se manteria no Poder até ao termo do seu mandato de quatro anos.

Mário Soares, que criticou os restantes partidos, nomeadamente o P. S. D./P. P. D. e o P. C. P., diria que o P. S. «ganhou sempre as eleições assim como outras batalhas e mencionou a lista do seu partido para a Câmara Municipal de Lisboa como tendo sido «criteriosamente escolhida» com base na competência dos seus membros.

Quanto ao Governo P. S., diria: «Há quatro meses e meio que o Governo existe e não se vê que possa ser substituído. Irá governar nos próximos quatro anos, porque assim o quer o povo português.» E mais adiante: «É evidente que o País atravessa dificuldades e que estamos numa crise profunda que vem de 48 anos de ditadura, de 14 anos de guerra colonial e de dois anos e meio de desvario gonçalvista. No entanto, o povo compreendeu isto e hoje existe uma autoridade democrática para cuja consolidação muito contribuirá a vitória do P. S. nas próximas eleições.»

Durante o comício usaram ainda da palavra Mário Nunes da Silva da F. A. U. L., João Gomes, Vasco da Gama Fernandes, Edmundo Pedro, Maldonado Gonelho, Marcelo Curto e Aquilino Ribeiro Machado.

Militantes do P.S. em listas Povo Unido

PORTO, 9 A maneira como foi elaborada a lista do P.S para as eleições das autarquias locais na Freguesia de Landos (Póvoa do Varzim), levou 25 militantes a abandonar aquele pajtido e a aderir à Frente Eleitoral Povo Unido apresentando a sua candidatura por esta coligação.

Entretanto durante o comício da FEPU, realizado em Felgueiras, foi revelado que nas listas apresentadas por aquela frente no concelho participam, além de militantes e activistas dos partidos que a integram, 98 independentes, um militante do MES e nove saídos do P.S.

APREENDIDOS PANFLETOS DO C D S

Uma queixa apresentada à G.N.R. de Santo Tirso por elementos da FEPU, denunciava que numa tipografia daquela vila estariam a ser impressos panfletos injuriosos para aquela coligação mandados fazer pelo C. D. S. Feita uma busca à tipografia «Jornal de Santo Tirso» foram encontrados alguns desses panfletos que, por conterem matéria «ilícita» perante a lei, foram apreendidos e entregues ao tribunal competente.

LISTA UNITÁRIA DA SÉ

As associações de moradores das Fontaínhas, da Sé, no Porto, e independentes desta freguesia, apresentaram uma lista às eleições do próximo domingo. A lista denomina-se de «Lista de Moradores da Freguesia da Sé» e é encabeçada por Adelino Loureiro da Silva, litógrafo.

COMÍCIO NO COLISEU

A comissão coordenadora do Porto da FEPU promove, amanhã, à noite, no Coliseu do Porto, um comício para encerramento da sua campanha eleitoral para as autarquias locais.

Os oradores à sessão farão uma análise da acção desenvolvida pela FEPU.

Base-F.U.T. opõe-se à U.D.P. em questões de voto

Em comunicado ontem divulgado a Base/FUT recomenda o voto na FEPU ou no Partido Socialista nos locais onde não concorrem os GDUP's.

O comunicado, elaborado em resposta a recentes posições da UDP contra as quais se insurge, afirma:

«Uma organização apoiante do Movimento de Unidade Popular, a UDP, deu há dois dias uma conferência de Imprensa para aconselhar os trabalhadores à abstenção nas terras onde não concorrem os GDUP's, adiantando que o voto na FEPU e no Partido Socialista é contributo para abrir caminho à direita.

«Perante o silêncio do secretariado do MUP, a Base/FUT sente-se no dever de se demarcar das afirmações da UDP.

«A Base/FUT? Defende que os trabalhadores devem votar; defende que onde não concorrem listas dos GDUP's o voto deve orientar-se para as listas da FEPU ou do Partido Socialista; salienta a gravidade de atitudes como as que tomou a UDP ao tentar identificar o MUP com as suas próprias posições.

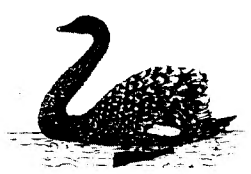
«Se há métodos e actuações que não favorecem a unidade, estes estão seguramente entre os que podem ser classificados nessa categoria».

Congelados os bens de Taborda Ferreira

Perante as conclusões de um relatório apresentado pela comissão administrativa da empresa Efico, o Secretário de Estado do Tesouro mandou congelar os bens pessoais de Vasco João Scazzola Taborda Ferreira, Helena Maria Correa de Sá Taborda Ferreira e António Macieira Coelho.

O despacho que determina esta medida foi publicado no «Diário da República», I Série, n.287.

O QUE É?



BLACK SWAN

Aprovado Plano de Sobreira-Maia

Por despacho do ministro da Habitação, Ribeiro Pereira, foi aprovado o plano do conjunto habitacional de Sobreira-Maia, que terá 648 fogos, e foi elaborado no âmbito dos programas habitacionais do Fundo de Fomento da Habitação.

Em BUARCOS o DIARIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SATÉLITE

Coluna da Direita

Os ataques mais ou menos subtis contra a Democracia; as provocações mais ou menos claras ao 25 de Abril; a propaganda encapotada ou mesmo descarada do fascismo e a defesa directa ou indirecta do regresso aos «velhos tempos», proliferam em certa Imprensa reaccionária.

O conhecimento de certos exemplos significativos parece-nos da maior utilidade para os nossos leitores. Dai a razão desta coluna, onde iremos transcrevendo alguns textos mais esclarecedores.

SE...

«Se há trinta meses, quando Álvaro Cunhal chegou ao aeroporto, fosse imediatamente devolvido à procedência; se depois do 28 de Setembro e 11 de Março, Álvaro Cunhal fosse pronunciado e guardado a ferros em Caxias; se depois de conhecidos os projectos e listas da alertada «Matança da Páscoa», Álvaro Cunhal fosse condenado por tentativa de dois mil homicídios em premeditação; se depois do Verão de 75 Álvaro Cunhal fosse declarado «persona non grata», e finalmente, se depois do 26 de Novembro, Alvaro Cunhal fosse pontapeado até à fronteira, a classe operária não estaria presentemente a braços com este terrível agravamento das condições de vida.

Mas acontece que essas condições não são apenas enfrentadas pela classe operária. Sofre-as todo um povo e é a classe operária aquela que economicamente melhor pode resitir-lhes.»

«BARRICADA» — 9/12/76

Esta da «Barricada» se referir ao «terrível agravamento das condições de vida» da classe operária, não lembraria ao diabo, pois é evidente no escrito o desejo de ver a esquerda em Caxias e no exílio. Tal como antes do 25 de Abril.

VOTAR POR QUEM? BASTA QUE SEJA CONTRA ISTO...

«Se, como até aqui, o povo continuar a vomitar o xarope marxista votando em força contra aqueles que no-lo querem impingir, o Presidente da República, ao escolher outro chefe de Governo aconselhará a formação de um novo gabinete que respeite a vontade popular. Mas esta tem de surgir muito clara, e é preciso manifestá-la sem margem para dúvidas. As abstenções, em toda a parte, contam como votos a favor. Quem é que está interessado na continuação desta permamente bambochata? Quem perdeu todo o amor à sua terra? Quem é que quer ser estrangeiro dentro de fronteiras que são nossas?

Nada de abstenções. Um dia, um dia ao menos, sejamos dignos do passado.

Vamos votar. Eu, tu, este e mais aquele. Toda a gente.

Por quem?

Basta que seja contra isto.

Para erguer a Pátria que muitos fizeram descer tão baixo!»

CARLOS VIVEIROS EM «TEMPO» — 9/12/76

Votar «contra isto» quer dizer, contra a democracia, que o «Tempo» considera «bambochata») é a preocupação do atrevido plumitivo.

SUGESTÕES

A direita, neste momento, tem um projececto político, tem gente — e tem o princípio de uma força organizada. Na reconstrução do país há que contar com ela. Como já se viu, nada é possível fazer sem o seu apoio. Dispomo-nos a assumir as nossas responsabilidades. Agora já — ou para muito breve. O chefe do Estado deve sentir-se rodeado por todos os portugueses.»

«O Relatório sobre os presos vem incriminar o PC e o MDP/CDE — e vem abrir a porta para a sua ilegalização. Diminui muito, todavia, ao menos entre a classe política, o prestígio do PS, que, tendo sido cúmplice de Cunhal, no golpe de Estado do 28 de Setembro, se vê moralmente ilegitimado pela legalidade e pela violência que caracterizaram há pouco mais de dois anos o início do consulado gonçalvista, de que Mário Soares sempre participou apesar dos vexames e humilhações que, durante todo o tempo, o enxovalharam.

«A RUA» — 9/12/76

Aspiração da «Rua»: ilegalização de partidos da esquerda e regresso da «ordem» fascista, com o chefe do Estado rodeado «por todos os portugueses»...

Nacional

Inquérito às autarquias (conclusão)

Voltou o medo de votar?

JOSUÉ DA SILVA (texto)
RUI PACHECO (fotos)

Com este último apontamento, finalizamos hoje o inquérito que temos vindo a publicar, referente às eleições para as autarquias e que se baseou na pergunta: *Que vai exigir às autarquias agora eleitas, mormente às câmaras municipais?*. Respondem habitantes dos concelhos de Oeiras e Lisboa.

Se analisarmos atentamente os inquéritos à opinião pública sobre as eleições para as autarquias, realizados por vários dos órgãos da Comunicação Social, não nos passará despercebido o visível desencanto das populações perante um acto que, há pouco mais de um ano, quando das eleições para a Constituinte, mobilizou o entusiasmo, a fé e o voto dos portugueses na sua quase totalidade. Muita água correu sob as pontes de então para cá e, diga-se de passagem, nem sempre no bom sentido. As vacilações e a degradação do processo revolucionário, ao quebrarem ou enfraquecerem aquilo que esse mesmo processo continha de mais substancial e promissor (a espontaneidade da massa populacional na sua adesão ao espírito de «construção de um país novo») acabaram por permitir que o desinteresse, o comodismo, o medo e a descrença levassem uma grande parte das populações a voltar as costas a actos tão importantes e de tão profundas consequências na vida nacional, como que vai decorrer à boca das urnas no próximo dia 12. Ora esta *demissão* é tremendamente perigosa, pois os inimigos das esperanças do 25 de Abril têm uma longa experiência de como agir nos momentos em que as pessoas decidem deixar cair os braços e entrar na passividade fácil e agnóstica.

É certo que aquela parcela de portugueses mais bem informados ou cujas condições de vida e ambiência (lembremos, por exemplo, os trabalhadores das zonas industriais) lhes deram uma consciência política capaz de superar as arbitrariedades e «agressões», não faltará à chamada. Mas nós referimos o País, e o País não são só as zonas industriais.

Onde nos arrastará, portanto, esta sintomatologia de abulicismo que veio de novo instalar-se (por culpa de quem e de quê, saber-se-á um dia) na alma dos portugueses? Ou acontecerá que mais uma vez este povo despertará na hora própria, fazendo com que a *forma* seja ultrapassada pelo conteúdo e que, para espanto nosso, veremos acorrer às urnas ainda a grande maioria dos cidadãos?

DEMOCRACIA?

De qualquer modo, os sintomas acusam uma grave sensação de insegurança, mesmo diante de um acto tão simples e constitucional como é o acto de votar. O medo lapidar que o fascismo inculcou nas pessoas desta terra, torna a andar por aí. Temos, entre os apontamentos do nosso inquérito e referente ao concelho de Lisboa, a seguinte nota: «Sabe o que é que eu exigia? Autarquias que tivessem força para, com o povo a seu lado, acabar com os desmandos da governação, que quanto a mim, já passam todas as marcas. É bom que os trabalhadores tenham perfeita consciência de que tais desmandos são sempre feitos contra eles.» Era mais um testemunho e, como tal e porque não andávamos ali para outra coisa, recolhemo-lo. Mas como um inquérito, e para evitar *confusões*, há que identificar as pessoas que nos respondem, pedimos ao nosso entrevistado de acaso o nome, a profissão e a morada. Resposta: «Ah, isso é que não, desculpe. Neste momento não me arrisco a subscrever uma opinião destas. Sabe, é que eu tenho quatro filhos, mulher, e mãe a sustentar.» Eram as quatro da tarde de um dia desse início de Dezembro de 1976. E isto passou-se em plena «baixa» lisboeta, com um homem que estava muito longe de ser um analfabeto. Tristemente elucidativo, não por se tratar de um caso isolado, mas por ser um dos vários casos por nós detectado neste sentido. E quando num país que se diz em democracia as pessoas confessam ter *medo de falar*, o que é que se pode pensar de tal democracia? E este medo de falar será o mesmo que o medo de dizer dos seus direitos? De exigir que se cumpram as leis constitucionais? E também de votar?

OEIRAS

Terminemos, pois, o nosso inquérito.

Dina, empregada de comércio, moradora em Paço de Arcos:

Ainda não pensei nisso muito bem. Falta-me uma data de conhecimentos para que possa responder com alguma lógica.

Silvina Godinho Lopes Guedes, operária, casada, Amadora:

Se quer que lhe diga, não sei bem. Mas... talvez as câmaras devessem tratar mais depressa o problema da habitação. Olhe, eu vivo numa assoalhada, e tenho um filho com quinze anos. Mas como é que posso pagar uma renda mais elevada?

Ana Maria Rodrigues Filipe, solteira, operária:

Acho que se lhes deve exigir qualquer coisa de melhor. As rendas de casa, por exemplo, deviam ser mais baratas. Mas não acredito que isto mude. Tenho votado, agora não voto mais.

Eduardo de Matos, oficial de impressor, Amadora:

Devemos exigir uma boa administração, pelo menos. Uma coisa que eles têm dito há muito tempo que vão acabar e que nunca acabam, são as barracas. Eu vivo numa. Votarei por autarquias que olhem por nós.

Maria de Fátima Henriques:

Não tenho ideias nenhumas sobre isso. No entanto, queria que as câmaras vissem bem o problema das casas e também dos transportes. Não voto.

Ana Maria Rosa Ferreira, Reboleira-Sul, Amadora:

Eu ainda nem sequer sei se vou votar... Que exijo! Casas mais baratas, transportes em condições e a preços populares. Eu, por exemplo, pago seis escudos, só de ir de uma estação para a outra. Isto não está certo.

Paulo Gilberto Ferreira Camacho, casado, Linda-a-Velha:

Como eleitor exijo das câmaras o cumprimento da Constituição acima de tudo, visto que esse facto resume todo o processo democrático e a consolidação das conquistas revolucionárias. De todos, considero como mais grave e a necessitar de imediata solução, o problema habitacional. E, porque não há forma de os separar, toda a problemática inerente à saúde, ao saneamento básico, aos equipamentos sociais, etc.

Isabel João Carvalho Ferreira Chaves, empregada de escritório, Amadora:

Quero começar por dizer que o trabalho que a actual CComissão Administrativa da Câmara de Oeiras tem levado a cabo é, a todos os títulos, admirável, apesar das limitações de toda a ordem. Portanto, quanto à nova câmara a eleger, penso que lhe devemos exigir que continue esse trabalho e que, agora, com todos os poderes que lhe confere a Constituição, faça uma administração com os olhos nos interesses das populações.

Carlos Dias, caixeiro viajante, Oeiras:

Exijamos a defesa da Constituição. Entendo que tal desfesa se pode e deve fazer atrabés das autarquias, pois só dessa maneira se dará oportunidade ao povo de defender, igualmente, os seus interesses. Desejaria que a próxima Câmara fosse constituída por elementos progressistas, não necessariamente ligados a este ou àquele partido. Para isso darei o meu voto.

LISBOA

Maria da Encarnação Rodrigues Leonarda, empregada bancária: Exijo que não haja boicote, como até aqui às Comissões de Moradores. Ora, penso que isso só pode ser possível através duma estrutura popular e com pessoas que correspondam a essas estruturas. Vou votar de forma a defender o que disse atarás mas não com a certeza de que isso aconteça. Pelo menos, não me parece que aconteça desta vez. Um dia será.

Fernando Tavares Ferro Delicado:

Deve-se exigir que resolva os problemas das pessoas menos favorecidis. Quando estes problemas prioritários estiverem resolvidos, que se trate então de todos os outros. Mas não creio que uma Câmara Municipal com gente de certa cor política vá trazer alguma melhoria substancial às populações.

Hernâni Roberto Torres, empregado bancário:

Há problemas que necessitam solução urgente e é de exigir que seja sobre eles que as Câmaras se debrucem. Claro que o da habitação é o número um. O escândalo das barracas tem de terminar. Temos ainda os transportes, o trânsito, etc. Lisboa, neste momento, não tem ponta por onde se lhe pegue.

Maria Esmeralda Ferreira, operária:

Farta de eleições estou eu. Já não acredito em nada disto e por isso não exijo nada, nem voto.

Silvina Guedes: «Deviam tratar mais depressa do problema da habitação»

Carlos Dias: «Exijamos a defesa da Constituição»

Eduardo Matos: «Uma boa administração, pelo menos»

Ana Maria: «Acho que se lhes deve exigir qualquer coisa de melhor»

Fernando Delicado: «Que resolvam os problemas dos menos favorecidos»

Maria Esmeralda Ferreira: «Farta de eleições estou eu»

Maria da Encarnação: «Que não haja boicote às Comissões de Moradores»

Isabel Chaves: «Que faça uma administração com os olhos nos interesses das populações»

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

BIBLIOTECA PÚBLICA

Rua Visconde Almeida Garrett, 12 — Almada

INAUGURAÇÃO: Dia 18 de Dezembro

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

Dias úteis — 17 às 20 e 21 às 23 horas

Sábados — 10 às 13 horas

Intervenção Socialista toma posição

«Como, infelizmente, a lei não definiu os poderes das autarquias locais, não dignificou a função das Assembleias de Freguesia e Municipais, dificultou, a nível de freguesia, a apresentação de listas por grupos de cidadãos eleitores e confiou aos partidos e frentes de partidos a participação nas eleições a nível do município, o próximo acto eleitoral, por responsabilidade exclusiva do poder, assume um carácter político geral e não contribui para prestigiar as instituições do poder local» — afirma a «Intervenção Socialista» num comunicado em que marca a sua posição face ao próximo acto eleitoral.

A I. S., afirmando que «não quer nem pode colaborar no acentuar desta tendência», apelando embora para uma participação no acto eleitoral, «recusa-se a dar uma indicação de voto com carácter nacional».

«Nestes termos», diz o comunicado, «a I. S. limita-se a recomendar o voto, a nível de freguesia, e onde elas existirem, naquelas listas que resultem de experiências de luta anteriores, de carácter inequivocamente unitário, em torno de interesses concretos locais mobilizadores das populações. No que respeita aos órgãos municipais e às assembleias de freguesia em que o eleitoral se confine a partifos ou frentes de partidos, a I. S. recomenda o voto naquelas listas que, a nível local, dêem maiores garantias de, responsavelmente, virem a lutar por uma efectiva descentralização administrativa e pela participação efectiva dos cidadãos no exercício do poder local, designadamente através de uma estreita colaboração com as organizações populares de base.»

Nacional

Concentração na Lobata criticada pelo P.C.P.

A propósito de uma manifestação convocada pelos GDUP's para a herdade da Lobata, o Partido Comunista Português divulgou um comunicado no qual considera essa atitude de «irresponsável e provocatória». Denuncia no texto, a complacência do Governo PS «perante esta provocação» em flagrante contraste com as ameaças de repressão «que o Governo vem dirigindo aos trabalhadores alentejanos».

Afirma-se no texto que a UDP/GDUP's «procura com esta acção, que reafirma o seu carâter procatório de aliado da reacção, mascarar o seu isolamento na zona da Reforma Agrária e arrastar os trabalhadores para situações de conflito e violência». Finalmente no comunicado do PCP alertam-se os trabalhadores para o facto de a «provocação vir precisamente no período eleitoral.» Acrescenta-se ainda que «considera de maior importância para a defesa e consolidação da democracia a realização das eleições num clima de tranquilidade e segurança».

Cooperativa do Ervedal "devolvida" pela força

Numa passagem do seu discurso o ministro António Barreto afirmou que o Governo. «utilizaria todos os meios» no sentido de fazer cumprir a lei. O governador civil de Portalegre, Júlio Calha, fiel intérprete da posição do ministro, apressou-se a mandar para o Ervedal um espaventoso aparato bélico. Os trabalhadores, entretanto, já tinham negociado com os pequenos e médios agricultores da cooperativa «Figueira e Barros» a questão que os opunha. Foi acordado através de assinatura de uma acta que os rurais ficariam a ajudar os pequenos e médios agricultores, elegendo-se uma comissão composta por três agricultores e dois trabalhadores rurais para gerirem o lagar.

O governador civil, pelos vistos prefere outros métodos os métodos autoritários...

Os trabalhadores rurais não se deixaram amedrontar com os blindados nem sequer com as armas. Permaneceram durante todo o dia de ontem junto do lagar. Estavam no seu posto mas evitaram sempre entrar em conflito com as forças da G.N.R.. Não era para isso que eles lá estavam. O governador civil preferiu passar por cima da acta, elaborada por ambas as partes, argumentando que os agricultores da cooperativa Figueira e Barros «tinham assinado a acta sob coacção» e impor pela força a retirada dos rurais.

Na opinião de um dirigente do Sindicato Agrícola de Portalegre esta atitude prepotente governador civil vai ainda trazer grandes problemas. O lagar (até agora) moía cerca de um milhão e meio de quilos de azeitona. Em face da situação criada, quando o governador civil passa a borracha por cima das negociações, os trabalhadores não estão dispostos a colocar a azeitona das cooperativas da zona, no lagar. Ora, se como afirma o dirigente sindical o lagar tem uma dívida ao Estado na ordem dos dois mil e tal contos assim com uma fraca laboração ser-lhe-á muito mais difícil pagar essa dívida. Na estimativa do dirigente sindical o lagar vai ter para o ano uma quebra brutal na entrada da azeitona para laboração.

Máquinas agrícolas oferecidas a rendeiros de Vila Nova de Gaia

Várias máquinas agrícolas foram oferecidas aos rendeiros de Vila Nova de Gaia pelos trabalhadores da Cooperativa Primeiro de Maio, de Avis, e pela União Soviética. Este gesto de solidariedade foi comemorado numa festa que teve lugar na Escola Soares dos Reis. Quando chegou o tractor oferecido pela União Soviética um rendeiro ao usar da palavra em nome dos rendeiros que vão beneficar desta importante ajuda salientou o facto de as máquinas abrirem uma prespectiva nova àqueles que nos campos do Norte trabalham a terra.

A lei do Arrendamento Rural foi um dos pontos abordados nas diversas intervenções que na festa se fizeram. Um membro da Intersindical, presente naquela reunião comemorativa, desmascarou as calúnias de que os trabalhadores alentejanos têm sido vítimas ao longo do processo da Reforma Agrária.

MAQUINAS PARA COOPERATIVAS DO ALGARVE

Um tractor de rastos, uma moto-bomba e uma grade de discos foram entregues às cooperativas «Popular da Barrada», «Boa Vontade», «Castelhanos», «Paz e Progresso», do concelho de Alcoutim. Este conjunto de maquinaria agrícola veio da União Soviética.

Durante a cerimónia da entrega das máquinas, na qual esteve presente o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Faro, sublinhou-se o gesto de solidariedade da União Soviética traduzida nesta importante oferta que vai servir as cooperativas de produção de Martilongo, a Cooperativa de Comercialização União Agro-Pecuária, assim como as cooperativas de produção agrícola dos concelhos de Castro Marim e Tavira e ainda os pequenos agricultores dos referidos concelhos.

ÁLVARO CUNHAL EM ÉVORA

Severas críticas ao Governo P.S.

Severas críticas ao actual Governo foram mais uma vez formuladas pelo secretário-geral do P. C. P. que, no âmbito da actividade de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido que o seu partido vem desenvolvendo, esteve nos últimos dias nos distritos de Évora e Portalegre.

«Nós pensamos que um Governo que sirva a democracia portuguesa é um Governo que tem de ganhar, não a confiança dos capitalistas, mas a confiança dos trabalhadores. É essa que deve ser a preocupação de um Governo democrático», disse, nomeadamente, ao enunciar o que classificou como medidas antiopetárias do Governo P.S.

Falando em Évora perante cerca de seis mil pessoas, e depois de outros comícios realizados em Montargil, Ponte de Sôr, S. Manços e Montemor-o-Novo, Álvaro Cunhal aludiria ainda à situação criada em muitas fábricas que tinham sido reduzidas à beira da ruína pelos antigos proprietários: «Esses proprietários», disse, «retiraram fundos, fizeram todas as irregularidades, cancelaram encomendas, anularam mercados, tudo isto para conduzir a economia nacional, depois do 25 de Abril, a uma tal situação que justificasse um golpe contra-revolucionário. Nas fábricas em que houve intervenção do Estado contra tal situação, em que os trabalhadores controlaram as empresas, conseguiram, com o seu trabalho, com o seu esforço, com o seu sacrifício, que elas continuassem a funcionar, conseguiram em muitos casos pagar as dívidas dos antigos patrões. E vem agora este Governo que se chama 'democrático', que se chama 'socialista', restituir essas fábricas aos antigos patrões. Nós estamos em desacordo, nós lutaremos contra isso. Isto não é uma política democrática, é uma política de recuperação capitalista».

O secretário-geral do P. C. P. prosseguiu referindo especialmente a situação da Reforma Agrária.

«No que respeita à Reforma Agrária o que é que nós vemos?», perguntou.

«Este Governo comprometeu-se a prosseguir a Reforma Agrária. Quando vieram dizer que havia terras expropriadas abaixo dos 50 mil pontos nos vimos como os trabalhadores e os seus sindicatos estiveram de acordo em estudar todas as reclamações e foram restituídos 10 mil hectares aos antigos proprietários. Os trabalhadores cumpriram a palavra. Estudaram a situação, não exigiram mais do que a aplicação da lei. Mas o Governo, nessa mesma altura, comprometeu-se a uma outra coisa: comprometeu-se a expropriar os 700 mil hectares que ainda devem ser expropriados ao abrigo da lei da Reforma Agrária. E o que é que nós vimos? Os trabalhadores, enganados, cumprirem, por seu lado, a lei da Reforma Agrária, estiveram de acordo em que esses 10 mil hectares fossem entregues aos antigos proprietários. Mas nunca mais se viu a entrega dos outros 700 mil hectares aos que trabalham a terra. Nós exigimos que sejam entregues esses 700 mil hectares e se há direito de reserva uma vez que a lei o estabelece, pois bem, aí nesses 700 mil hectares já podem exercer muitos o direito de reserva. O que a propósito do direito de reserva se está a fazer, não é cumprimento da lei. Há exploradores que nunca trabalharam a terra e que agora vêm exercer o direito de reserva pela mão do ministro da Agricultura e do Governo P. S. Nós dizemos: não! Estamos de acordo com os trabalhadores, apoiamos os trabalhadores e estamos convencidos que com a sua luta farão respeitar a lei da Reforma Agrária e evitarão que estas terras sejam recuperadas pelos agrários».

Álvaro Cunhal terminaria com um apelo à votação na F. E. P. U. como forma de reforçar as posições dos que defendem os interesses dos trabalhadores.

POSIÇÃO DO M.A.R.N.
Não há que rever a lei, há que cumprir a lei

O Secretariado da Direcção do Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (M. A. R. N.) enviou uma carta ao Primeiro-Ministro na qual se contesta uma possível revisão da Lei do Arrendamento Rural anunciada por Mário Soares quando da sua intervenção no programa «Linha Recta» da televisão. O Primeiro-Ministro disse que era preciso rever a Lei do Arrendamento Rural «pois certos pequenos agricultores, e proprietários e senhorios sentem-se espoliados com as condições estabelecidas no Dec reto-Lei 201/75». Curiosamente a C. A. P. diz mais ou menos a mesma coisa. Coincidências...

«Os rendeiros do Norte ficarão sinceramente desiludidos se este Governo fizer a revisão da nossa lei. Muitos têm confiado no Governo para fazer respeitar a lei dos rendeiros, ou seja, fazer respeitar os direitos dos agricultores» diz o documento. Por outro lado o M. A. R. N. sublinha que *não há que rever a Lei mas sim fazer cumprir a Lei* que prevê também a atribuição de pensões para os senhorios pobres. O M. A. R. N. acrescenta ainda que rever a lei é corresponder a uma das principais exigências da C. A. P...

PUBLICIDADE

C. C. T. PARA OS FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO

ESCLARECIMENTO

PARA QUÊ?

Hoje, dia 9 de Dezembro, a Comissão Negociadora Sindical compareceu na sede desta Associação para, segundo afirmou, retomar as negociações.

Para quê esta encenação? — O que pretendia? — Continuará a prática de manipulação? — Não sabia a C. N. Sindical que a fase de negociações já terminou em virtude da passagem à tentativa de conciliação?

OS FACTOS:

a) Em 25/11/76, os Sindicatos, unilateralmente, abandonaram as negociações, pretendendo deixá-las suspensas até hoje, dia 9/12/76.

b) Por não reconhecer fundamento à suspensão, a Associação não a aceitou, e notificou os Sindicatos de que continuaria a comparecer no local de negociações até ao dia 30 de Novembro; e, ainda, de que, se os Sindicatos faltassem, requereria imediatamente, e nos termos da lei, a intervenção do Ministério do Trabalho, para passagem à fase seguinte: — tentativa de conciliação.

c) Tendo-se verificado a ausência dos Sindicatos às reuniões indicadas em b), no próprio dia 30, foram requeridas ao Ministério do Trabalho, as diligências necessárias para amanhã, dia 10, se iniciar a tentativa de conciliação.

d) A Associação foi notificada pelo Ministério do Trabalho, por telefonema e telegrama, em 7 de Dezembro, para estar presente naquele Ministério, no dia 10, pelas 10 horas, «afim darmos início trabalhos conciliação».

e) Foi a Associação informada pelo Ministério de que aos Sindicatos foi dirigida idêntica convocação.

CONCLUSÕES:

a) Sabiam, portanto, os Sindicatos — independentemente da notificação que lhes fora feita em 25 de Novembro — que a primeira sessão de tentativa de conciliação está marcada para 10 de Dezembro.

b) Não ignoram os Sindicatos que a passagem à fase seguinte do processo faz terminar a fase de negociações directas.

c) Sabiam e sabem os Sindicatos que a sua comparência, hoje, dia 9, não podia visar o reatamento das negociações, pelo que só pode ser interpretada como visando outros objectivos que não quiseram claramente confessar.

d) A Associação estará, amanhã, dia 10, presente no Ministério, em seguimento da convocação que lhe foi feita.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1976

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO

Trabalho

"POLÍTICA CLARA E DECIDIDA"

— exigem ao Governo trabalhadores do comércio

«Os trabalhadores do Comércio» tal como todos os trabalhadores dos restantes sectores da actividade, estão bem conscientes da gravidade das medidas governamentais e da sua repercursão negativa sobre os mais elementares direitos(...)», afirma a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio num comunicado em que protesta contra as medidas antioperarias do Governo Constitucional.

Entre essas medidas, a Federação destaca em primeiro lugar o congelamento da contratação colectiva, que vigora há cerca de um ano. Como consequência, cerca de milhão e meio de trabalhadores portugueses não conseguem sequer repor o poder de compra dos seus salários, em vigor há mais de um ano, enquanto os preços sobem vertiginoumente, «num ritmo crescente e preocupante». Nessa situação, encontram-se cerca de 50 mil trabalhadores do Comércio de vários ramos de actividade.

Por seu lado o patronato recusa orquestradamente as negociações como no caso dos CCTs das Mercearias, Bebidas e Mat. de Construção ou provoca situações de impasse sob os mais diversos pretextos como aconteceu nos sectores dos Vinhos, Mat. Electrónicos, Editores e Livreiros. A Federação acentua que a ofensiva patronal é mais ostensivamente provocatória quando pretende anular regalias e direitos sociais, num esforço de regresso ao passado «em que dominavam todo o poder económico e todo o poder político».

As razões que levaram a esta situação indiscutivelmente desfavorável aos trabalhadores, são em seguida apontadas: a orientação política em geral e as medidas governamentais no campo económico e no campo laboral em particular que se conjugam no sentido de permitir ao capital recuperar os seus antigos previlégios. Assim, no sector da contratação colectiva, o Decreto-Lei 164-A/76 que vinha pretensamente liberalizar o processo de negociações, deu no fundo força ao patronato pois concede-lhe até a liberdade de não negociar e, diminuiu, por outro lado, a intervenção do MT que fica colocado em posição pseudoneutral. No CCT dos Armazenistas de Mercearia por exemplo, o Ministério não promoveu a tentativa de conciliação requerida há 3 meses. «O Ministério do Traabalho de um Governo Socialista, para merecer o crédito dos trabalhadores só poderá tomar definitivamente uma atitude: intervir sempre que o patronato sabote as negociações, mas ao lado dos trabalhadores. A «neutralidade» já revelou a sua verdadeira face: cumplicidade com o patronato».

Outra medida «liberalizante» que se anuncia é a lei sobre os despedimentos sem justa causa. Mas ainda não foi publicada e «já o patronato a aplica e faz as suas vítimas: os despedimentos sucedem-se, inclusive de dirigentes sindicais, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores.

«O Governo tem que decidir de uma vez para sempre qual a natureza dos objectivos que defende, levando à prática uma política clara e decidida; não se pode ter ilusões sobre o antagonismo de interesses que é preciso defender e praticar para construir e atingir uma sociedade a favor ou contra os trabalhadores: não se pode ter medo de atacar os privilégios do capital e de se identificar com os interesses básicos dos trabalhadores», frisa a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio. Considera a Federação, por outro lado, necessário aprovar o mecanismo do controlo operário, que «permitirá às centenas de milhares de trabalhadores do nosso país contribuirem efectivamente para colocar a economia ao serviço das grandes camadas do Povo Português», paruimpedir a continuação do agravar da crise».

Termina a Federação declarando que «os trabalhadores do Comércio apoiarão o Governo se este cumprir a Constituição, mas serão intransigentes a qualquer desvio de natureza semelhante aos actualmente praticados».

Sintel não aceita greve dos C.T.T.

. A greve de 24 horas nos C.T.T. prevista para o próximo dia 15, e decidida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) é objecto de contestação da parte do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector das Telecomunicações dos C.T.T. (Sintel), com o argumento de «que esta resolução não foi previamente discutida connosco».

Na sua tomada de posição, o Sintel declara que essa resolução não lhe foi comunicada oficialmente e que «dela tivemos conhecimento por meio de um exemplar do próprio comunicado dirigido aos seus associados e entregue por um dos dirigentes do SNTCT, durante a reunião da tarde do dia 6, no Ministério do Trabalho».

Relatando as relações entre as duas organizações sindicais dos C.T.T.» De acordo com o munícado que «no princípio das negociações conseguimos elaborar em conjunto uma tabela salarial onde seriam integrados todos os trabalhadores dos C.T.T.2. De acordo com o mesmo relato, o SNTCT terá, depois, encetado um processo em que se isolou, particularmente no contacto com organismos oficiais, apesar de uma deliberação tomada pelo seu Conselho Nacional, expressando o desejo de que as duas organizações actuassem em conjunto.

«Resta-nos acrescentar» — afirma ainda o comunicado — «que se tivéssemos sido ouvidos como se impunha, visto tratar-se de actuação conjunta, teríamos de considerar que os nossos associados já se pronunciaram pela não aceitação da contraproposta da administração e que a alternativa de greve, tal como é posta, nos parece pouco ou nada eficaz».

O Sintel expressa, ainda, a sua intenção de «esgotar a nível de Governo (...) todos os meios de que ainda dispomos para que a razão prevaleça e a justiça impere».

LEMBRA A INTER

Patrões devem cobrar quotas quando os C.C.T.'s assim determinarem

«As entidades patronais obrigadas, por convenções colectivas ou outros instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, a procederem à cobrança da quotização sindical e respectiva remessa aos sindicatos, continuam vinculadas a esse dever», lembra o secretariado da Intersindical, desfazendo dúvidas existentes devido à recente alteração da Lei Sindical no sentido da cobrança da quotização sindical deixar de ser feita pelas entidades patronais.

Este princípio, consagrado sem que o Movimento Sindical tenha sido ouvido, «não pode, evidentemente, restringir o direito de contratação colectiva garantido na Constituição, pelo que serão plenamente válidos quaisquer acordos com as entidades patronais no sentido de estas procederem à cobrança e remessa da quotização dos trabalhadores sindicalizados». A Inter cita a própria Lei Sindical, cujas disposições «não prejudicam o estabelecido em cláusulas convencionais mais favoráveis às associações sindicais e aos trabalhadores», nos termos do art.º 52.º.

Advertindo por isso todos os sindicatos que se encontrem nessas circunstâncias, a Intersindical exige ainda o cumprimento dos contratos e a intervenção da Inspecção do Trabalho sempre que for necessário obrigar ao seu cumprimento.

Delegação sindical regressa da Bulgária

Regressou de uma visita de 8 dias à Bulgária uma delegação de sindicalistas portugueses que se deslocaram àquele país, a convite do Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros, dirigido à Intersindical Nacional.

A delegação era composta por dirigentes dos seguintes sindicatos: Hotelaria e Construção Civil de Faro; Construção Civil e Rodoviária de Leiria; Comércio de Braga; Madeiras de Viana do Castelo; Hotelaria de Lisboa; Indústria e Comércio Farmacêuticos; Construção Civil e Rodoviários de Viseu; Corticeiros de Aveiro; Metalúrgicos da Guarda e dois elementos do sector da organização Intersindical Nacional. Os sindicalistas portugueses percorreram diversas cidades e fábricas daquele país socialista e inteiraram-se da organização e funcionamento do movimento sindical da Bulgária.

SINDICATO SUECO APOIA INTER

O Sindicato dos Electricistas da Suécia — fundado em 1825 e um dos mais antigos do seu país — enviou à Intersindical Nacional uma mensagem de apoio ao Congresso dos Sindicatos, cujo teor é o seguinte:

«Tivemos conhecimento na Suécia que o Movimento Sindical Português irá realizar o seu Congresso em Janeiro de 1977. Notamos com satisfação que o vosso paciente trabalho pela unidade deu os seus frutos. Sabemos, pela nossa própria experiência que uma confederação nacional unida pode defender de uma maneira mais poderosa os interesses dos seus membros. Este facto explica também a razão porque o patronato e outras forças reaccionárias tentam tão arduamente dividir a classe trabalhadora portuguesa e a sua Confederação Sindical — Intersindical. Desejamos sucessos no vosso contínuo trabalho pelo fortalecimento da Intersindical. Sabemos que as forças de direita tentam agora recuperar o progresso conquistado pelos trabalhadores após a queda da ditadura fascista em Abril de 1974.»

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DA ZONA SUL

COMUNICADO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

1 — Podem exercer o seu direito de voto todos os trabalhadores da Função Pública que se inscreveram no Sindicato até 25 de Outubro de 1976 e que tenham pago pelo menos uma quotização de 10$00, não sendo por isso exigível as quotas em dia.

2 — Segundo estabelece o art.º 88 do Estatuto é permitido o voto por correspondência desde que:

a) O boletim de voto esteja dobrado em quatro e contido em subscrito fechado, dirigido à Comissão de Fiscalização na Rua Ferreira Lapa n.º 32, 3.º Dt.º, em Lisboa. No verso do subscrito deverá constar o nome completo, número de sócio e assinatura reconhecida por notário ou abonada pela autoridade administrativa (Governador Civil, Presidente da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, Administrador de Bairro).

b) O subscrito com o boletim de voto tem de dar entrada na sede do Sindicato até às 22 horas do dia 18 de Dezembro de 1976.

3 — A partir das 10 horas do dia 9 do corrente estará na sede do Sindicato à disposição dos trabalhadores os boletins de voto que também estarão nas mesas de voto no próprio dia das eleições. A Comissão Fiscalizadora enviará pelo correio os boletins de voto que lhe forem solicitados através de postal ou carta, contendo nome completo, número de sócio e morada bem legível, e que sejam recebidos na sede do Sindicato até 15 de Dezembro (inclusive).

4 — A Comissão de Fiscalização alerta para a necessidade de identificação através do Bilhete de Identidade (preferêncial) ou outro cartão com fotografia para poder exercer o direito de voto.

Pel'A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

CASA AFRICANA

rua augusta rua da vitória rua dos sapateiros

LEMBRAMOS OS NOSSOS ESTIMADOS CLIENTES QUE DURANTE A QUADRA DO NATAL ESTAMOS ABERTOS AOS SÁBADOS ATÉ ÀS 19 HORAS.

PARA MELHOR PODER SERVIR OS NOSSOS CLIENTES NESTA QUADRA, SUSPENDEMOS AS OBRAS NO NOSSO ESTABELECIMENTO ATÉ AO FINAL DO ANO, COLOCANDO DESDE JÁ AO VOSSO DISPOR AMPLOS SALÕES ONDE PODEM ADQUIRIR OS MELHORES ARTIGOS PARA OFERTA; TECIDOS, MALHAS, LINGERIE, PRONTO-A-VESTIR PARA SENHORA, HOMEM E CRIANÇA, MALAS, BIJOUTERIE, ETC. ETC.

A LUTUOSA DE PORTUGAL — A.S.M.

Avenida dos Aliados, 168 — PORTO

ÉDITOS DE 30 DIAS

1.ª publicação

De harmonia com o parágrafo 2.º do Art.º 20.º dos estatutos, são convocadas as pessoas que se julguem com direito ao subsídio deixado pelo Sócio n.º 6602, Sr.ª D. Cristina Adelaide Guarda de Oliveira e Silva, que residiu na Av. da Fundação, 41-r/c-esq. — Cova da Piedade (Almada) e faleceu em 5 de Novembro de 1976, sem deixar testamento nem Declaração, a procederem à sua habilitação perante a Direcção desta Mutualidade.

Porto, 6 de Dezembro de 1976

O SECRETÁRIO DA DIRECÇÃO,

a) Custódio Augusto de Araújo Teixeira

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

SECTOR DO ENSINO PRIMÁRIO

Lembram-se os delegados dos Concelhos ou Zonas à votação das propostas unificadas que a Assembleia se realiza no **dia 11 de Dezembro, às 10 horas, na Rua do Alecrim, 46 - 1.º**

O SECRETARIADO GERAL DO SECTOR

Trabalho

Previdência: crise financeira agrava-se de mês para mês

«Estamos no dia dez e nada está feito ainda para solucionar a crise da tesouraria da Caixa Nacional de Pensões, na qual faltam, até ao momento, 2,7 milhões de contos necessários para satisfazer os compromissos deste mês de Dezembro.» Esta pouco reconfortante notícia foi dada por um dos elementos do Conselho Consultivo da Previdência da Intersindical, durante uma conferência de Imprensa levada a efeito na manhã de hoje, na sede da Inter, para relato do plenário preparatório daquele conselho, realizado nos dias 4 r 5 do corrente no Instituto Superior de Ciências Políticas. As dificuldades que se deparam à Caixa Nacional de Pensões, onde neste momento não se sabe como pagar pensões de reforma, invalidez, abonos, etc., referentes a Dezembro (o prazo para resolver as questões de dinheiro prometido pela Secretaria de Estado da Segurança Social expira hoje mesmo) foram integradas no contexto geral da crise financeira da Previdência.

Contrariamente à letra e ao espírito do Programa do Governo no que toca à necessidade de sanear a Previdência, a crise tem-se agudizado. Alguns dados fornecidos para provar o que atrás fica dito: em Agosto do ano passado, as dívidas à Previdência orçavam os 5 milhões de contos; em Dezembro do mesmo ano, subiam já a 7 milhões; em Abril do ano corrente, atingiam já os 9 milhões e 400 mil contos. Catorze milhões é a «pesada» perspectivupara o fim do ano.

Dos dados relativos a 1975 um facto ressalta: até ao finar-se do V Governo, o agravamento mensal andava pelos 350 mil contos. A partir do fim do V Governo, subiu para a quota dos 500 mil. Isto desmente — conforme nos foi sublinhado — afirmações de actuais governantes, segundo as quais a administração anterior ao VI Governo tinha deixado a Previdência em situação caótica. «De então para cá, a situação, em lugar de melhorar, como se tenta fazer crer, piorou», afirmaram-nos. Efectivamente, feitas as contas, ali à frente do repórter, o agravamento mensal tende a situar-se ao nível dos 600 contos.

Por outro lado, foi referido, durante a conferência de Imprensa, que os processos seguidos pelo Governo para cobrir os compromissos têm sido o da descapitalização dos títulos do Estado e os empréstimos contraídos na Caixa-Geral de Depósitos. Ter-se-ia chegado inclusivamente à situação de já não haver disponibilidades de títulos do Estado para troca por papel-moeda no Banco de Portugal.

A situação assim exposta na crueza dos números e dos factos obrigava à pergunta: que se propõe fazer o Conselho Consultivo da Previdência, organismo de trabalhadores integrado pelo Departamento de Segurança Social da Intersindical, grupos de trabalho das uniões sindicais e vogais sindicais nas Comissões Administrativas nas Caixas de Previdência?

A resposta foi pronta: «Participar efectivamente na gestão da Segurança Social, tal como determinam os artigos 58.º e 63.º da Constituição.»

Tal participação, ao que nos acrescentaram, poderia (e só ela) distinguir o trigo do joio, ou seja, distinguir, por exemplo, um patrão sabotador da Previdência de uma empresa em dificuldades para efectuar os descontos.

De um documento programático dirigido aos sindicatos pelo Conselho Consultivo da Previdência da Intersindical, transcrevemos, para finalizar parte da análise a uma proposta aprovada no Conselho Consultivo Sindical: «Do que se trata não é de melhorar a actual estrutura da Previdência herdada do fascismo mantendo-a no essencial, mas sim de progressivamente descentralizar a sua gestão pelos trabalhadores ao nível das empresas. Nestas, sob o directo controlo dos trabalhadores, funcionarão verdadeiros terminais das Caixas em que venham a ser atribuídas, processadas e pagas pontualmente as prestações (benefícios) imediatas da Previdência, (abono de família, subsídio de doença, de casamento, de nascimento, etc.), cabendo às Caixas a posterior conferência. As prestações (benefícios) serão definidas a nível nacional pelo Movimento Sindical e pelos organismos oficiais do Estado. Essa proposta obrigava as comissões administrativas a proporcionar aos trabalhadores (os ditos «beneficiários» na expressão paternalista do fascismo) uma mais ampla participação na gestão da Previdência. Igualmente exortava os trabalhadores, através dos seus órgãos representativos a, organizadamente, abordarem as Caixas para aquele fim.»

Comportamento da banca sufoca empresas autogeridas

— denuncia a União dos Sindicatos do Porto

«A banca está cada vez mais colocada ao serviço dos capitalistas gerida de acordo com ós princípios de gestão concorrencial (entre empresas nacionalizadas) que se opõem frontalmente ao tipo de administração coordenada que importaria tosse levada a pratica de acordo com as necessidades impostas pela transição para o socialismo, preceituada pela Constituição e pelos interesses das classes trabalhadoras em geral e que as nacionalizações podiam e deviam servir 'preferencialmente' — foi afirmado ontem, na União dos Sindicatos do Porto durante uma conferência de Imprensa sobre a actuação da banca em relação às empresas em autogestão, cooperativas e intervencionadas.

Foi afirmado que esse tipo de actuação da banca está integrado na política que vem sendo seguida pelos responsáveis governamentais e que se torna, em cada dia que passa, «mais claramente lesiva dos interesses de classe dos trabalhadores em benefício dos interesses dos grandes capitalistas e agrários», correspondendo à satisfação das mais diversas reivindicações da CAP e da CIP.

Os elementos presentes afirmaram, por outro lado, que «o Governo ameaça os trabalhadores de devolver aos patrões as empresas intervencionadas», frisando que, «quando as comissões administrativas demonstram à evidência que depois do abandono dos patrões melhorou a situação financeira, aumentou a produção, melhoraram os salários, criaram-se novos postos de trabalho e apenas falta apoio financeiro para poderem satisfazer encomendas em carteira, assegurar os postos de trabalho e expandir as empresas, então os responsáveis governamentais apontam para a solução das empresas «mistas», com a participação dos representantes dos sabotadores na administração».

Foi também denunciada «a submissão do Governo aos interesses dos grupos monopolistas internacionais e à recuperação capitalista em geral, que nada têm a ver com o objectivo da transição para o socialismo», conforme a Constituição.

ESTRANHO CRITÉRIO

Depois de aludir à viabilidade das empresas quando à banca são pedidos financiamentos, um elemento do secretariado da USP afirmou: «Não entendemos de outra maneira que não seja a de estar contra os trabalhadores, o facto de a banca recusar financiamentos ou colocar entraves em empresas com planos de expansão ou reconversão aprovados pela própria banca, enquanto concede financiamentos a empresas (Silma) sob o aval de um capitalista (Joaquim Ferreira Torres, quando ainda na prisão), acusado de envolvimento na rede terrorista; à Hortex do grupo do comendador Abílio de Oliveira, à Sofil do filho do comendador, ao eng.º Narciso de Oliveira que esteve detido e tem um processo pendente por presumível exportação ilícita de capitais».

Declarando não estar contra a concessão de créditos que permitam manter as empresas em laboração, o membro do secretariado afirmou ser de recusar «o facto de aos gestores da banca nacionalizada merecer maior confiança um capitalista acusado de envolvimento da rede terrorista ou na exportação ilícita de capitais, do que os trabalhadores empenhados em salvar as empresas sabotadas pelo patronato».

SEGUROS

"NÃO" AO CONGRESSO

— referendo vai ser impugnado

Na «Assembleia Geral» (referendo) ontem promovido pela Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas votaram contra a participação no Congresso de Todos os Sindicatos 2938 sócios, enquanto 382 se pronunciavam a favor. Estes dados, divulgados pela ANOP com carácter provisório, não incluiam Elvas e Ponta Delgada e referiam dados particulares sobre Lisboa: 2493 votos dizendo «não» e 295 a favor.

O Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas tem inscritos mais de dez mil trabalhadores, segundo os dados divulgados pela Direcção em recente conferência de Imprensa. Entretanto, a ANOP divulga que com este referendo «os trabalhadores do Sul e Ilhas disseram não à participação da classe no segundo Congresso da Intersindical» (sic).

O dia de ontem foi marcado por alguns incidentes no Sindicato dos Trabalhadores de Seguros, como aliás referimos. De facto, logo de manhã, muitos adeptos (largas dezenas) compareceram na sede com o objectivo de realizarem a Assembleia Geral que, essa sim, se encontra prevista nos Estatutos.

Contrariamente ao que tinha prometido, mesmo ontem de manhã, a Direcção daquele sindicato acabou por se mostrar contrária à realização da Assembleia, com discussão dos problemas. No entanto, a reunião acabou por se realizar, tendo sido aprovada uma proposta no sentido de que fosse suspensa e recomeçada depois das 19 horas.

Enquanto se processava esta discussão as declarações de um membro directivo que davam como ocupada a sala de reuniões do Sindicato. A PSP, argumento com que a Direcção ameaçou, nao chegou, entretanto, a intervir.

A reunião de sócios prevista para as 19 horas também não se concretizou na sala de reuniões do Sindicato porque a direcção alegou que poderia vir a precisar das instalações. Por essa razão, foi aprovada, nas escadas, um voto de desconfiança nos corpos gerentes, repudiando o documento da direcção sobre a questão do Congresso e delegar na mesa (eleita de manhã) a impugnação do referendo e, a elaboração de um documento de análise a todos os acontecimentos.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS PERGUNTAM

Para quando alterações ao Código de 1867?

«Se tem havido tempo para fazer sair legislação antioperária, porque razão não houve ainda tempo para fazer sair um decreto-lei de regulamentação das relações de trabalho duma classe que continua a ser regida pelo Código Civil de 1867?», perguntaram esta manhã algumas dirigentes do Sindicato do Serviço Doméstico na conferência de Imprensa destinada a divulgar a situação no sector.

A publicação do decreto-lei elaborado por técnicos do Ministério do Trabalho constitui neste momento o «cavalo-de-batalha» destas trabalhadoras, pois embora reconheçam que não satisfaz as suas reivindicações, consideram-no o primeiro passo duma luta pela reconversão da classe. Como principais reivindicações as trabalhadoras do serviço doméstico lutam pelo horário semanal de 45 horas, descanso semanal ao domingo e mais meio dia, descanso nos feriados obrigatórios, 30 dias de férias e respectivo subsídio, décimo terceiro mês e ordenado mínimo nacional. À pergunta se esta reivindicação, a ser satisfeita, não virá acentuar a crise de desemprego, as dirigentes sindicais responderam que, até a classe ser reconvertida, algumas etapas e crises as esperam, acrescentando que, no entanto, essa pretenção não irá agravar o desemprego porque, no entanto, essa pretensão não irá agravar o desemprego porque, quer a nível do Ministério do Trabalho, quer a nível particular, o patronato recusa-se a aumentar os vencimentos até àquele montante com o argumento de que a lei ainda não saiu. O diploma elaborado pelo Ministério do Trabalho, segundo as participantes na conferência de Imprensa, de favorável às trabalhadoras apenas estabelece um mês de férias e subsídio e um dia de descanso semanal. Por outro lado, exige-lhes doze horas de trabalho diário e doze de descanso e cria uma divisão entre a classe, visto que exclui as trabalhadoras a dias que não cumprem cinco dias de trabalho semanais com seis horas diárias. «Apesar de mau, é um começo», afirmaram as trabalhadoras. «Nós discuti-lo íamos depois em assembleias e apresentaríamos ao M. T. o nosso projecto de portaria com as emendas que entendêssemos necessárias.»

Marcelo Curto tinha marcado oralmente para ontem uma entrevista com as dirigentes sindicais, mas por estar presente na Assembleia da República não pôde comparecer, ficando a entrevista adiada «sine die». Falara também da saída da legislação entre o Natal e o Ano Novo, «mas nós já não acreditamos», comentou uma das dirigentes sindicais esta manhã que, eleita, como as suas colegas, para dirigir o Sindicato, em 7 de Novembro passado, ainda não sabe quando a questão estará resolvida.

Entretanto e este foi outro problema abordado na conferência desta manhã o despedimento sem justa causa aumenta na classe, tendo chegado ao conhecimento do Sindicato, nos últimos dias, casos de despedimento de trabalhadoras grávidas. O Sindicato tenta resolver estes casos no âmbito do Ministério do Trabalho, e tenta remediar a crise (também com vista à reconversão da classe) com uma série de iniciativas que englobará numa cooperativa, a Cooperserdo (Cooperativa Operária do Serviço Doméstico), como refeitórios, creches, lavandarias, a serem utilizadas por todos os trabalhadores da zona onde forem instaladas. Assim, funciona já na sede do Sindicato, na Rua de S. Bento, um refeitório que serve cerca de 200 refeições diárias a trabalhadores, estando também prestes a funcionar, no mesmo prédio, um infantário. No Porto e em Évora, iniciativas semelhantes estão a ser lançadas, ou já foram concretizadas.

O Sindicato vai realizar uma assembleia geral em meados de Janeiro para debater com a classe a situação.

PROPOSTA DO M.T.

Ratificação na Assembleia da "Convenção 87" da O.I.T.

O Ministério do Trabalho vai propor à Assembleia da República a ratificação da «Convenção 87» da Organização Internacional do Trabalho (O. I. T.) — segundo revelou, ontem, em conferência de Imprensa, Maldonado Gonelha, secretário de Estado do Trabalho.

Essa convenção consagra a «liberdade de filiação sindical» e de acordo com as palavras de Francis Blanchard, director-geral da O. I. T., a ratificação dará a Portugal as vantagens de beneficiar do mecanismo de controlo existente em Genebra, para exame de queixas de violação sindical, venham elas de onde vierem.

Na conferência de Imprensa, Francis Blanchard afirmou que «a delegação da O. I. T., que está de visita oficial aPortugal, a convite do seu Governo, tem esperanças de que este contacto reforçará os laços entre Portugal e a O. I. T. nos domínios em que esta poderá trazer a sua contribuição».

Esses domínios seriam, segundo Francis Blanchard, os sectores de administração e inspecção do trabalho (sobre a qual já foram fornecidos elementos ao ministro do Trabalho) no sector de emprego e ainda no de formação de gestores de empresas e de dirigentes sindicais.

Blanchard , citado pelo «Diário de Notícias», é de opinião que é recomendável o diálogo em encontros tripartidos — trabalhadores, empregadores e governos — e que isso constitui uma «verdadeira filosofia do trabalho», em países de todas as condições de desenvolvimento económico.

Nacional

«Estou convencido que a população de Trás-os-Montes não está suficientemente politizada para votar com consciência e irá votar por caciquismo, neste caso por figuras que encabeçam determinadas listas, o que é lamentável» — declarou-nos o governador civil de Bragança, dr. Fernando Verdasca Vieira a propósito das eleições para as autarquias locais.

Bragança é hoje para muita gente uma região que se reencontrou com o passado, e neste enquadramento torna-se, porventura, o distrito onde a acção do governador se torna mais difícil se acaso ele quiser lutar pela implantação da democracia a caminho do socialismo. Difícil e delicada, porque tal missão implica a liquidação da influência dos senhores-da-terra, ANPs e C.ª, a quem o povo está ingenuamente agarrado, o que obriga necessariamente a apresentar outra alternativa. Tal dificuldade é-nos manifestada, de certa maneira, ao longo da entrevista, pelo dr. Verdasca cuja nomeação foi, como então noticiámos, contestada pelo PPD/PSD e CDS.

Mais difícil, porém, se torna ainda aquela missão quando o jogo da democracia formal obriga a que se fique apenas pela afirmação de que «o povo é livre de optar», mesmo sem se lhe dar condições de poder libertar-se do obscurantismo, dos caciques que há dezenas de anos o domina. E pior ainda é que há quem pense que se pode construir a democracia com terroristas...

O dr. Verdasca que embora tenha sido empossado no cargo de governador há cerca de dois meses vive no distrito (como médico) há mais de 14 anos, aborda, nesta entrevista, vários problemas do Nordeste Transmontano, nomeadamente a «falta de tudo», a dependência dos caciques, a existência do anticomunismo primário, o deficiente controlo de fronteiras, e a punição dos responsáveis pelas actividades terroristas em Bragança.

Governador Civil de

O povo de Trá vai votar por

D.L. *Primeiramente gostaria que começasse por caracterizar, ainda que sumariamente, a situação política no distrito, tendo em conta que, há poucos meses, muita gente de esquerda teve que fugir e que há partidos que não têm liberdade de actuação.*

F.V.V. A situação política, aqui neste distrito, está calma, não há problemas de maior. Pois, há determinado emperramento no processo, há determinadas forças podemos-lhe chamar forças de direita que tentam, não digo boicotar, mas que não colaboram. Entretanto, o processo democrático lá vai indo, muito lentamente. As liberdades democráticas já se realizam neste distrito. Espero que dentro duns meses, com a evolução do tempo e com a modificação das mentalidades, consigamos transportar para este Nordeste a verdadeira democracia, que até certo ponto já podemos dizer que existe.

Pois há determinados caciques locais que são difíceis de eliminar, mas estou convencido que com este bom povo transmontano, este povo sincero, povo trabalhador, conseguiremos levar este Nordeste a enfileirar ao lado das forças democráticas que neste momento já existem neste distrito.

Ao entrar em funções encontrei o distrito num estado talvez um bocadinho melhorado daquele estado que se passou no tempo do gonçalvismo, em que houve aqui umas arruaças, em que houve, portanto, uma diminuição das liberdades democráticas, em que foram expulsas quase deste distrito algumas forças de esquerda. Hoje talvez haja um bocadinho mais de respeito pela dignidade humana, pelos valores morais, pelos valores políticos. E estou convencido que este povo se irá habituando, como disse há pouco, a uma liberdade democrática, ao respeito mútuo, à ideologia de cada um. Estou convencido que conseguimos passar este período inicial, porque sabe que as mentalidades democráticas não se criam. É lento. Este povo transmontano que está para cá do Marão, onde os contactos sociais não são grandes, vive agarrado ao campo, muitas vezes dominado por caciques locais que não querem de facto andar, mas com forças democráticas já implantadas no distrito estou convencido que conseguimos arrancar e transformar, como disse há pouco, este Nordeste tornando-o verdadeiramente democrático, verdadeiramente progressista.

TERRORISTAS CONTINUAM LIVRES E IMPUNES

D.L. *Entende o sr. governador que o bando de caceteiros, de terroristas, que exixtia e que lançou o terror sobretudo na cidade, já foi desmobilizado? Já não existe?*

F.V.V. — Bem, eu suponho que esse bando, digamos, os cabecilhas ainda existem. Simplesmente, não têm neste momento o apoio da população, segundo me parece. Sabemos que estão cada vez mais isolados. Como lhe disse também já há pouco, esta gente está-se a mentalizar para uma sociedade diferente, uma sociedade nova. Esses caceteiros pois continuam. Não podemos nem queremos eliminá-los de forma nenhuma. São seres humanos. E esses mesmos caceteiros têm que se mentalizar, têm que modificar também a sua mentalidade. Posso-lhe dizer que, neste momento, são meia dúzia, que já estão isolados e espero que não voltem a actuar. É para isso que eu estou aqui...

D.L. *A propósito, foi levantado algum inquérito para apuramento das responsabilidades daqueles que atentaram contra os democratas e seus bens?*

F.V.V. Pois eu suponho que não há qualquer inquérito, pelo menos não tenho conhecimento dele. Pode existir, mas não o conheço.

Como lhe disse há pouco, estou convencido que os caceteiros já estão mais mentalizados, estão mais conscienciali-zados que não vale a pena andar com arruaças, porque se começarem com arruaças e se houver Polícia, como espero, pois as arruaças têm que terminar, a legalidade democrática tem que se impor e, quer com arruaceiros ou sem arruaceiros nós temos que instituir a legalidade democrátiica neste distrito. E nessa altura teremos de actuar, de maneira diferente.

D.L. *Quererá isso dizer que continuarão impunes aqueles que actuaram impunemente durante meses impondo a lei do terror na região?*

F.V.V. Como lhe disse, eu não conheço o inquérito. Não sei se está a decorrer algum. É uma pergunta que eu irei fazer e que poderei explicar-lhe mais para diante. Neste momento desconheço...

D.L. *Mas se por acaso ainda não se começou a fazer o inquérito, o que acha?*

F.V.V. Eu acho que as pessoas devem ser punidas, devem ser pelo menos ouvidas e esclarecer-se o público porque que é que actuaram, e o que é que fizeram...

D.L. *E o sr. dr. como responsável pelo distrito irá diligenciar nesse sentido...*

F.V.V. Se voltarem a fazer arruaças podem contar comigo que eu estou disposto a acabar com elas. O que passou, pois eu acredito na recuperação das pessoas humanas, eu acredito. Isso não quer dizer que não se tente de alguma maneira fazer um inquérito sumário a essas mesmas pessoas, sobretudo a determinado número de pessoas que ocupam determinados postos-chave dentro deste distrito.

AS «FORÇAS DE SEGURANÇA» SÃO AS MESMAS

D.L. *Creio que um dos factores que contribui para o ambiente de terror, de perseguição que aqui existiu foi o facto das «forças de segurança» se terem demitido das suas responsabilidades, permitindo os atentados e a violação das liberdades. Eu pergunto se essas forças e sobretudo os seus comandos sofreram alguma alteração, se o governo está a pensar tomar medidas para que haja de facto comandos da sua confiança ou se porventura aqueles comandos são mesmo da confiança do Governo Constitucional?*

F.V.V. Pois, eu vou-lhe dizer que as forças de segurança no distrito suponho que são as mesmas sensivelmente. Mas é preciso não esquecer que as forças de segurança foram desmobilizadas a seguir ao 25 de Abril. Tiraram-lhes a autoridade. Tirando-lhe a autoridade elas não podiam de forma nenhuma actuar. Elas eram apelidadas de fascistas, eram apelidadas de tudo quando interviam. Foram desmobilizadas praticamente. Hoje elas estão mais integradas. Suponho que os comandos são os mesmos, não posso precisar, mas suponho que são os mesmos. Mas o Governo Constitucional tem-lhes dado apoio e hoje já acredito um pouco nas forças de segurança e com o tempo e com a força que se lhe for dando poderemos dizer que as teremos na mão e que estarão dispostas a defender as ordens democráticas. Talvez fugissem até de determinados sectores, permitindo também que aqueles caceteiros, actuassem impunemente. Hoje isso não era possível. Enquanto eu estiver aqui posso-lhe garantir que não é possível.

Nós estamos a dar autoridade à polícia, à G.N.R. e elas irão cumprir, estou convencido, o melhor que puderem as missões que lhes forem destinadas...

Neste momento, pessoalmente, nada tenho a dizer quanto aos comandos. No entanto, se se verificar que não actuam, e que não cumprem ordens, pois serão destituídos.

VOTAR POR CACIQUISMOS

D.L. *Um problema que se avizinha agora é o das eleições para as autarquias. Como encara essas eleições do ponto de vista de uma maior integração desta zona no eixo democrático e constitucional, conforme o Governo pretende.*

F.V.V. Pois muito bem, nós temos neste distrito doze concelhos, 298 freguesias e temos 140 freguesias com menos de 300 eleitores. É a primeira vez, depois de 50 anos, que vamos ter eleições para as autarquias locais. O povo vai agora ser chamado pela primeira vez a eleger os seus representantes. Até aqui era o governador civil dentro da Acção Nacional Popular que os nomeava e que eles não sabiam quem era, era uma pessoa grada da terra. Agora cabe-lhe a vez a eles e é aí que eu quero chamar a atenção e hei-de chamar a atenção mais ao povo transmontano e, até, ao Povo português que são eles os responsáveis pela continuidade democrática que o Governo Constitucional pretende dar. É certo que este povo não estava habituado à votação. Começa a saturar-se já das votações, mas agora temos que chamar de facto às realidades porque são eles que vão eleger os seus verdadeiros representantes.

«Aqui na região as pessoas irão votar muito para o caciquismo, o que lamento»

D.L. *O sr. governador acha que as eleições, aqui, serão, de facto, o voto não do partido do senhor-da-terra, mas nas pessoas, no grupo de pessoas?*

F.V.V. Eu estou convencido que a população de Trás-os-Montes (aliás de quase todo o País) não está suficientemente politizada para votar com consciência. Isto é uma opinião pessoal. E irá votar por caciquismos, neste caso por figuras que encabeçam determinadas listas, o que é lamentável. O indivíduo devia saber conscientemente em quem vai votar, qual o caminho que quer e não o do sr. doutor, do pároco ou do operário.

No entanto, aqui na região estou convencido que irá muito para o caciquismo, o que, como disse, lamento. E portanto, é uma mágoa que tenho porque gostaria que as pessoas votassem conscientes e não votassem agarrados a cabeças de listas.

D.L. *Digamos que haverá uma votação não na qualidade, nas pessoas capazes de lutar pelo interesse das regiões, das freguesias e aldeias, mas antes nas figuras que têm dominado social e economicamente na região.*

F.V.V. Certo. Estou de acordo consigo. É por isso que eu vou chamar a atenção, e hei-de chamar directamente, que eles têm que eleger aqueles que melhor os defenda e não aqueles que são mais bonitos ou mais bem vestidos e que têm sido as forças da terra.

Eu como lhe digo há o caciquismo, há o sr. doutor que manipula, há o comerciante que manipula e que, às vezes, não são aqueles que melhor os defendem, antes pelo contrário.

ANTICOMUNISMO PRIMÁRIO

D.L. *O sr. governador não acha que particularmente aqui seria de fazer qualquer coisa ao nível da informaçãi, de forma a fazer diminuir o voto no sr. cacique?*

F.V.V. Continuo a concordar, mas isso é um bocado difícil... A campanha eleitoral há-de ser manipulada pelo anticomunismo primário, há-de ser manipulada contra as forças de esquerda. Pois Trás-os-Montes ainda enferma de determinados males: caciquismos, reaccionarismo, pessoas influentes que querem impedir a todo o custo a democratização. Há pessoas que não se libertaram ainda desses caciques, que estão na dependência deles pelo emprego, pelo trabalho, pelos empréstimos que fazem, pelo facto de permitir que a sua ovelha ou a sua vaca vá comer ao lameiro do sr. doutor ou do antigo presidente da Junta, portanto esse caciquismo ainda existe. No entanto, estou convencido que, já são três eleições, e as pessoas já estão mais esclarecidas, mas não devemos esquecer que saímos de 48 anos em que não havia coisa nenhuma. As pessoas vão-se mentalizando e já se ouvem determinados núcleos que não concordam de facto com esse caciquismo e já se vão manifestando. Portanto, estou convencido que com o tempo esta gente irá-se-á libertando desses caciques. Mas eles tudo fazem para manter-se.

LIBERDADES DEMOCRÁTICAS PARA QUEM?

D.L. *O sr. dr. falou há pouco na existência das liberdades democráticas. Pergunto*

BOUTIQUE BIG-BEN

TUDO PARA JOVENS E PRÉ-MAMÃS

ABERTA NA HORA DO ALMOÇO

Rua do Carmo, 51-5.º C

Tel. 36 72 00 — LISBOA

Nacional

Bragança lamenta

...s-os-Montes ...caciquismo

Entrevista de Luís Humberto

...se o PCP e o MDP que foram os partidos mais vitimados pela onda de terrorismo aqui, para além de outros militantes de esquerda, poderiam voltar a organizar-se dentro da legalidade constitucional e não na semi-clandestinidade como estão e exercer a sua campanha partidária?

F.V.V. Eu acho que sim. Acho que nada impede que isso se exerça. Evidentemente que o PC aqui teria das forças de direita uma certa oposição. Mas a legalidade democrática tem que se impor. E o PCP existe e tem que vir para o Nordeste.

D.L. *E acha que há condições para os seus militantes montarem, outra vez, as sedes?*

F.V.V. Bem, haveria da parte das populações talvez uma hostilidade, mas estou convencido que dentro de algum tempo será possível.

D.L. *Hostilidade das populações, ou mais propriamente dos senhores que dominam essas populações?*

F.V.V. Evidentemente que há pessoas dessas características. Há-de ser sempre assim. Há sempre determinadas pessoas que controlam determinadas massas e que se poderiam opor. Mas a legalidade democrática tem que se impor. Se nós aceitamos um PC a nível central, se o PC está legalizado, tem que estender os seus tentáculos a todas as províncias portuguesas. Aliás o CDS também tem o direito a ser implantado no Alentejo. São forças democráticas, pelo menos assim se consideram. E como democrata que sou, não posso fazer excepções nem para o CDS, nem para o PCP. Cada um bate-se pela sua ideologia. As forças de esquerda têm uma óptica, as de direita têm outra. Todas elas dizem que procuram a melhoria das condições de vida do povo. Evidentemente que uns acreditam de uma maneira, outros acreditam de outra. Eu poderei enclinar-me mais para a esquerda, outros mais para a direita...

FRONTEIRAS SEM CONTROLO...

D.L. *A realidade creio que é objectiva e não subjectiva, de contrário Salazar também dizia muitas coisas... Bom, outro problema dominante penso serem as fronteiras. Bragança é o distrito com maior extensão de fronteiras, ainda por cima quase totalmente desabitadas, sem guardas, o que, por conseguinte, pode proporcionar toda a série de contrabandos e de passagens clandestinas, particularmente de indivíduos que pretendam atentar contra o regime democrático. O sr. governador tem conhecimento de alguma coisa?*

F.V.V. Não tenho conhecimento de nada. É natural, pois as fronteiras não têm aquele policiamento que deveriam ter. Sei que houve há uns meses atrás um contrabando acentuado de gados, junto da fronteira de Guadhamil numa aldeia em que os rebanhos passavam de cá para lá e de lá para cá, com à-vontade.

D.L. *Na sua opinião que deveria ser feito a mais curto prazo para quebrar o isolamento do Nordeste Transmontano?*

F.V.V. Era fundamental que se encarasse para já a resolução da estrada que liga Bragança ao Porto. Repare que um camião carregado demora cerca de 8 horas Porto-Bragança, o que é muito. Para 250 quilómetros é muito. Portanto, se nós conseguíssemos, em colaboração com a Junta Autónoma de Estradas que o distrito de Bragança e o distrito de Vila Real ficassem ligados ao Porto por uma estrada capaz, não sei se pelo Marão se por fora do Marão, pois só os técnicos é que o deveriam dizer, se nós conseguíssemos reduzir essas 8 horas de transporte para 4 e os veículos ligeiros para duas e meia, pois era a maneira mais capaz para o escoamento de produtos, para os contactos sociais, para a maior aproximação do litoral. Era isso que eu considerava prioritário para acabar com este isolamento.

FALTA DE APOIOS

D.L. *Ao nível dos apoios para o exercício das suas funções de governador, como se encontra?*

F.V.V. Eu preciso sinceramente de ter mais apoio a nível local. É preciso criar gabinetes diferentes, gabinetes de planeamentos, gabinetes técnicos, gabinetes políticos. E só assim é que poderei sair deste impasse, digamos assim, em que estou metido. Há determinadas faltas de apoio que hei-de procurar reconstruir. O Governo Central não me nega apoio. Aquilo que eu lhe pedir com certeza que me faz e estou convencido que com o apoio que espero vir a ter, com o apoio técnico e apoio político, consigo deslocar esta região e este Nordeste do impasse em que caiu.

É preciso haver uma certa descentralização governativa para não ter que ir a Lisboa pedir tudo e mais alguma coisa. É preciso nós termos aqui capacidade de execução. Para isso precisamos de ter aqui apoio de facto técnico, como disse, e apoio político.

Evidentemente, que o apoio político existe a nível partidário, existe a nível de forças, mas forças democráticas, evidentemente, mas é preciso ainda de mais apoio porque este Nordeste precisa sempre desses apoios todos.

D.L. *Ao nível técnico e executivo digamos que continua a contar apenas com o apoio que contavam os governadores civis do tempo do fascismo...*

Dr. Fernando Verdasca ao «D.L.»: «Enquanto eu estiver aqui, garanto que não é possível os caceteiros actuarem impunemente»

F.V.V. De facto a nível de meios de que dispõe o Gov. Civil ainda são poucos. Suponho que pouco se avançou nesse aspecto. E é aí que eu confio no apoio do Governo Central para modificar precisamente a orgânica e a estrutura deste Governo Civil, para melhor execução de determinados planos e projectos. Levará uns tempos. É preciso que o Governo Central olhe também um bocadinho mais para o Nordeste e é preciso que a população do Nordeste tenha confiança no Governo Central.

NATAL DE 1976

Caminhos de Ferro Portugueses

SERVIÇO INTERNACIONAL

Horário dos comboios regulares e especiais

Sentido Portugal-França e vice-versa

A	B					C	D	E	F	G	H		I	J
20302/ /21201	21001	315	305		ESTAÇÕES	21010/ /20311	21012/ /20301	21002/ /20303	21202/ /21004/ /20305	21004/ /20305	21204/ /316/ /301	306	21006/ /20307	21008/ /20309
Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.	Sud-Express 1.º cl.			Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.	Sud-Express 1.º cl.	Internacional 2.º cl.	Internacional 2.º cl.
	13 00	14 20	15 30		P Lisboa (Santa Apolónia) C ▲	1 55	4 23	8 02	10 50		11 55	11 20	15 12	16 52
	13 54	15 14	—		P Santarém C	0 58	3 24	6 31	9 51		10 59	—	14 07	15 53
	14 18	15 38	16 46		P Entroncamento C	0 32	2 59	6 05	9 15		10 35	10 01	13 29	15 28
	14 38	15 58	|		P Fátima C	0 12	2 39	5 45	8 52		10 15	10 00	13 09	15 09
	14 47	16 07	|		P Caxarias C	0 02	2 30	5 35	8 42		10 06	|	13 00	15 00
	14 59	16 19	|		P Albergaria dos Doze C	23 52	2 21	5 24	8 30		9 56	|	12 50	14 50
	15 10	16 29	|		P Vermoil C	23 41	2 10	5 12	8 17		9 45	|	12 38	14 39
	15 18	16 38	17 36		P Pombal C	23 32	2 02	5 03	8 05		9 36	9 13	12 29	14 30
	15 30	16 50	|		P Soure C	23 17	1 49	4 49	7 50		9 23	|	12 16	14 17
	15 41	17 01	|		P Alfarelos C	23 02	1 37	4 36	7 35		9 11	|	12 04	14 05
	16 00	17 16	18 11		P Coimbra-B C	22 44	1 21	4 19	7 15		8 55	8 37	11 47	13 49
	16 11	17 27	18 22		C Pampilhosa P	22 32	1 09	4 07	7 02		8 43	8 25	11 35	13 37
			a	b								a b		
14 06		a 15 45	15 45	16 07	P Porto (Campanhã) C	23 47	2 58	6 10	8 40		10 30	10 30 11 11	13 25	15 25
14 15		15 53	15 53	16 17	P Gaia C	23 38	2 48	5 55	8 26		10 18	10 22 11 03	13 15	15 16
14 30		16 08	16 08	16 41	P Espinho C	23 23	2 31	5 39	8 07		10 02	10 04 10 38	12 59	15 00
14 44		16 22	16 22	17 03	P Ovar C	23 09	2 15	5 23	7 52		9 46	9 48 10 16	12 44	14 44
14 55		16 33	16 33	17 20	P Estarreja C	22 55	2 00	5 07	7 38		9 32	9 33 10 01	12 29	14 29
15 07		16 46	16 46	17 40	P Aveiro C	22 42	1 44	4 49	7 24		9 17	9 19 9 43	12 14	14 14
15 41		17 20	17 20	18 28	C Pampilhosa P	22 13	1 15	4 20	6 55		8 48	8 48 9 00	11 45	13 45
16 00	17 06	17 44	18 45		P Pampilhosa C	21 45	0 56	3 37	6 00	6 40	8 08	7 50	11 20	13 27
16 26	17 32	18 10	|		P Mortágua C	21 17	0 28	3 06	5 28	6 11	7 40	|	10 54	13 00
16 45	17 48	18 25	|		P Santa Comba Dão C	21 03	0 15	2 54	5 15	5 53	7 26	|	10 42	12 48
17 22	18 31	19 02	20 01		P Nelas C	20 26	23 42	2 27	4 42	5 25	6 55	6 38	10 17	12 22
17 35	18 45	19 13	20 12		P Mangualde C	20 13	23 27	2 09	4 21	5 12	6 44	6 26	10 06	12 11
17 53	19 03	19 29	|		P Gouveia C	19 48	23 08	1 50	4 03	4 54	6 26	|	9 48	11 53
18 16	19 31	19 51	|		P Celorico da Beira C	19 13	22 47	1 26	3 43	4 34	5 33	|	9 27	11 33
18 37	19 48	20 08	|		P Vila Franca das Naves C	19 00	22 33	1 09	3 30	4 20	5 20	|	9 13	11 20
19 16	20 17	20 37	21 26		C Guarda P	—	—	—	—	—	—	5 21	—	—
		Directo (2.ª cl.)						Regional			Regional		Semidirecto	
		c												
		16 35			P Castelo Branco C			8 15			10 45		15 31	
		18 24			P Fundão P			6 35			9 09		13 54	
		19 07			P Covilhã P			6 04			8 37		13 23	
		20 20			C Guarda P			4 55			7 30		12 10	
19 21	20 18	20 46	21 27		P Guarda C	18 32	22 10	0 44	3 08	3 53	4 58	5 11	8 48	10 58
19 42	20 36	21 04	—		P Cerdeira C	18 15	21 53	0 27	2 52	3 37	4 42	—	8 32	10 42
20 09	21 03	21 31	22 09		C Vilar Formoso P	17 53	21 31	0 05	2 30	3 15	4 20	4 35	8 10	10 20
20 27	21 32	22 02	22 32		P C	17 10	20 40	23 30	2 05	2 35	4 00	5 15	6 50	9 50
20 30	21 35	22 05	22 35		C P	|	|	|	|	|	|	5 10	|	|
22 05 H.E.	0 55 H.E.	0 00 H.E.	0 00 H.E.		P C	|	|	|	|	|	|	4 51	|	|
|	|	10 18	10 18		C Fuentes de Oñoro P	7 00 H.E.	11 00 H.E.	13 30 H.E.	16 15 H.E.	16 30 H.E.	18 30 H.E.	18 40 H.E.	20 35 H.E.	23 20 H.E.
8 45	12 07	10 50	10 25		P C						17 08	17 08		
		10 55	10 30		C Irun P						17 03	17 03		
		11 45 H.F.	11 45 H.F.		P C						16 49	16 49		
		19 10	19 10		C Hendaye P						9 10 H.F.	9 10 H.F.		
					▼ C Paris-Austerlitz P									

A — Efectua-se nos dias 3, 4, 7, 14, 21 e 28 de Janeiro de 1977.
B — Efectua-se nos dias 3, 4, 7 e 14 de Janeiro de 1977.
C — Efectua-se nos dias 18 e 19 de Dezembro de 1976.
D — Efectua-se nos dias 19 e 23 de Dezembro de 1976.
E — Efectua-se nos dias 4, 5, 11, 12, 18, 19 e 23 de Dezembro de 1976.
F — Efectua-se nos dias 11 e 18 de Dezembro de 1976.
G — Efectua-se nos dias 11, 17,18 e 19 de Dezembro de 1976.
H — Efectua-se nos dias 4, 11, 18, 19 e 23 de Dezembro de 1976.
I — Efectua-se no dia 18 de Dezembro de 1976.
J — Efectua-se nos dias 17, 18, 19 e 23 de Dezembro de 1976.

a — Carruagens-beliches de 2.ª classe directas.
b — 1.ª classe com trasbordo em Pampilhosa.
c — Efectua-se às quintas, sextas-feiras e sábados de 6 de Janeiro a 26 de Fevereiro de 1977.

NOTA: Todos estes comboios estão sujeitos ao pagamento de suplemento, pela sua categoria de internacionais.
Serão postos em circulação se o movimento de passageiros o justificar, à excepção dos comboios 305/306 e 315/316 que circulam diariamente.

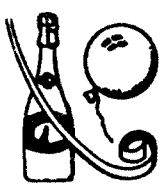
PUB.

TEATRO MUNICIPAL
SÃO LUIZ
Teatro de Todos os Tempos
APRESENTA
EM 2.º MÊS
TUDO NO JARDIM
de Ed. Albee
CHOQUE M/13
HUMOR
VIOLÊNCIA
TODOS OS DIAS 21.30
DOMINGOS E FERIADOS 16 e 21.30
DESCANSO 2.ªs-FEIRAS
Apoio da CML e da S.E. Cultura
HOJE A PEDIDO DA RADIODIFUSÃO PORTUGUESA E DEVIDO À COMPLEXIDADE DO CONCERTO DE SÁBADO NÃO HÁ ESPECTÁCULO AMANHÃ ÀS 21.30

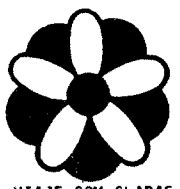
EXCURSÕES EM AUTOCARROS
PASSEIOS TURÍSTICOS

Com a qualidade internacional CLARAS. Confortáveis autocarros com aquecimento. Óptimos Hotéis com banho privativo. Passeios com Guias oficiais especializados.

NATAL EM ALDEIAS PORTUGUESAS
Partidas a 24 de Dezembro
MINHO E GEREZ - 3 dias - 2240$00
BEIRA - 3 dias - 2170$00
ALTO ALENTEJO - 3 dias - 2100$00



FINS DE ANO SUCESSO
SALAMANCA - 3 dias - part. 31 Dez. 2470$00
VIGO - 3 dias - part. 31 Dez. 2790$00
MADRID - 4 dias - part. 30 Dez 2900$00
TANGER - 4 dias - part. 30 Dez. 4230$00



AMENDOEIRAS EM FLOR
ALGARVE - 3 dias - part. 20-21-28 Jan. 4-11 de Fevereiro..... 1 990$00
BARCA DE ALVA - 3 dias -part. 11-18-25 de Fevereiro e 4 de Março.....2 200$00

PLM 03

VIAJE COM CLARAS E DESCUBRA PORQUE OS NOSSOS PROGRAMAS SE ESGOTAM COM RAPIDEZ. PEÇA-NOS PROGRAMAS DETALHADOS.

CLARAS
UM DEPARTAMENTO DA RODOVIÁRIA NACIONAL EP
AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 33 - TEL.560015 - LISBOA-2

CARTA ABERTA

DISCUTIR, ESCLARECER, VOTAR!

As Direcções Sindicais aderentes aos princípios decorrentes da Carta Aberta, reunidas em Coimbra em 27 e 28 de Novembro p.p., na continuação da sua luta pela DEMOCRATIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS, rumo à CONSTRUÇÃO DA VERDADEIRA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE, perante a iminência de mais um Congresso cupulista encenado pelo actual Secretariado da Intersindical, recomendam, entre outras tarefas:

«Que os trabalhadores exijam organizadamente, dentro dos respectivos Sindicatos, a convocação de consultas através de amplas Assembleias Gerais Extraordinárias, por VOTAÇÃO SECRETA (descentralizada em função da zona territorial a abarcar), PRECEDIDAS DE INTENSAS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO, única forma de poderem expressar inequivocamente o SIM ou o NÃO ao II Congresso da INTERSINDICAL».

SINDICATOS ONDE JÁ FORAM OUVIDOS OS TRABALHADORES POR VOTAÇÃO SECRETA

	II CONGRESSO DA INTERSINDICAL	
	SIM	NÃO
ESCRITÓRIOS DE LISBOA	1 421	11 039
ESCRITÓRIOS DE FARO	325	581

SINDICATOS QUE VÃO OUVIR OS TRABALHADORES POR VOTAÇÃO SECRETA

SEGUROS DO SUL E ILHAS	9.12.76
TELEFONISTAS DO NORTE	10.12.76
BANCÁRIOS SUL E ILHAS	15.12.76
COMÉRCIO DE LISBOA	Não marcado
ESCRITÓRIOS DO PORTO	10.1.76

Porto, 7.12.76.

A DEMOCRACIA VENCERÁ

A Comissão de Redacção da Carta Aberta

Nacional

Comunidade Padre Maximino

Apelo à votação nos "militantes do povo"

PORTO, 10 «As próximas eleições para as autarquias locais aparecem não como iniciativa dos trabalhadores do País que, nas fábricas e nos campos, nas minas e nos mares, nas escolas e noutros locais vários, com a sua força de trabalho e a sua esperança feita luta, mantêm vivo este país, mas resultam da iniciativa dos ricos que, depois de conseguirem estabelecer o Governo Constitucional «disciplinar» as Forças Armadas, domesticar os grandes meios de comunicação social e converter as escolas em laboratórios de morte da imaginação criadora do povo, buscam nestas eleições o voto popular para completarem a sua obra de dominação, disfarçada pela hipócrita veste da democracia deles». Esta a posição assumida pela Comunidade Cristã de Base padre Maximino, situada no Grande Porto que apela para o voto nos «militantes do povo» que têm dado provas de resistir «às seduções dos ricos e de ajudar a criar as condições para que, um dia, a condução dos destinos do país deixe de estar confiada aos ricos que só nos prejudicam e passe a estar nas únicas mãos dignas de tal tarefa: os trabalhadores».

Aquela comunicade contesta, no documento que nos foi enviado, a posição assumida pelos bispos na sua Assembleia Plenária realizada em Fátima há um mês. E justificam: «Nas directrizes político-partidárias que concretamente divulgaram através da comunicação final, percebemos não a presença do espírito evangélico, aberto ao novo e às mudanças radicais do homem e das estruturas por ele criadas e tantas vezes por ele idolatradas, mas sim a presença dos medos habituais nas variadas minorias privilegiadas que compõem a classe dominante». O documento acentua ainda que «os nosssos bispos, aceitando distanciar-se dos pobres, procurando o convívio e a amizade dos grandes que dominam neste país (por exemplo, a recente e escandalosa troca de visitas, com grande propaganda, de Pires Veloso-bispo do Porto), aceitando reforçar a aliança com os exploradores do povo e tirar efectivo proveito dela, vêm funcionando nas cidades como vigilantes e sentinelas, sim, mas dos ricos ricos, dos grimas, da raiva e da miséria dos trabalhadores». Assim, a Comunidade P. Maximino considera ser esta posição dos bispos «uma traição diariamente praticada» e que ela mesma está contida no comunicado emitido de Fátima a propósito das eleições para as autarquias locais, o que considera, ser seu dever «denunciar vigorosamente».

No mesmo documento apelam para a experiência de cada um «de maneira a seguirmos corajosamente a nossa própria consciência individual e de classe, deixando as directrizes dos bispos para eles mesmos que, como o referido comunicado, se manifestaram do número dos «guias cegos» de que fala o Evangelho (Mateus 23) e, por isso, não devem ser tidos em conta pelos pobres pois mandam-nos votar na direita que sempre nos dominou e enganou, roubou e utilizou».

O caso do "stand" no Porto

Supremo dá razão ao P.C.P.

PORTO, 10 — O problema suscitado pela decisão da comissão administrativa da Câmara do Porto de mandar retirar um «stand» de propaganda do P.C.P. colocado na Praça da Liberdade, a que oportunamente nos referimos, foi agora decidido pelo Supremo Tribunal Administrativo que deu provimento ao recurso apresentado por aquele partido. A sentença do supremo revogou assim as decisões tomadas pelas instâncias inferiores (recorde-se que a auditoria administrativa do Porto havia já indeferido um pedido do P.C.P. para anulação da decisão da câmara e suspensão da execução do acto) ao mesmo tempo que atribuiu «efeito suspensivo» a medida tomada pela câmara como, aliás, constava no requerimento do P.C.P.

De facto aquela comissão administrativa havia mandado retirar o «stand» sem aguardar a decisão dos tribunais, o que só agora se verificou com a posição final tomada pelo Supremo e em que as razões evocadas por aquele partido foram aceites.

Entretanto o P.C.P. havia afirmado, a propósito do caso, que «estas e outras atitudes, pretensamente restabelecedoras do asseio da cidade, mais não são do que um atentado contra as liberdades conquistadas pelo povo e consignadas na Constituição».

M.S.D. apela ao voto consciente

Em comunicado do seu secretariado nacional, a propósito do próximo acto eleitoral, o Movimento Social Democrata (MSD), «não estando, por si ou por qualquer dos seus militantes, envolvido na disputa eleitoral, entende ser seu dever exortar os militantes e simpatizantes a darem o seu voto, para cada um dos órgãos a eleger, aos candidatos que, em plena consciência, lhes assegurarem a mais correcta e plena defesa dos interesses colectivos das suas comunidades, na perspectiva da construção pacífica do socialismo, no intransigente respeito pela liberdade e pelos imperativos da democracia, para que a sua escolha traduza e reforce a efectiva possibilidade de se vir a concretizar a curto prazo um autêntico projecto social-democrata para Portugal».

O comunicado sublinha, por outro lado, que as «próximas eleições jamais poderão ser entendidas como uma confrontação ou um apoio ao Governo, mas como um acto de vontade colectiva dirigido à institucionalização de um poder que nasce, se exerce e vive no seio das comunidades, e as acompanha directamente na resolução dos seus problemas».

Troia/Algarve	Esc 1 250$00
Algarve	Esc 1 350$00
Vale do Vouga/Minho	Esc. 2.500$00
Madeira	Esc 3.150$00
Açores	Esc 4 890$00
Madeira/Açores	Esc 5 350$00
Marrocos	Esc 2.720$00
Madrid	Esc 3 100$00
Londres	Esc 4 200$00
Nice	Esc 4.850$00
Paris	Esc 4.550$00
Palma de Maiorca	Esc 5 890$00
Atenas	Esc 6.650$00
Roma	Esc 5.600$00

Outros programas à sua escolha Consulte-nos.

TODAS AS 6.as-FEIRAS - FINS DE SEMANA TROIA/ALGARVE PREÇO 1 150$00

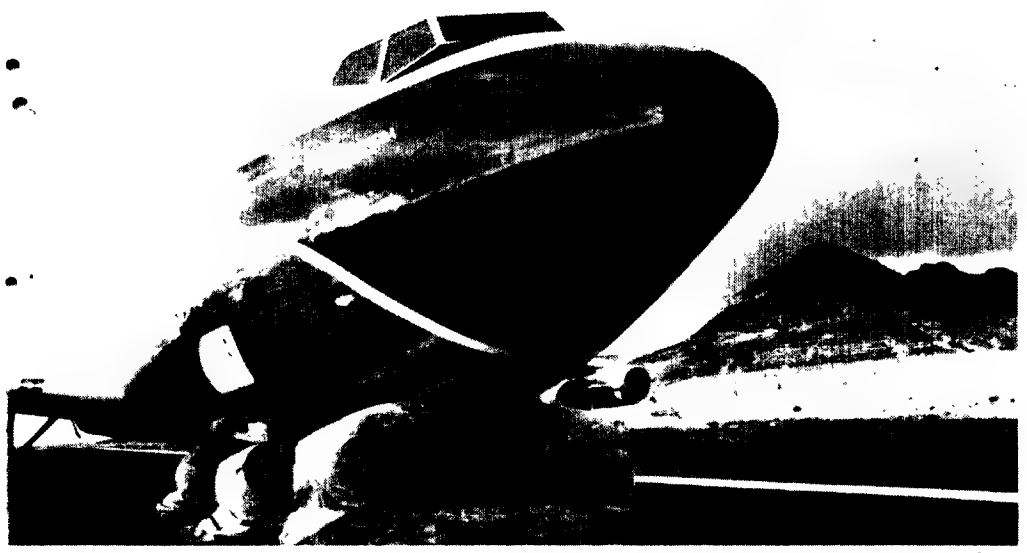
AGÊNCIA DE VIAGENS HOTELCAR
Avenida da Liberdade, 107
Telefs. 369045/6 - 328891/2 - 369178/9

Exposições Maiakovski inauguradas no ARCO e em Belas Artes

«Maiakovsky, 20 anos de trabalho», assim se designa a exposição inaugurada, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, organizada pela Secretaria de Estado da Cultura e pela embaixada da U.R.S.S. em Portugal. Estão expostos manuscritos, fotografias, livros, revistas, cartazes, publicidade, teatro e cinema relativos ao grande poeta russo. A exposição estará patente ao público, até 19 de Dezembro, todos os dias das 14 às 20 horas.

No ARCO, Centro de Arte e Comunicação Visual, foi entretanto inaugurada uma exposição de reproduções serigráficas e fotográficas duma selecção de cartazes e jornais da autoria de Maiakovsky. A exposição manter-se-á até ao fim do mês, todos os dias, excepto domingos e feriados das 10 às 13 e das 15 às 20.

Nacional



Um avião da TAP que fazia a ligação Caracas-Lisboa, com escala na ilha do Porto Santo sofreu um acidente ao aterrar na pista, de que resultou ter partido o trem dianteiro. O avião — um Boeing 707 — utilizou cerca de mil metros da pista de 2.440, tendo-se imobilizado após o acidente, sem que se tivessem registados feridos. Admite-se que o acidente esteja relacionado com uma alteração das condições meteorológicas, que provocaram forte ventania no local. Os 111 passageiros foram transportados para o Funchal num outro Boeing da TAP, enquanto o avião sinistrado, com o aspecto que a foto documenta, se encontra retido na ilha do Porto Santo

RTP devolve (sem transmitir) o melhor documentário de 1975

A RTP acabou de devolver à produção o documentário filmado em Cuba, intitulado «Porto Rico livre», que relata a acção do imperialismo naquele território latino-americano, e a luta do seu povo pela liberdade e independência nacional.

Tratando-se de uma obra notável, considerada o melhor filme documentário de 1975, «Porto Rico livre» teve entre nós uma história deveras curiosa e edificante. Oferecido à RTP, deu entrada neste importante órgão de informação (que deve nortear-se pelos princípios do pluralismo e independência segundo palavras do actual secretário de Estado da Informação) em Maio passado, tendo a sua transmissão sido aprovada no mês seguinte pela direcção do sector de actualidades.

Pois bem: o documentário em questão acaba de ser devolvido pela RTP, com a explicação de que a sua transmissão não é considerada «oportuna»...

Critérios diferentes parecem orientar agora a RTP. Será que tendo em conta as perspectivas para o «desenvolvimento» dos Açores, não seria da maior oportunidade conhecer a tempo a situação a que podem levar certas ajudas? Ou será que a engrenagem dos subsídios e empréstimos já começa a produzir efeitos?

Casal assaltado prende assaltantes

Assaltados numa pequena aldeia da Guarda, seguem para Lisboa à procura dos assaltantes. Palmilham a cidade. Chegam a Benfica e encontram dois da quadrilha. Foram três dias de buscas. Este o fim mais ou menos feliz da história que começou no passado dia seis, na Sequeira, a poucos quilómetros da cidade da Guarda, quando quatro indivíduos armados com uma espingarda caçadeira de canos cortados e três pistolas, assaltaram o casal. Fernando Augusto e Antónia Monteiro Gimenes em casa. Levaram-lhes todo o ouro (mesmo os brincos que a senhora usava na altura), uma pulseira da filha, Rosa, de cinco meses, um rádio, um gravador, além de 9.800 escudos em dinheiro português e 500 francos. Ao todo: a maquia de 60 contos.

Dirigem-se à GNR a apresentar queixa. A GNR não se mostra optimista quanto a conseguir apanhar os assaltantes. O casal não desespera. Segue para Lisboa. Ao passar pela rua General Morais Sarmento do Bairro de Santa Cruz (Benfica) reconhece dois dos assaltantes. Gritaram, agarraram-nos até chegar a polícia. Populares ajudaram. Acabaram por ser conduzidos para a esquadra mais próxima onde um dos assaltantes confessou o assalto. Entretanto a mãe de um deles, José Armando Pinto Cesteiro, vem entregar à esquadra a quase totalidade das jóias. Quanto ao dinheiro o problema torna-se mais difícil: voou entre muitas mãos...

PUB.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR

COMUNICADO

PELA DEFESA DAS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES!

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR face aos despedimentos de Manuel Correia Lopes e António Cunha das Rosas, trabalhadores da empresa têxtil Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., e dirigentes sindicais, manobra integrada nas tentativas com que o patronato e imperialismo tentam dividir e desmobilizar os trabalhadores, com a intenção de enfraquecer as suas organizações e poderem atacar as conquistas dos trabalhadores;

Considerando que um Governo que ordena à GNR a defesa do patrão da Herdade da Lobata, contra os direitos dos trabalhadores agrícolas e manda a PSP fechar a Faculdade de Economia do Porto, diz não ter possibilidade de obrigar o patrão da Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda., a anular o despedimento dos dois trabalhadores têxteis.

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR decidiu:

1.º Face a esta posição de força contra os trabalhadores e suas organizações, a FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DO MAR informou hoje os diferentes órgãos de poder de que a partir do próximo dia 15 de Dezembro participará nas restrições às importações e exportações de todos os artigos destinados a empresas de têxteis, lanifícios e vestuários, excepto empresas intervencionadas, em autogestão ou cooperativas, caso até dia 14 do corrente mês, não estejam anulados os referidos despedimentos e normalizada toda a situação de remuneração dos trabalhadores em causa.

2.º Prestar auxílio económico aos trabalhadores têxteis em luta na empresa têxtil Manuel Lopes Henriques & Filho, Lda.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1976.

O SECRETARIADO DA F.S.M.

PUB

ZONA CENTRO

SAÍU HOJE

Uma nova dimensão no jornalismo regional

Compre,
leia,
assine
e divulgue

INSTITUTO DOS CEREAIS

AVISO

Avisam-se todos os agricultores que, para a campanha de milho de 1976/77, o preço foi superiormente fixado em 6$00/kg.

Mais se informa que a abertura dos silos, celeiros e armazens do «Instituto dos Cereais» para a recepção do cereal se verificará no próximo dia 13 do corrente e o seu encerramento no dia 31 de Maio de 1977.

Chama-se à atenção dos agricultores, que para as entregas, se torna necessário:

1. Apresentação do Cartão de Produtor passado pelo Instituto dos Cereais.
2. A entrega de uma única declaração de venda do cereal no acto da recepção da qual deverá constar a totalidade do cereal, que pretenda entregar, desta colheita.
3. As declarações de venda terão de dar entrada nos Serviços Regionais do Instituto dos Cereais, até 31 de Janeiro de 1977.
4. As normas que regularão a entrega do milho vão ser de imediata transmitidas aos Serviços Regionais, onde poderão ser consultadas.

O pagamento do cereal processar-se-á da seguinte forma:
— 2$50/kg. até 24 horas após a entrega, e 3$50/kg. de 8 a 15 dias depois.

A entrega do cereal deverá processar-se de acordo com a programação a estabelecer com os Serviços Regionais do Instituto dos Cereais, podendo, eventualmente, e em casos muito excepcionais, admitir-se a possibilidade de um adiantamento sobre o valor do cereal na posse do produtor.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1976

Estrangeiro

Acusações tailandesas contra o Vietname

O Governo ditatorial da Tailândia, que em Outubro, mercê de um golpe de Estado planeado com a colaboração da CIA, pôs termo ao regime constitucional do país, multiplica as suas acusações contra os seus vizinhos progressistas (Vietname, Cambodja e Laos).

Agora foi o ministro do Interior, Samak Sundaravej, que anunciou uma invasão do Vietname contra o seu país, marcada para o dia 15 de Fevereiro. A data teria sido escolhida por causa da estação da seca estar então no seu auge.

A verdade é que a ditadura fascista de Bangok tem sido criticada constantemente pelas autoridades de Hanói, em virtude da repressão desencadeada sobre centenas de vietnamitas que residem na Tailândia. Segundo Hanói, muitos dos 40 mil vietnamitas que habitam na Tailândia têm sido internados em campos de concentração e esbulhados dos seu bens. Talvez para «justificar» essa acção contra os vietnamitas, o ministro acusou, por sua vez, Hanói de procurar servir-se dos cidadãos do Vietname instalados na Tailândia para causarem agitação, que sirva de pretexto a uma intervenção militar.

Notícias da IPS informam, por seu lado, que, segundo o «Bangkok Post», guerrilheiros comunistas concentrados na província norte-oriental de Nakon Patom preparam uma ofensiva em vasta escala, destinada a assumir o poder no distrito de Kae. A ofensiva iniciar-se-ia nos primeiros dias de 1977.

Na altura em que o golpe de Estado fascista ensanguentou a Tailândia, toda a gente conhecia a amplitude do movimento de guerrilha pró-comunista no país. Nada surpreende que com os posteriores acontecimentos esse movimento se tenha intensificado. Sabe-se, aliás, que um antigo deputado se internou na selva para se juntar aos guerrilheiros. Temendo, sem dúvida, que as circunstâncias climatéricas propícias da estação da seca levem a intensificação dos combates dos guerrilheiros, as autoridades da Tailândia começam, desde já, a brandir o espectro da invasão estrangeira. Isto deixa todas as portas abertas. Até a da intervenção dos EUA, se Washington acaso pudesse voltar a cometer uma loucura semelhante às do Vietname, Cambodja e Laos.

O Irão quer comprar mais armas aos Estados Unidos

«O Irão está disposto a gastar nos EUA, nos próximos cinco anos, até cinquenta mil milhões de dólares, se os norte-americanos lhe venderem o que pretende comprar» afirmou o xá numa entrevista concedida à AP. O xá referiu que o seu país está a pagar anualmente 150 mil dólares a companhias norte-americanas por civis contratados para trabalhar no Irão.

Os iranianos vão adoptar uma posição moderada na conferência da OPEP, que decidirá do novo aumento do preço do petróleo, daqui a dias. Segundo o xá, esse aumento não irá além dos 15 por cento.

O xá do Irão, cujo regime — apresentado ao mundo sob a capa idílica da «revolução branca» é uma das mais férreas ditaduras do mundo, onde as prisões regorgitam de presos, onde a polícia secreta (Savak) tortura e mata, onde as condenações à morte são moeda corrente — explicou à AP que necessita das armas norte-americanas por se situar numa zona geográfica que inclui o estratégico Golfo Pérsico e 2400 quilómetros de fronteira com a URSS.

E o xá acrescentou: «O Irão pode ser um pilar de estabilidade para a Ásia Ocidental, como o Japão o é para a Ásia Oriental». Contudo o xá diz não saber se os japoneses se querem ficar apenas por potência económica ou se pretendem, como ele, transformar o país em potência militar. E, para finalizar, disse o xá: «Toda a gente confia e respeita hoje o meu país, excepto agitadores como Fidel Castro».

Parlamento italiano discute legalização do aborto

No próximo dia 13 a assembleia de deputados italianos vai discutir a legalização do aborto por razões extramédicas, tendo entretanto as comissões jurídica e sanitária da Câmara divulgado um texto de reforma da lei do aborto actualmente proibido em Itália.

Os Democratas-Cristãos, que constituem o maior partido, e os radicais, o mais pequeno agrupamento, opuseram-se à proposta das duas comissões esperando-se que na altura do debate público os primeiros reforçem a actual proibição do aborto, enquanto os radicais deverão apresentar emendas no sentido da interrupção da gravidez não desejada vir a ser facilitada para todas as mulheres que o desejem.

Os Movimentos Feministas surgem em Espanha à luz do dia

Durante os primeiros meses de 1976 manifestaram-se publicamente em Espanha alguns movimentos clandestinos e minoritários. Os principais são os seguintes:

Movimento Democrático da Mulher que reagrupa militantes pertencentes a várias classes sociais e a crenças e ideologias diversas. O seu boletim, publicado mensalmente, afirma que os problemas das mulheres devem ser solucionados pelas próprias mulheres e que a democracia é hoje uma reivindicação política e objectivamente feminista.

Frente de Libertação da Mulher, agrupamento autonomo, segundo o qual as mulheres **como grupo especificamente oprimido, devem tomar a iniciativa da luta.** Esta frente admite que se pertença a um partido político e considera que os interesses da mulher **se unem aos de todos os oprimidos e concretamente aos da classe operária.**

O Colectivo Feminista é o mais radical de todos os movimentos. Ele considera o feminismo uma ideologia **que implica a transformação da sociedade.** Não admite que se tenha outra filiação, visto aspirar a ser um partido político. Declara-se **anticapitalista e internacionalista,** e preconiza **a organização política das mulheres segundo uma linha política própria.**

A Associação Democrática da Mulher admite outra filiação mas proclama-se autónoma e diz **lutar pela libertação da mulher para além dos partidos mas não contra eles.** A associação, que se afirma política e feminista acha que a sua luta não é contra o homem, mas tem por principal objectivo a instauração das liberdades democráticas em Espanha.

(C) Le Monde

AVISO

• AOS SINDICATOS, FEDERAÇÕES, UNIÕES, DELEGADOS SINDICAIS, COMISSÕES SINDICAIS E INTERSINDICAIS

• ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES

• A TODOS OS TRABALHADORES

O Decreto-Lei n.º 841-B/76, de 7-12-1976, alterou o artigo 21.º da Lei Sindical no sentido de a cobrança da quotização sindical deixar de ser feita pelas entidades patronais.

Os trabalhadores condenaram já este decreto antioperário e inconstitucional que visa «quebrar a espinha» ao movimento sindical, como confessou o secretário de Estado do Trabalho.

Sem prejuízo das acções a empreender para conseguir a sua revogação, indica-se desde já o seguinte:

O novo decreto-lei não pode, evidentemente, restringir o direito de contratação colectiva garantido na Constituição, pelo que serão plenamente válidos quaisquer acordos com as entidades patronais no sentido de estas procederem à cobrança e remessa da quotização dos trabalhadores sindicalizados. Muito menos poderia revogar os contratos colectivos já celebrados.

Mantém-se em vigor o artigo 52.º da Lei Sindical que diz:

«O que no presente diploma se dispõe não prejudica o estabelecido em **cláusulas convencionais mais favoráveis às associações sindicais e aos trabalhadores».**

Por isso, as entidades patronais obrigadas por convenções colectivas ou outros instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho a procederem à cobrança da quotização sindical e respectiva remessa aos sindicatos, continuam vinculadas a esse dever.

Os trabalhadores e as associações sindicais têm o direito de exigir que os contratos colectivos de trabalho sejam cumpridos nesse aspecto e o Ministério do Trabalho, através da Inspecção do Trabalho, tem de obrigar ao cumprimento dessas cláusulas.

Avisam-se por isso, todos os sindicatos, nestas circunstâncias de que a cobrança da quotização sindical continuará obrigatoriamente a ser feita pelas entidades patronais.

Lisboa, 9-12-1976.

O Secretariado da Intersindical Nacional

PUB

AOS TRABALHADORES

SECTOR DO MATERIAL ELÉCTRICO

O patronato diz não às negociações directas...

CAMARADAS:

Hoje dia 9/12/76 a Comissão Negociadora Sindical, compareceu pelas 14 horas na sede da Associação dos Industriais de Material ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO, DANDO CUMPRIMENTO À POSIÇÃO QUE ASSUMIU EM 25/11/76.

A posição da Comissão Sindical, tinha por objectivo demover o patronato da sua atitude intransigente e provocatória, ao apresentar uma proposta de tabela salarial, igual à que está em vigor desde Março de 1975.

Comprovando inequivocamente que a esmagadora maioria dos trabalhadores está solidária com a sua Comissão Negociadora e apoiou em absoluto a decisão tomada, o Plenário do dia 4/12/76, realizado simultâneamente no Porto, Ovar e Lisboa, ratificou essa decisão e decidiu que se fizesse uma paralisação do sector no dia 7/12/76, com a duração de 1 hora.

A paralisação correspondeu de facto à posição da maioria dos trabalhadores, pois foi cumprida com firmeza, numa clara demonstração de unidade e mobilização pelos OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS do C. C. T.

O patronato utilizou diversas formas e estrategemas, tentando confundir e desmobilizar os trabalhadores da sua luta, nomeadamente falsas informações e comunicados na Imprensa Diária, promessas de aumentos salariais individuais (Empresa J. Santos) e ameaças de despedimento.

CAMARADAS:

O PATRONATO NÃO SE APRESENTOU PARA NEGOCIAR, MAS REQUEREU A CONCILIAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

A Comissão Negociadora Sindical foi convocada para essa conciliação, que irá ter lugar em 10/12/76 pelas 10 horas.

Neste momento, a Comissão Sindical não pretende desprezar nenhuma hipótese real de negociação directa ou com a participação do Ministério do Trabalho.

PORÉM PARA QUE A NEGOCIAÇÃO OU CONCILIAÇÃO SEJA POSSIVEL É ABSOLUTAMENTE NECESSARIO: como ia foi declarado pela Comissão Sindical e ratificado pelos trabalhadores **QUE O PATRONATO REFORMULE A SUA PROPOSTA DE TABELA SALARIAL,** aproximando-a realmente da proposta sindical que visa actualizar os salários dos trabalhadores com base no aumento do custo de vida.

As entidades patronais ao requererem a Conciliação estão implicitamente a reconhecer **A POSSIBILIDADE DE ALTERAR A SUA PROPOSTA.**

Mas, não podemos ter ilusões, o patronato quer voltar às condições de exploração que praticava antes do 25 de Abril.

NESTE MOMENTO É IMPRESCINDIVEL QUE TODOS TRABALHADORES SE MANTENHAM MOBILIZADOS COMO NA JORNADA DE LUTA QUE FOI O DIA 7/12/76.

DEVEM OS TRABALHADORES ESTAR CONSTANTEMENTE INFORMADOS E ORGANIZADOS, PARA DEFENDEREM AS SUAS CONQUISTAS:

— SALÁRIOS PARA 1976/77, NÃO PARA 1975
— DIREITO AO TRABALHO, NÃO AOS DESPEDIMENTOS
— NÃO AO 2.º ESCALÃO

A Comissão Sindical Negociadora

Estrangeiro

PALESTINIANOS

Noventa países estão dispostos a reconhecer governo no exílio

De acordo com fontes citadas pelo jornal «Beirut», e difundidas pela IPS, o presidente Tito, da Jugoslávia, acredita que 90 países estão já preparados para reconhecer um governo palestianiano no exílio. Um outro órgão, o «As Safir», próximo àsposições palestinianas, diz que Tito expressou esta certeza a Yasser Arafat durante a recente visita que o líder da Organização para a Libertação da Palestina efectuou à Jugoslávia, Roménia e Síria. Tal governo seria criado num território que, possivelmente, **abrangeria a Cisjordânia e a** faixa de Gaza.

Durante os contactos entre Tito e Arafat, o presidente jugoslavo informou o líder palestiniano que o ministro das Relações Exteriores da Holanda, que recentemente visitou Belgrado, disse que os Estados europeus estavam prontos a reconhecer a O. L. P. e não teriam qualquer objecção à criação de um governo palestiniano no exílio. Esta medida foi um tema de especulação esporádica durante mais de dois anos e tem sido defendida por alguns dos mais fortes apoiantes dos palestinianos. Entretanto, a O. L. P. sempre achou que esta ideia era um tanto prematura. De qualquer forma, os Estados árabes preparam agora uma ofensiva política pela paz no Médio Oriente, a qual passa por uma **questão fundamental: quem** controlará os territorios que **Israel abandonará, como parte** de um tratado na região? E é justamente isso que faz voltar a hipótese de criação de um governo provisório palestiniano.

Enquanto isso, das Nações Unidas, a Reuter informa que a Assembleia Geral da O. N. U. pediu a reconvocação da Conferência de Genebra sobre a paz no Médio Oriente, até ao fim de Março. Israel e os Estados Unidos este último, co-presidente da Conferência, junto à U. R. S. S. **opuseram-se a mais esta tentativa de** paz alegando que a iniciativa estava ligada a uma outra **moção que incluia nas negociações** explicitamente, a O. L. P.

Por outro lado, um telegrama da Anop noticia que a Organização para a Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos lança hoje uma campanha para mobilizar a opinião pública mundial em apoio ao Chipre, Palestino e Líbano. Outra (com o mesmo tempo de duração, sobre a Palestina e o Líbano, começará **no domingo. As resoluções** adoptadas por ambas as conferencias **serão tornadas públicas numa reunião geral na** proxima segunda-feira, à noite. O secretário-geral da organização, o jornalista Yasser El Sebei, editor-chefe do jornal «Al Ahram», do Cairo diz que **a exigencia da conferência so**bre Chipre será a retirada de todas as tropas estrangeiras do seu território. O regresso dos refugiados aos lares e o cumprimento das resoluções da O. N. U. sobre a ilha. A segunda conferência apoiará a revolução palestiniana e as forças nacionais libanesas, na **luta que ambas têm mantido para fazer fracassar a conspi**ração sionista-norte-americana que contra elas e dirigida. Sebei afirmou ainda que a Organização para a Solidariedade **dos Povos Afro-Asiáticos exigi**rá uma retirada total e incondicional das forças de Israel de todos os territórios árabes conquistados e procurará estabelecer os direitos nacionais do povo palestiniano, nomeadamente o de regressar ao seu país de origem e estabelecer o seu Estado palestiniano, independente e livre. Deverão participar dos trabalhos 70 organizações.

Entretanto, o novo primeiro-ministro libanês, Selim Al-Hoss, anunciou ontem à noite um governo «não político» de oito membros, que vai tentar reconstruir o Líbano depois de 19 meses de guerra civil. O governo foi formado a pedido do presidente Elias Sarkis

Outro padre brasileiro foi preso e torturado

Dirigentes eclesiásticos do Brasil acusaram as autoridades militares que governam aquele país de torturarem um padre católico, o missionário Florentino Maboni, preso há 16 dias e mantido sem dormir. A Comissão Pastoral Terra disse ainda que o padre Maboni precisou de receber tratamento médico durante a sua prisão, feita sob a acusação de «incitar os camponeses». O missionário foi preso em São Geraldo do Araguaia, no Brasil-Central depois de os camponeses, receosos de serem expulsos das suas terras por agentes do Governo, como tem vindo a acontecer cada vez com mais frequência, terem matado dois policias que os acompanhavam. Entretanto, não foram feitas quaisquer acusações contra o padre Maboni de uma maneira formal.

Num relatório emitido anteontem, após uma reunião de três dias na cidade de Goiania, a Comissão Pastoral Terra precisava ainda que, durante os interrogatórios e as torturas, o padre Maboni foi obrigado a usar um capuz.

Esta acusação de tortura é a primeira, num caso político, desde o passado mês de Maio, quando advogados dos direitos civis anunciaram que Geisel havia proibido as forças repressivas de empregarem tais metodos. O caso do padre Maboni vem piorar ainda mais as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro já agravadas este ano pelo assassínio de dois sacerdotes e o rapto e a submissão a vexames de um bispo. Recentemente a Igreja do Brasil publicou um extenso documento denunciando a atmosfera de violência e a impunidade com que torturadores e assassinos agem. No relatório referente ao padre Maboni, a Comissão Pastoral Terra acrescentava que «a Igreja do Brasil está hoje, tal como aconteceu com tanta frequência no passado, a atravessar mais um período de provação».

Enquanto isso, em Belém, no Pará, o presidente do Supremo Tribunal Militar brasileiro, dizia alto e bom som, para quem quisesse ouvi-lo: «A minha Igreja é a do padre Lefebvre e não essa Igreja progressista, que pega na hóstia com a mão.» Esta e outras «preciosidades» foram ditas durante a inauguração das novas instalações da Auditoria Militar naquele Estado. Huet acrescentou: «A Igreja está a actuar de forma equívoca e, infelizmente, os bispos empurram para a luta os pobres camponeses, em vez de os apaziguar...»

Moscovo e Londres assinam vultuoso contrato comercial

Nos termos do contrato, a companhia britânica «Rolls Royce, Ldt» fornecerá 42 motores a jacto «Avon», que se destinama a ser utilizados na bombagem de gás natural dos campos de Chelyhabynsk no centro da URSS. Segundo um porta-voz da Rolls Royce este poderá ser o início de fornecimentos ainda mais importantes dos motores «Avon».

O embaixador soviético em Londres declarou a propósito que o seu país tenciona fortalecer os laços comerciais com a Grã-Bretanha.

«Espero que este contrato constitua o princípio de mais amplos contactos comerciais com os nossos amigos da União Soviética» declarou o presidente da Rolls Royce, Kenneth Keith, comentando um dos mais vultuosos contratos até agora firmados entre a URSS e a Grã-Bretanha. Trata-se dum contrato no valor de 165 milhões de libras esterlinas assinado com a URSS por um consórcio de três grandes empresas, duas norte-americanas e uma inglesa.

A N.A.T.O. joga na incerteza

A táctica da NATO é jogar na incerteza. Interessa é que os países socialistas vivam no receio de terem de enfrentar uma guerra nuclear. Deste modo, a NATO conseguirá o seu papel de dissuasão contra qualquer hipotético ataque ao Ocidente. Estes «princípios tácticos» fundamentam a rejeição em Bruxelas do projecto de tratado de desarmamento nuclear proposto na capital romena pelos países do Pacto de Varsóvia.

A rejeição da proposta será, segundo a Reuter, enérgica, pois «concordar com a proposta do Pacto de Varsóvia seria acabar com essa incerteza e minar a credibilidade dissuasora da NATO.

Além disso, vai ser também rejeitada uma proposta do Pacto de Varsovia no sentido de não se admitirem mais membros em nenhum dos dois blocos militares europeus. A NATO repudia esta proposta, porque entende que se trata de um meio a que os países do Pacto de Varsóvia lançam mão para evitar a entrada de Espanha na Organização.

O dia de ontem na reunião do Conselho Ministerial em Bruxelas foi fértil em intervenções, cuja ênica foi a «crescente ameaça do poderio soviético» e os ataques à «avareza» dos países socialistas em relação ao Terceiro Mundo em contraste com a «generosidade» dos países capitalistas. O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros chegou mesmo a dizer que os países socialistas sofrem de «nacionalismo pequeno-burguês».

Para lá disso, houve duas importantes comunicações: uma, enviada pelo presidente eleito dos EUA e outra que foi considerada o «testamento político de Kissinger».

Jimmy Carter mandou dizer que no seu mandato prosseguiria a política de Washington quanto à NATO, organização que ele considera tão necessaria como aquando da sua fundação há 27 anos.

Por seu turno, Kissinger declarou que a URSS não tinha quaisquer desígnios imperialistas, o que não o impediu de se declarar contra a aceitação das propostas do Pacto de Varsóvia.

Passando revista ao mundo, Kissinger mostrou-se optimista quanto ao Médio Oriente e reafirmou que a minoria branca da Africa Austral devia transferir o poder para a maioria negra.

Comentando, entretanto, a reunião de Bruxelas, a agência soviética Tass insurge-se contra as «invenções caluniosas» da NATO acerca do «aumento do potencial militar» dos países do Pacto de Varsóvia e salienta que o Pentágono se serve destas manobras alarmistas para levar os seus aliados a adquirir aos EUA sistemas defensivos de custo gigantesco.

Interrompido o diálogo Norte-Sul

As negociações sobre um sistema económico mundial mais justo actualmente a decorrer em Paris, e mais conhecidas por Diálogo Norte-Sul, chegaram a novo impasse, com o adiamento de uma importante sessão ministerial que só virá a efectuar-se no próximo ano. O adiamento foi anunciado pelo venezuelano Guerreiro que acusou os oito países capitalistas industrializados participantes na reunião, dizendo que eles não tinham vontade política para o diálogo.

Oposição democrática reunida em Madrid

Representantes dos principais partidos da oposição de esquerda espanhola reúnem-se hoje em Madrid para elaborarem a carta que há-de servir de base às negociações a efectuar com o primeiro-ministro sobre as reformas democráticas.

Esta reunião segue-se à recusa do **PSOE** em assinar a carta anteriormente elaborada por oito dos nove membros da Comissão da Oposição que vai negociar com o governo.

Cinco presos (dois militantes da **ETA** condenados a 15 anos de prisão, um maoista e dois prisioneiros de delito comum) evadiram-se, entretanto, da penitenciária de Basauri, perto de Bilbau.

Enquanto isto, a revista «Sabado Grafico» escreve hoje que as declarações de Albert Spaggiari em Paris podem ser uma bomba prestes a estourar em Madrid. Recorde-se que aquele antigo membro do OAS afirmou que parte do roubo do banco «Société Générale» de Nice foi parar às mãos duma organização madrilena de extrema-direita, mais propriamente da ATE, que, em 1975 iniciou actividades contra refugiados bascos em França.

Caleidoscónio

OUTRO ESCÂNDALO DE «LUVAS» — Outra companhia norte-americana, desta feita a Williams Cos. reconheceu que efectuou pagamentos «duvidosos» no estrangeiro, entre 1971 e 1975, no valor global de 854 mil dólares.

BOUMEDIENNE — Mais de oito milhões de argelinos vão hoje às urnas para eleger um novo chefe de Estado para um mandato de seis anos. O único candidato é o actual presidente Boumedienne, que, nos termos da Constituição, aprovada por 99 por cento dos votantes num referendo do mês passado, terá amplos poderes.

PREMIOS NOBEL — Milton Friedman, o economista norte-americano que durante seis dias participou em colóquios no Chile de Pinochet, vai hoje receber das mãos do rei da Suecia o seu Prémio Nobel da Economia. Com ele vão mais seis americanos laureados em Física, Química, Literatura, Medicina. A esquerda sueca prepara uma manifestação contra Friedman.

CHINESES NA ROMÉNIA — Uma delegação chinesa, chefiada por Chi Peng-fei, conferenciou ontem em Bucareste com funcionários romenos.

PACTO DE VARSÓVIA — Ministros da Defesa do Pacto de Varsóvia reuniram-se na capital búlgara, onde se encontra em visita oficial o ministro soviético da Defesa, Ustinov. Da reunião poderá resultar a nomeação do sucessor do comandante-chefe do Pacto, marechal Ivan Yakubovsky, falecido no mês passado.

AFEGANISTÃO — Mais de 50 pessoas foram presas neste país acusadas de conspirarem para derrubar o presidente Mohammed Daoud. A conspiração terá sido comandada pelo ex-general Ahmed, e terá derivado do «desencanto» com o actual regime.

ESQUERDA FRANCESA — Uma sondagem publicada no jornal de Paris, «Aurore», revela que, se os franceses tivessem sido chamados a eleger os seus deputados em 28 de Novembro, 54 por cento votariam na esquerda e 46 por cento nos partidos que constituem a coligação governamental.

PANAMÁ — O presidente da companhia petrolífera norte-americana, «Standard Oil Company of Ohio», declarou que o Canal do Panamá é a única rota viável de momento para o envio do petróleo do Alasca para o Leste dos EUA. Trata-se de mais uma «achega» para aqueles que nos EUA não estão dispostos a negociar uma solução justa para o problema do Canal, cuja soberania o Panamá reivindica.

PETRÓLEO — A revista norte-americana, «Business Week», ligada aos meios de negócios dos EUA, insurge-se em editorial contra a perspectiva de novo aumento de preços de petróleo, acusando os países da OPEP de terem impedido o crescimento económico mundial. Enquanto isto o «Times» de Londres revela que o governo britânico decidiu vender cerca de vinte por cento das acções do Estado na sociedade petrolífera British Petroleum (BP) para cumprir as obrigações impostas pelo Fundo Monetário Internacional para a concessão de um crédito de 3,9 mil milhões de dólares à Inglaterra. Sindicatos, partidos de esquerda e a própria ala esquerda do Partido Trabalhista opõem-se a esta medida de «desnacionalização» a que o governo cede por pressões exteriores.

DIREITOS DO HOMEM — «O sacrossanto direito à propriedade privada é o único direito do Homem no Ocidente, escreve o jornal soviético «Pravda», num artigo consagrado ao dia dos Direitos do Homem. E o artigo prossegue: «os ideógos burgueses que se fazem passar por ardentes detos do homem estão prontos a espezinhar todos os direitos em troca do direito de entesourar e da liberdade de explorar». Como exemplos da sua afirmação o autor aponta as torturas na Irlanda, a «caça às bruxas» na RFA, o Chile, o apartheid, além do desemprego, a espionagem do FBI e outros atentados cometidos no Ocidente aos direitos do homem.

CONSELHO DA FAO — Ao fim de dez dias de trabalhos, terminou ontem em Roma o Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), tendo-se deliberado, entre outras coisas, convocar para 1979 a conferência mundial sobre a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural.

Espectáculos

TEATRO ESTUDIO DE LISBOA

Em risco de vida aos 13 anos de idade

A Companhia Teatro Estúdio de Lisboa está na iminência de encerrar as suas actividades ao fim de 13 anos de existência como consequência directa da política de «subsídios» definida pela Secretaria de Estado da Cultura, orientada pelo poeta David Mourão Ferreira. Outros agrupamentos teatrais acusam, visivelmente, os sinais do ataque da S. E. C. à vida independente que levaram nos últimos dois anos. Há dezenas de actores e pessoal de cena sem salários, uma companhia, que se saiba, a viver na base de um salário de quatro contos e quinhentos e oqras na iminência de nem estrearem os espectáculos que preparavam.

O 13.º aniversário do Teatro Estúdio de Lisboa passa amanhã e a companhia de Luzia Maria Martins festejao acontecimento conforme sabe, isto é, fazendo teatro. Estreia-se a peça do checoslovaco Vaclav Havel, intitulada «O escritório».

Assinalando o facto e dando conta das dificuldades financeiras porque passa o T. E. L., o grupo emitiu um comunicado em que anuncia o oferecimento gratuito do espectáculo ao público da capital que tem acompanhado o T. E. L. durante a sua atribulada existência. Diz o comunicado:

«Doze anos de trabalho ininterrupto, no meio das maiores dificuldades e sacrifícios, em que hoje, como no primeiro dia, todos os que, ao longo dos anos integraram o elenco artístico e o grupo de técnicos do Teatro Estúdio de Lisboa, deram o melhor do seu esforço, não só nas capacidades profissionais respectivas, mas participando no levantamento dos 33 espectáculos: pintando, ajudando a construir cenários, costurando guarda-roupa, etc.

«Sem alardear a sua luta antifascista, sem apregoar o trabalho dos seus componentes, sem se autoelogiar em propaganda clamorosa e de molde a impressionar favoravelmente, 'a priori', o público, a Companhia Teatro-Estúdio de Lisboa tem uma actividade honesta, em que procura servir condignamente o teatro português. Vêm estas considerações a propósito da estreia, na próxima sexta-feira, da peça «O Escritório», que tinha sido proibida em 1968 pela Censura fascista, e que poderá vir a ser o espectáculo com que este agrupamento cessará a sua actividade. Impossibilitada de existir sem um subsídio que cubra as despesas básicas, e elas são bem modestas, se as compararmos com as de qualquer agrupamento semelhante de qualquer país europeu (mesmo os mais desfavorecidos do ponto de vista económico), a Companhia Teatro-Estúdio de Lisboa não pode aceitar, como subsídio, a forma de apoio ao teatro independente proposta pela Secretaria de Estado da Cultura — como foi largamente anunciado na Imprensa na divulgação das justas reivindicações feitas pelos trabalhadores de teatro em relação às disposições, relativas a subsídios, dinamanadas muito recentemente daquela Secretaria para regulamentação das actividades teatrias para 1977.»

Hoje estreia "O escritório"

No dia em que festeja o 13.º aniversário, a Companhia Teatro Estúdio de Lisboa estreia uma peça do dramaturgo checoslovaco Vaclav Havel, «O Escritório».

É uma sátira ao burocratismo e ao oportunismo que dele pode advir, e foi estreada em Praga, em 1965, tendo sido já representada em muitos países do mundo.

A sua interpretação foi confiada (por ordem de entrada em cena) a: Mário Pera, Carlos Duarte, Suzana Prado, Cremilda Gil, Fernanda Coimbra, Helena Félix, Vítor Hugo, Fernanda Montemor, Dinis Castelo, José Brás, Augusto Leal e Manuela Cassola. A maquette do cenário é de Luís Suarez e a encenação de Luzia Maria Martins.

Itália: Rosi o melhor filme Mastroiani o melhor actor

Mil e quatrocentos jornalistas estrangeiros, membros da Associação de Imprensa Estrangeira em Itália, representando 50 países, votaram para a atribuição do prémio cinematográfico «Globo de Ouro». Os vencedores foram:

— Melhor filme — «Cadaveri Eccellenti», de Francesco Rosi.

— Melhor actriz — Mariangela Melato.

— Melhor actor — Marcello Mastroianni.

— Actor revelação — Duilio del Prete.

— Actriz revelaçao — Olimpia Carlisi.

— Realizador estreante — Enrico Lorenzini.

Marcello Mastroianni

Francesco Rosi

LES AMAZONES "STRIP-SHOW" SONO WONDER BAR

SALÃO RESTAURANTE às 23,30 (não aconselhável a M. 13)
WONDER BAR a 1,00 (interdito a M. 18)
Consumo mínimo, sábados 1.º0$00 - Restantes dias 120$00 (t.s.c.)

MATINÉE aos DOMINGOS às 17 horas
Chá completo, 70$00 (taxas e impostos incluídos)

MARIA VITÓRIA
• TELEF. 36 17 40 •

UM ÊXITO!

LYGIA TELLES
em «O Vende-Palavras»

• HOJE E TODOS OS DIAS •
2 SESSÕES: às 20.30 e 22.45 h.
Aos DOMINGOS • FERIADOS «Matinées», às 16 horas
Às 2.as - FEIRAS — DESCANSO
A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!
A NOVA PLURALIREVISTA
O BOMBO DA FESTA!
As atracções: FÁTIMA CALDEIRA e YUKIE
com
SALVADOR * HENRIQUE SANTANA * IVONE SILVA
A frente de um grande elenco e de um corpo de Baile Internacional

Cenas & Cenários

● UMA SUGESTÃO SEM ESPERANÇA

Estão a terminar a sua carreira dois dos mais importantes espectáculos do teatro português do após-25 de Abril. Quando lá para o ano 2020 um historiador ou um estudioso do nosso .teatro (se os houver) quiser saber o que foi a actividade teatral em Portugal neste ano de 1976 irá encontrar notícias desses dois espectáculos. Temos muita pena, mas entre esses documentos, o nosso camarada do futuro irá encontrar os textos que sobre eles foram escritos. E vai certamente ficar com curiosidade em saber, com mais pormenores, como seriam esses espectáculos. E será então que terá uma

Augusto de Figueiredo tem uma interpretação magnífica na peça da Cornucópia que continua em cena no Teatro do Bairro Alto. «Tambores na Noite» concluem a sua carreira no sábado à noite, restando, portanto, dois dias para ser vista e para os cineastas aproveitarem, se a sugestão de Carlos Porto não cair no vazio

surpresa desagradável. Habituado a trabalhar a sério vai descobrir que nós andávamos a brincar. Então não querem lá ver: se o cinema era naquele tempo uma actividade vulgaríssima como é que diabo não existem documentos filmados daqueles espectáculos? Incrível!

Queremos dizer com a nossa: se viessemos num país em que a Cultura não fosse tratada como uma bola de farrapos jogada num canto da rua, far-se-ia o registo em filme dos espectáculos «O Círculo de Giz Caucasiano», do Grupo 4, e «Tambores na Noite», do Teatro da Cornucópia.

Sonhos, n'é?

● CENTRO PORTUGUÊS DO I.I.T.

Realizou-se na sede da S.P.A. uma reunião de gente ligada ao teatro para discussão e aprovação dos estatutos e eleição dos corpos gerentes do Centro Português do Instituto Internacional de Teatro que desse modo fica legalizado como associação cultural dotada de personalidade jurídica. Esta reunião veio em consequência de uma anterior realializada em Agosto e durante a qual Luís Francisco Rebello e Rogério Paulo narraram o que foi a odisseia do Centro que aqueles homens de teatro, juntamente com outros, pretenderam organizar contra a vontade do regime fascista.

O IIT foi criado em Junho de 1948 em Praga e compreende actualmente 55 países membros espalhados por todo o Mundo, segundo informação que colhemos no respectivo Boletim. «Esses Centros são compostos de representantes profissionais de todas as disciplinas ligadas ao teatro; as suas actividades nacionais e internacionais são permanentes. Os objectivos do IIT são os seguintes: informaçao, acçao e investigaçao em todos os domínios do teatro. A informação, para permitir aos criadores teatrais, onde quer que se encontrem, conhecer os trabalhos e as realizações dos seus camaradas e a encontrá-los sempre que possível. A acção, sob a forma de realizações a curto ou a longo prazo de colóquios, seminários e realizações como o Teatro das Nações, Dia Mundial do Teatro, etc. A investigação, sob os seus diferentes aspectos, teatro experimental, teatro popular, teatro na educação, etc. Desde 1965. os esforços do IIT têm sido especialmente dirigidos paraa os problemas da juventude e do Terceiro Mundo que tem 26 membros».

De acordo com este programa, o Centro Português propõe-se assistir o Instituto «no cumprimento das suas diversas missões, e nomeadamente favorecer e assegurar o intercâmbio e a permuta de informações, conhecimentos e manifestações relacionadas com o teatro entre Portugal e os demais países, considerando este como um instrumento ao serviço da paz e da cooperação entre os povos».

Foram eleitos para os corpos gerentes do Centro: Luís Francisco Rebello, Rogério Paulo, Maria Helena Dá Mesquita, Fernando Gusmão, Marcelo Filipe Simões, João Vieira, Fernando Serafim, Rui Martins e Pedro Osório (Conselho Excutivo). Fernando Midões, Mário Jacques e Fernanda Alves (Conselho Fiscal). Artur Ramos, César de Oliveira e Carlos Porto (Assembleia Geral).

C. P.

Espectáculos

CICLO COMEÇOU ONTEM

Falar de Rivette sem o conhecer

Jorge Leitão Ramos

Será preciso dizer antes do mais que de Rivette não sei? Que este cineasta de poucos filmes, de longuíssimos e belos trabalhos, de palavras doces e breves e lúcidas, é para mim, para nós portugueses de aqui sem idas a Paris nem exílios (e talvez por isso um pouco orgulhosos do nosso pouco e esforçado conhecimento) um desconhecido factual que **A religiosa** revelou e de que sabemos por discurso indirecto, relatos e textos lidos aqui e acolá?

Importa, porém, falar de Rivette. Não tanto porque dele saibamos o suficiente, nem porque o ofício tem destes ossos, mas talvez apenas para expressar uma impaciência quiçá juvenil por uma obra que agora chega, directa, quase quase integral, pelas mãos de uma instituição de caridade cultural, a Gulbenkian, de quem ficamos agradecidos e obrigados. E à espera de mais.

Rivette é, portanto, o autor de **A religiosa**, filme sucesso entre nós e que, em França, provocou a célebre carta de Godard ao ministro da Kultura Malraux onde aquele apelidava o ministro de «cobarde, ou talvez simplesmente fraco, velho e cansado, o que vem a dar no mesmo» (e ninguém recordou este facto na recente morte de Malraux). Porém, antes disso, Rivette é um dos mais importantes críticos da «Gazette du cinema» e, depois, dos «Cahiers» de que foi chefe de redacção de 1963 a 1965. Teórico da «transparência», defensor de Hawks e esteio da consequente corrente crítica dentro dos «Cahiers», pedra angular da política dos autores, Rivette não terá sido um crítico tão violento quanto Truffaut nem um cineasta tão rasgadamente revolucionário quanto Godard mas não é menos importante que aqueles nos dois campos de que se ocupou.

De assistente de Renoir a cineasta esparso. Rivette conta apenas com sete trabalhos na longa-metragem: **Paris nous appartient** (1958/60), **A religiosa** (1965/66), **L'amor fou** (1967/68), **Out one** (1970), **Celine et Julie vont en vateau** (1973/74), **Duelle** (1975) e **Noroit** (1976).

Sete trabalhos que veremos na retrospectiva em curso, com excepção de **Outone** (que dura 12 horas e 40 minutos e de que vem a versão **spectre** de 3 horas e 20 minutos, única difundida comercialmente), todos invariavelmente longos (como longo é o prazer), demasiado para os não apaixonados do cinema, tão só breves de mais para todos os que dele sentem o fascínio. «O maior cineasta francês», «absolutamente genial», tais são alguns epitetos com que o laurearam críticos da estranja.

Por cá, por aqui, apenas o desejo de com ele tomar contacto, qualquer coisa como uma iniciação que agora vai poder ter lugar. Aos filmes voltaremos, um destes dias.

O horário do Ciclo

O Ciclo de Jacques Rivette, que ontem se iniciou na Fundação Gulbenkian com a projecção do filme «Paris nous appartient» segue, **hoje**, às 21 e 30 no Grande Auditório da Fundação, à Avenida de Berna, com o filme «L'Amour fou», de 1968.

Amanhã, dia 11, projecta-se às 15 horas, ainda no Grande Auditório, «Out one», realizado em 1972. Outros filmes do ciclo:

Dia 14: «A religiosa» (1966), no Auditório Dois, às 18 horas com legendas em português.

Dia 17: «Celine et Julie Von en bateau» (1974), às 18 horas no Grande Auditório.

Dia 18: «Duelle» (às 15 e 30), no Grande Auditório. «Noroit» (1976), às 21 e 30 no Grande Auditório.

O filme «Noroit» encerra o Ciclo de Jacques Rivette e estrear-se-á primeiro em Lisboa do que em Paris.

PUB.

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

os comediantes

APRESENTAM

«DO TEATRO AO CAIS DO SODRÉ»

de José Daniel Rodrigues da Costa

—

Encenação de Fernando Heitor

—

ESTREIA AMANHÃ ÀS 21.45 horas

Não acons. a men. de 13 anos

RIGOROSAMENTE PROIBIDO A ADULTOS

ADÓQUE teatro
NG MARTIM MONIZ · TEL 87 44 76

ESTREIA AMANHÃ ÀS 16 HORAS

«OS OPERÁRIOS DO NATAL»

ESPECTÁCULO INFANTIL PARA TODAS AS IDADES

LOTAÇÃO ESGOTADA NA ESTREIA

DOMINGO: «MATINÉE» ÀS 14.30 HORAS

TEATRO ABERTO
P de ESPANHA metro PALHAVÃ telef 77 09 69

grupo 4 apresenta

O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO

ÀS 21 e 15

SÁBADO TAMBÉM ÀS 15 e 30

Domingo, 12: Descanso

2.ª FEIRA: Ás 21 e 15

PUB.

INSTALADO NA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES

TODAS AS NOITES ÀS 21.30 H. (JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

O PÚBLICO CONTINUA A APLAUDIR COM GRANDE ENTUSIASMO
A NOVA COMPANHIA DO MAIOR E MAIS ALEGRE ESPECTÁCULO DO ANO

CIRCO MARIANO

(O VOSSO CIRCO)

EMP. HENRY TONY

VENHAM VER EM TODOS OS ESPECTÁCULOS, A ALEGRIA DAS CRIANÇAS E ADULTOS

HEIDI • PEDRO • AVÔ ALP • YUKI

• DUAS PARELHAS DE PALHAÇOS •

"OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS"

1.ª vez em Portugal vindos dir. de Inglaterra "OS ELEFANTES BEBÉS"

IMPORTANTE: NO CIRCO MARIANO, O MAIS LUXUOSO DE PORTUGAL, NÃO CHOVE, AS CADEIRAS SÃO ESTOFADAS E TEM AQUECIMENTO GERAL
ATENÇÃO: PREÇOS ESPECIAIS PARA ESCOLAS, COLÉGIOS E ORGANIZAÇÕES DE FESTAS. CONTACTAR c/ HENRY TONY, TELEF. 291 10 62 OU NO CIRCO

ESPECTÁCULOS TODAS AS NOITES, AS 21,30 HORAS • QUINTAS e SÁBADOS: «MATINÉES», ÀS 16.30 HORAS • DOMINGOS e FERIADOS: 2 «MATINÉES», AS 15 e 18.00 HORAS
(AS BILHETEIRAS ABREM ÀS 17 HORAS. DIAS DE «MATINÉE», ÀS 11 H.) PARA TODOS

Televisão

Hoje

I PROGRAMA

1.º Período

13.30 **Ciclo Preparatório TV**
18.05 Fecho

2.º Período

18.30 Abertura e **Estúdio Velho, Gente Nova**
19.00 **Abre-te Sésamo**
19.30 **Tropicália** — pioneiros do cinema brasileiro: a contribuição portuguesa (2.ª parte). Reportagem de Reinaldo Varela e José Manuel Coelho. Coordenação de Fernando Penalva. Apresentação de Milton Pinheiro. Produção e direcção de Oliveira Pinto.
20.00 **Momento Desportivo**
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.10 **Comunicação ao País** — pelo ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás.
21.24 **Melomania** — um programa de João de Freitas Branco e de Augusto Cabrita.
22.15 **«Sandokan»** — série de aventuras do famoso herói criado por Emílio Salgari. Intérpretes: Kabir Bedi (Sandokan), Philipe Leroy (Yanes de Gomera), Carole Andre (Mariana), Andrea Giordana (Sir William Fitzgerald), Hans Caninenberg (Lord Guillonk), Milla Sannoner (Lucy), Renzo Giovanpietro (Dr. Kirby) e Adolfo Celi (Sir James Brooke). Realização de Sergio Sollima.

Sandokan e Brooks encontram-se, finalmente, frente a frente, mas o «tigre» está agrilhoado...

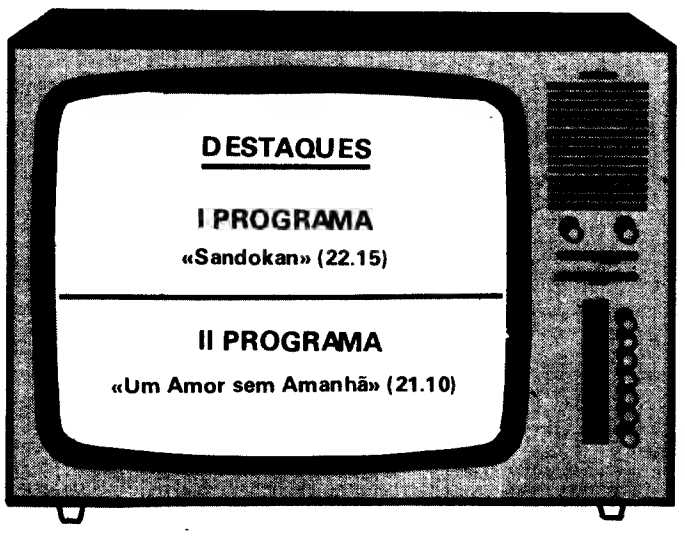
23.20 **Telejornal**
23.40 Fecho

II PROGRAMA

20.28 Abertura
20.30 **Telejornal**
21.10 **«Um Amor sem Amanhã»** — intérpretes: Patty Duke, James Whitmore, Anne Baxter, Pat Hingle e Frank Liu. Realização de George Mc Cowan.

Uma jovem americana casa secretamente com um japonês. No dia que vão informar os pais da noiva, os japoneses atacam Pearl Harbour...

22.25 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

. . . .**14.00**: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **14.30**: Série Filmada — «A Bela Mariana»; **15.00**: Ida e Volta — programa sobre problemas de trânsito; **15.50**: «Janosik» — série polaca; **16.35**: «Gentes, Mercados e Músicos; **17.15**: A Bota das Sete Léguas; **17.45**: Animação — coordenado por Vasco Granja; **18.20**: Bailado — «Duo», com os solistas do Bolchoi Ekaterina Maximova e Vladimir Vassiliev; **19.15**: «Espaço 1999» — com Martin Landau, Barbara Bain e Barry Morse; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição; **21.20**: O Mundo Tribal — O Reino do Bronze; **22.00**: Humor — com Nicolau Breyner; **23.25**: Fecho.

II PROGRAMA

. . . .**20.30**: Abertura e Telejornal; **21.30**: Animação — cinema de animação; **22.00**: Cinemateca — «Rito ou Rita?», filme produzido em 1927 por Reinaldo Ferreira; **23.00**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Vítor Batista: inquérito e afastamento da selecção

Os federativos de futebol tornaram público um comunicado em que dão conhecimento oficial, ao Benfica, do relatório do chefe da comitiva a Chipre (cor. Carrilho do Rosário), solicitam ao Conselho de Disciplina um processo-inquérito a Vítor Baptista, embora salientando que **há mais matéria para foro médico que disciplinar** e, entretanto, suspendem o jogador benfiquista da representação nacional.

Outros castigos emitidos na Praça da Alegria, espalham-se por futebolistas de 2.º plano, participantes na «Taça de Portugal» e nos campeonatos secundários. Todavia, são de salientar punições financecas a vários clubes: eniche, Famalicão, Infesta, Vilafranquense, Febres, Avintes, Sporting de Lamego, Alferrarede, Lusitânia de Lourosa, Bucelenses, Salgueiros, Juventude de Évora, Naval 1.º de Maio, Oriental, Marinhense e Sanjoanense. Mais: multas (!) de 500 escudos ao treinador Mário Morais (Sporting de Espinho) e aos massagistas Joaquim Cavacas (Gouveia) e Luís Duarte (Caldas), em medidas que ninguém pode admitir por (como temos salientado assiduamente) contrariarem frontalmente a lei geral deste país. Portanto (e até que alguém esclareça bem este assunto) o dinheirinho das multas só vai parar aos cofres federativos se os lesados acharem por bem abrir os cordões à bolsa. Certo ou errado?

«CHICOTADAS»

Prosseguem, por aí fora, as «chicotadas psicológicas», fruto de confuso entendimento a respeito de resultados futebolísticos pouco airosos, que a maioria de dirigentes mal esclarecidos, atribui sistematicamente à presença de «treinadores inadaptados». Esta semana, mais duas «corridas em osso»: o uruguaio Milton Trinidad deixa o Olhanense, cedendo temporariamente o lugar ao jogador Luis Carlos, enquanto Janos Hrotko é chamado para conversações; o espanhol Vinueza deixa o Oriental, para onde regressou (já) João «Faia». De qualquer modo, uma curiosidade: menos estrangeiros ficam ao serviço do futebol português.

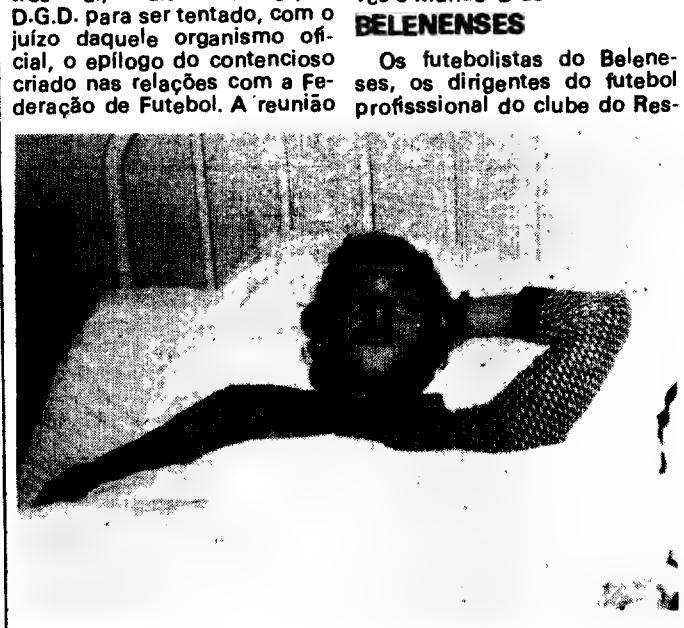
ÁRBITROS

A Comissão Central de Árbitros vai, mais uma vez, à D.G.D. para ser tentado, com o juízo daquele organismo oficial, o epílogo do contencioso criado nas relações com a Federação de Futebol. A reunião terá lugar na próxima segunda-feira.

Entretanto, na Comissão Regional de Árbitros do Porto houve eleições. A Comissão Técnica daquele órgão ficou assim constituida: Bastos da Silva, Aníbal Franquinho e Joaquim Azevedo. O antigo árbitro Correia da Costa foi escolhido para a direcção regional. Por seu turno, a Comissão Técnica dos Árbitros Portugueses é integrada por Teixeira Ribeiro, Armando Paraty, Guilherme Alves e Manuel Dias.

BELENENSES

Os futebolistas do Belenenses, os dirigentes do futebol profisssional do clube do Restelo e ainda o presidente directivo (cor. Marcelino Marques) tiveram ontem uma reunião, em que a posição do técnico Carlos Silva foi analizada, daí resultando um reforço da situação do presidente do Sindicato dos Treinadores que, não obstante alguns desaires, tem manifestado capacidade e trabalho à frente do «plantel» de Belém.



O futebolista Artur, veio de Chipre com queixas: e, ontem, com «inflamação da pleura direita, atípica, de diagnóstico reservado», recolheu ao quarto n.º 1, da Clínica Cabral Sacadura. Mais uma baixa no «team» de Mortimore para Portimão

BENFICA

Além de Artur, há mais lesionados no «plantel» benfiquista. Moinhos ainda não pode treinar com bola, Alhinho queixa-se de uma rotura em ligamentos laterais, Alberto foi suturado com 10 pontos na região frontal esquerda (acidente sofrido no jogo com o Calipolense, em Vila Viçosa), Cavungi e José António acusam dores musculares.

PORTO

Completamente recuperado, o treinador José Maria Pedroto voltou à actividade. Perante o Académico, as Antas vão ver em acção o seu comandante.

SELECÇÕES

O Comité Técnico da Federação convocou 39 futebolistas com vista aos treinos das selecções de Portugal «A» e das «Esperanças», que defrontam as respectivas selecções da Itália, nas noites de 22 de Dezembro (num dos estádio se Lisboa, em jogo de catácter particular) e no dia 23, no Funchal (Madeira) este a contar para o torneio europeu da UEFA.

Nomes dos jogadores: Paulo Costa (Académico); Cardoso (Atlético); Carolino, Francisco Mário, Albertino e Nogueira (Boavista); Amaral, Isidro e Melo (Belenenses); Eduardo Luís (Marítimo do Funchal); Rodrigues Dias (Montijo); Taí, Freitas, Octácio, Oliveira, Tibi, Teixeira I e Gomes (Porto); Bento, Pietra, Toni, Chalana, Nené, Moinhos, Eurico, José Luís e Barros (Benfica); Sousa (Beira-Mar); Inácio, Laranjeira, José Mendes, Manuel Fernandes, Matos, Barão e Libânio (Sporting); Rebelo e Formosinho (Vitória de Setúbal), Festas e João (Varzim).

Eusébio e Abel, no regresso da Venezuela. Dois «goleadores» que passaram pelas fileiras do Benfica, estão novamente juntos, desta feita no Beira Mar que, com o cartaz de maior prestigio do futebol nacional, começa a cobrar dividendos de um frutuoso investimento

Benfica em Assembleia

Esta noite, o Benfica reúne-se em assembleia geral, no pavilhão da Luz. Os trabalhos, que devem ser dirigidos pelo dr. Martins Canaverde, vão circunscrever-se a cinco capítulos:

Apreciar e votar o Orçamento Suplementar para o ano de 1976, nos termos do n.º 6 do Art.º dos Estatutos do clube:

Apreciar e votar o Orçamento Ordinário para o ano de 1977, nos termos do N.º 6 do Art.º 26.º dos Estatutos e da alínea b) do N.º 1 do Art.º 134.º do Regulamento Geral do Clube:

Eleger, ao abrigo do N.º 11 Art.º 26.º dos Estatutos e da alínea b) do N.º 2 do Art.º 134.º do Regulamento Geral do Clube, uma Comissão encarregada de elaborar uma lista para a eleição a que se refere o N.º 2 da referida disposição estatutária.

Apreciar e votar uma proposta para a extinção da Comissão de Estudo e Gestão e criação de uma Comissão de Recolha de Fundos para a Amortização do Passivo;

Conceder autorização à Direcção para aquisição, a título gratuito, de um terreno sito na Lagoa da Albufeira, nos termos e para os efeitos do N.º 8 do Art.º 26.º dos Estatutos.

Porto: natação faz crise

Tudo sugere que o «caso Lord» provocou uma cisão na directiva do F.C. Porto. Depois do dr. Américo Sá (presidente dos «azuis-brancos») ter colocado o voto de qualidade (decisivo) na demissão do treinador britânico de natação, aparecem demissões na gerência portista: José Maria Santos e Delfim Ferreira (responsáveis pelo sector de actividades amadoras) pediram escusa dos cargos, seguindo o exemplo já tomado por Júlio Santos.

Lord: um ponto de vista, talvez uma atitude impensada. Dr. José Santana: a defesa do seu prestígio pessoal, a salvaguarda da categoria natatória de sua filha (Paula Santana). No meio de tudo isto, a «Comissão de Pais de Nadadores», que está frontalmente em oposição ao presidente Américo de Sá e de braço dado com o técnico inglês. Um imbróglio que pode (até) provocar uma assembleia extraordinária nas Antas.

EXCURSOES FIM DE ANO

ALGARVE
Torralta (4 dias)..... 930$00
H. D. João II (4 dias) 1600$00

MADEIRA
(5 dias)..... 3340$00

AÇORES
(5 dias)..... 5200$00

TÂNGER
(5 dias)..... 5150$00

LONDRES
(4 dias)..... 4900$00

INFORMAÇÕES E RESERVAS
BUISSON
VIAGENS TURISMO
RUA BRAAMCAMP, 15 - D
Tels. 40459 - 40468 - 560388
Telg. BUISTOUR-Telex 12762
UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 15, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1976

Alvo Desportivo, 121 1x1 11x 111x; Auto-Rádio, 1x1 1x1 x1x 1xx2; Boletim Desportivo, 1xx 2x1 x11 21xx; Estúdio 64, 1xx xx1 x1x 1x22; Jornal da Graça, 122 2x1 111 1x12; Manchete Desportiva, 121 x11 x11 1111; Miscelânea Musical, 122 111 111 1111; Montra do Êxito, 221 x11 211 x12x; Música e Desporto, xx1 1x1 11x 11xx; Penalti, 121 121 111 1112; Placard Desportivo, x21 111 111 112x; O Primeiro de Janeiro, 12x x21 211 1x1x; Programa da Manhã, 12x x11 111 111x; Rádio Alvo, x2x x21 x11 1112; Panorama, 1xx 11x 111 1xxx; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Só Rádio, x21 2x1 21x x111; A Voz dos Ridículos, xxx x11 x1x 121x; Rádio Totobola, 12x 111 x11 x1xx; Correio do Douro, 121 211 x11 11x1; O Comércio de Leixões, x2x 121 x11 11xx; O Concelho de Estarreja, 12x 111 x1x 1xx1; Correio de Coimbra, 12x x11 111 1112; Correio do Vouga, 12x 111 111 1112; A Defesa, 121 1x1 x11 11xx; Diário de Coimbra, 121 1xx x11 111x; Diário de Lisboa, x2x xx1 211 xx22; Ecos de Cacia, 121 2x1 11x 111x; Estrela da Manhã, x2x 121 211 11x2; Eu Sei Tudo, 121 121 211 1x12; Jornal de Gaia, x2x 111 x11 2x12; Folha do Domingo, 12x 2x1 211 1x12; Gazeta das Caldas, x2x 1x1 211 1x21; O Jornal de Felgueiras, 12x 1x1 11x 1x11; Jornal de Sintra, x21 121 211 11x2; Linhas de Elvas, 1x1 1x1 111 1112; Litoral, 12x 1x1 21x 112x; Maria da Fonte, 12x 111 x11 x221; Mundo Desportivo, 12x 221 x11 1112; O Norte Desportivo, 1xx 221 x11 12xx; Notícias de Évora, 12x 1x1 x11 11x1; Notícias de Felgueiras, 12x xx1 x11 111x; Notícias de Gouveia, 222 x21 211 11x2; Notícias de Guimarães, 122 121 x11 x12x; Notícias das Caldas, 2xx 11x 211 xxx1; A Ordem, 12x x11 111 1x12; Póvoa de Lanhoso, 22x 121 211 2111; Presença Coimbrã, x2x 1xx 211 xx1x; Programa Sem Nome, 12x xx1 111 x1x1; Quadrante Desportivo, x2x x11 x11 1x1x; Quadrante Norte, 121 x11 111 x121; Rádio Sports, 121 111 211 11x1; Reconquista, 121 xx1 211 11x2; Renovação, 121 211 211 1121; Repórter do Dia, 12x 211 211 x122; Resenha Desportiva; 12x 1x1 21x 2x21; Radiodifusão Portuguesa-Desporto, 12x x11 x1x 1111; Primeiro Andamento, 1xx 121 x1x x2x1; Dimensão 3, 22x 111 111 2xx1; A Voz das Beiras, x1x x22 211 1111; A Voz do Domingo, 1xx 1x1 211 11x2; Voz de Lamego 121 1x1 211 2122; A Vox de Palmela, xxx 221 2x1 2112; Objectivo, x2x 121 x11 2x1x; Paju Desportivo, 1x2 x21 21x x1x2.

16ª. ÉPOCA

	RESUMO 1	RESUMO X	RESUMO 2	BOLAS 1	BOLAS X	BOLAS 2
1. GUIMARAES - VARZIM	44	16	5	8	3	1
2. PORTIMONENSE - BENFICA	2	13	50	1	2	9
3. LEIXOES - BELENENSES	21	39	5	4	7	1
4. BEIRA-MAR - BOAVISTA	35	19	11	7	3	2
5. MONTIJO - SETÚBAL	24	24	17	5	5	2
6. PORTO - ACADÉMICO	60	4	1	10	1	1
7. ATLÉTICO - ESTORIL	18	23	24	3	1	5
8. SPORTING - BRAGA	64	1	0	11	1	1
9. GIL VICENTE - LOUROSA	51	14	0	9	3	1
10. RIOPELE - FAFE	44	13	8	8	3	1
11. UNIÃO LEIRIA - AC.VISEU	42	19	4	8	3	1
12. COVILHÃ - FEIRENSE	30	22	13	6	4	2
13. ALMADA - BARREIRENSE	21	21	23	4	4	4

a) Nos termos do Artº. 13º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:
12X 11ouX1 211 1112

Desporto

AO SECRETÁRIO DE ESTADO

Aveiro agradece presença do andebol

O dr. Joaquim de Sousa, secretário de Estado da Juventude e Desportos, visita hoje diversas colectividades do distrito de Guarda e Coimbra, depois de (ontem) ter estado em contacto com problemas desportivos de Viseu, Lamego, Nelas e Castro Daire.

Entretanto, uma nota a destacar: em ofício remetido ao dr. Joaquim de Sousa, a Associação de Desportos de Aveiro agradece, **em nome do andebol do distrito**, a escolha do pavilhão aveirense para a realização do embate internacional que contava para o «mundial» (entre o Luxemburgo e as Ilhas Faroe), aplaudindo a mãos juntas a acção da Federação de Andebol (dirigida por José Gomes Machado) **não descansando de elogiar** o elenco federativo pela possibilidade que deu à juventude do distrito de assistir a treinos das turmas estrangeiras, entre explicações de técnicos clubistas. Para além disso, colóquios sobre arbitragem mereceram o melhor interesse, tudo isso se reflectindo em progresso (evidente) para o andebol nacional.

Recorde-se que, para oferecer condigno cenário ao embate Luxemburgo-Ilhas Faroe, foram realizadas obras no pavilhão de Aveiro, orçadas em cerca de 150 contos. Todavia, são melhoramentos que ficam já ao dispor de praticantes de múltiplas actividades desportivas.

PORTUGAL

ATLETISMO

Carlos Lopes e Anacleto Pinto correm amanhã, em Londres, nos terrenos circundantes do famoso Cristal Palace, um «cross» na distância de 8000 metros. O prof. Mário Moniz Pereira estará ao lado dos atletas portugueses.

BARREIRO

Esta noite (21 horas) há assembleia geral extraordinária dos associados do Luso do Barreiro. A futura orgânica do clube está em equação.

HOMENAGEM

O massagista Gil de Abreu (12 anos de serviços prestados ao Casa Pia) é amanhã homenageado, no intervalo do jogo Casa Pia-Cova da Piedade e, mais tarde, num jantar que deve reunir muitos adeptos do «ganso».

HÓQUEI PATINADO

O pavilhão de Alvalade tem hoje a sua inauguração hóquista, com dois jogos a contar para o «Torneio de Abertura»: Académica da Amadora-Benfica e Sporting-Cascais. A ronda completa-se no pavilhão do Barreiro, com os embates Oeiras-Sotto Mayor e Cuf-Salesiana. Os programas iniciam-se pelas 21 e 15.

O F.C. Porto tem novo supervisor do seu hóquei patinado: o técico Armando Brito, que esteve na última temporada ao serviço do Valongo.

MOTOCROSS

É amanhã (pelas 14 horas) que o Sport Futebol Damaiense promove a final do «Troféu Sumol», em minimotocross. A data inicialmente prevista não foi utilizada devido ao denso nevoeiro que cobria o local das provas.

LÁ FORA

BASQUETEBOL

O TSKA (de Moscovo) venceu o Real Madrid, por 11-92, em partida de basquetebol disputada no pavilhão dos desportos da capital espanhola, a contar para o grupo das meias-finais da «Taça dos Clubes Campeões Europeus». Ao intervalo, oTSKA vencia por 52-42. Recorde-se que o Real Madrid ostenta o título mundial e, em toda a sua história, raramente foi batido em casa própria.

SUÉCIA

O tenista Bjorn Borg, vencedor do torneio de Wimbledon deste ano, foi eleito o desportista sueco de 1976, pelo clube dos Jornalistas Desportivos da Suécia.

Bjorn Borg recebeu 1.219 pontos batendo Ingemar Stenmark, (vencedor da «Taça Mundial» de esqui alpino) que teve 1 078 pontos. Em 3.º lugar ficou Anders Garderud, campeão olímpico e recordista mundial dos 3.000 metros obstáculos.

LITÍGIO NO AUTOMOBILISMO

Construtores versus organizadores

O conflito declarado, surgido entre os construtores de automóveis de Fórmula 1 e os organizadores dos «Grandes Prémios», pode fazer perigar a realização do próximo campeonato mundial desta fórmula, que envolve interesses em vários países do globo.

Os construtores (agrupados em Associação) opõem-se a negociar com a «World Championship Racing» (WCR), entidade criada pelos organizadores dos campeonatos mundiais de Fórmula 1, no sentido de defenderem os seus interesses.

A Associação de Construtores pretende negociar individualmente cada campeonato com os organizadores de cada um dos diferentes países onde têm lugar as competições.

Se a disputa continuar, a Argentina seria o primeiro país a ser prejudicado, por estar já programado para o próximo dia 9 de Janeiro a realização do «Grande Prémio» argentino.

Entretanto, Juan Manuel Fangio, cinco vezes campeão mundial de Fórmula 1, que neste momento se encontra em Paris (em representação do Automóvel Clube da Argentina) declarou aos jornalistas que tenciona informar Buenos Aires acerca da intenção da Associação de construtores de negociar directamente com os responsáveis organizadores do circuito argentino.

Por outro lado, o presidente da F.I.A. (Federação Internacional de Automobilismo) declarou em Paris, que marcara para o próximo dia 16 uma reunião com os representantes dos sectores em litígio, a fim de tentar resolver este diferendo. Perante este conflito, a Imprensa parisiense faz eco das apreensões de vários pilotos, entre os quais o antigo campeão mundial (Emerson Fitipaldi, do Brasil) que declarou estar em perigo, não só a disputa do «Grande Prémio da Argentina», mas também todo o campeonato mundial de Fórmula 1 de 1977.

OS MELHORES DO ANO

Os dez melhores desportistas franceses no ano de 1976 foram os seguintes, de acordo com a opinião de jornalistas e críticos desportivos. 1. Guy Drut, atletismo; 2. Raymond Poulidor, ciclismo; 3. Jacques Secretin, ténis de mesa; 4. Equipa Olímpica de hipismo; 5. Michel Platini, futebol; 6. P. Depailler, automobilismo; 7. Jean Garaiale, golfe; 8. Perrine Pelin, esqui; Jean Luis-Legrand, andebol; 10. Jean-Baptiste Piedvache, pugilismo.

O facto mais destacado da vida desportiva francesa foi a denúncia feita por Grut Drut (recordista mundial dos 110 metros barreiras e medalha de outo nos Jogos Olímpicos de Montreal) de que tinha recebido importâncias em dinheiro para participar, como amador, em competições desportivas.

BÉLGICA

A ausência de Eddy Merckx é a nota mais saliente da lista dos dez melhores desportistas de 1976, na Bélgica, a qual apresenta no primeiro posto o ciclista Freddy Maertens, campeão do Mundo de ciclismo, da modalidade de fundo.

Segundo a opinião de peritos, cronistas e críticos desportivos, a lista dos melhores desportistas belgas é a seguinte: 1. Freddy Maertens, ciclismo; 2. Ivo Van Damme, atletismo; 3. Roger de Coster, motociclismo; 4. François Mathy, equitação; 5. Raymond Ceulemans, bilhar; 6. Roger Van Gool, futebol; 7. Gaston Rahier, motociclismo; 8. Karel Lismont, atletismo; 9. Ludo Coeck, futebol; 10. Anne Marie Pira, atletismo.

Os factos mais estacados do desporto belga foram os seguintes:

A equipa de futebol do Anderlecht ganhou a «Taça das Taças» em futebol e venceu, depoi, a «Super-Taça», ao derrotar o Bayern de Munique, vencedor da «Taça dos Campeões Europeus.

O caso de Eddy Merckx, o mais destacado ciclista belga de todos os tempos.

A presença da representação belga nos Jogos Olímpicos de Montreal.

PUB

GRANDE EMPRESA
DA CINTURA INDUSTRIAL DE SETÚBAL
ADMITE:

ESCRITURÁRIO/A

OBJECTIVO GENÉRICO DA FUNÇÃO:

Elaboração de processos de abono de família, subsídios de casamento, subsídios de funeral e respectivos contactos com a caixa de previdência.

EXIGE:

1 — Bons conhecimentos sobre regulamento geral de previdência.
2 — Conhecimentos de Arquivo.
3 — Prática na função (3 anos)

OFERECE:

1 — Vencimento de acordo com experiência e com normas em uso na Empresa.
2 — 13.º mês no fim do ano ou parte proporcional ao número de meses de trabalho.
3 — 1 mês de férias no ano civil imediato ao de admissão.
4 — 100% de subsídio de férias.
5 — Comparticipação em transportes.
6 — Refeições subsidiadas em refeitórios na Empresa.

As respostas com curriculum profissional devem ser enviadas o mais brevemente possível a este jornal.

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

PLENÁRIO SINDICAL EXTRAORDINÁRIO

Dois problemas de fundo afligem o conjunto dos professores :

A garantia de emprego e o aumento do custo de vida. Os órgãos governamentais e a Assembleia da República aprestam-se para tomar decisões sobre estas questões (lei dos despedimentos, Orçamento Geral do Estado, aumentos salariais para a função pública, etc.).

Essencial que os professores enquanto corpo assumam as suas posições face a estes problemas.

A aproximação do final do período lectivo faz com que essas decisões tenham que ser tomadas em Plenário num prazo bastante curto.

Assim, a Direcção Sindical convoca os professores de todos os sectores de ensino para um Plenário Sindical extraordinário a realizar no dia 14 de Dezembro, 3.ª feira pelas 21.30 horas na FIL (Pavilhão I) com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS :

1. **Colocações**
2. **Proposta de aumento salarial**

A DIRECÇÃO SINDICAL

teatro do bairro alto
R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

3.º MÊS
SÓ HOJE E AMANHÃ
ÚLTIMOS DIAS
todas as noites às 21.45

A PARTIR DE 15 DIAS 15, 16 e 17 às 21.30; 18 e 19 às 18 e às 21.30 20, 21 e 22 às 21.30

Caminhos de Ferro Portugueses

Geral

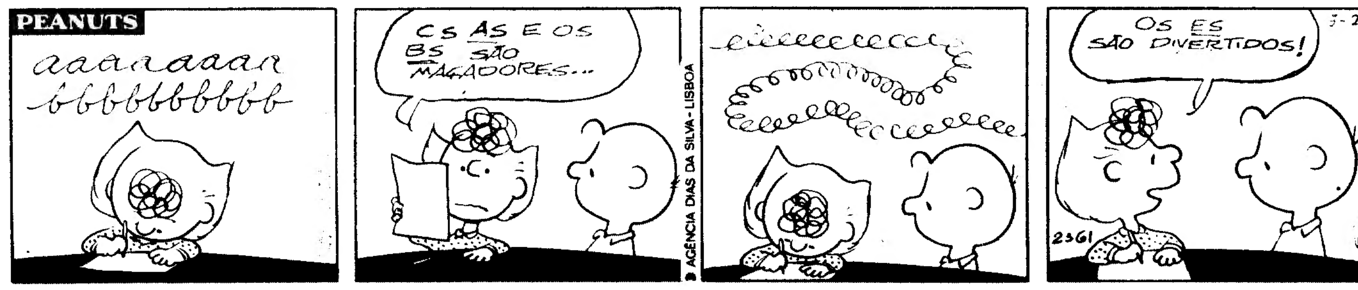
Militares à paisana podem assistir a comícios

Vários leitores têm-se-nos dirigido perguntando se os militares podem ou não assistir a comícios e outras sessões de natureza política.

Trata-se de um problema que há meses foi abordado diversas vezes pelo general Vasco Lourenço nas suas visitas a unidades da Região Militar de Lisboa. Sobre esta matéria o governador militar de Lisboa, mais palavra menos palavra, dizia que os militares deveriam manter uma conduta isenta e apartidária, isto é, deviam deixar as suas opções à porta de armas, sem que no entanto isso significasse que estavam proibidos de as ter. O que não podiam era colocar a arma ao serviço de opiniões pessoais. Salientava também que os militares podiam assistir a comícios ou sessões de carácter político desde que não estivessem uniformizados e neles não interviessem como oradores, membros de mesas ou qualquer outra qualidade idêntica.

Entretanto, colocado este problema ao Estado-Maior do Exército, fomos remetidos para um articulado do Código Disciplinar, promulgado pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas o qual diz que os militares no activo não devem «assistir uniformizados nem tomar parte de mesas, fazer uso da palavra ou exercer qualquer outra actividade em comícios ou reuniões públicas, de carácter político, a menos que estejam devidamente autorizados».

Esta medida abrange todos os militares no activo dos três ramos das Forças Armadas. Delà se infere portanto que os militares, quando à paisana, podem assistir aos comícios ou sessões semelhantes, desde que não interfiram nos mesmos.



Inspecções militares começam em Janeiro

O Estado-Maior do Exército divulgou um comunicado sobre as inspecções militares do próximo ano, e modo de funcionamento das Juntas de Recrutamento, que é do seguinte teor:

«Dá-se conhecimento a todos os mancebos nascidos em 1957 e todos aqueles que, tendo mais de 20 anos e menos de 45, nunca foram presentes a qualquer junta de Recrutamento, que as inspecções militares têm início no próximo dia 17 de Janeiro. As Juntas de Recrutamento funcionarão nas cidades de Braga, Porto, Vila Real, Lamego, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Lisboa, e Évora.

Os editais convocatórios com indicação de dia, hora e local, onde os mancebos se devem apresentar, serão afixados mensalmente nas Juntas de Freguesia ou Regedorias. Dado que as convocações são mensais, chama-se a atenção dos interessados para a necessidade de consultarem os editais convocatórios que irão ser afixados todos os meses a partir de Dezembro, inclusive.

Os mancebos deverão apresentar-se às Juntas munidos de cédula de recenseamento, Bilhete de identidade, documento comprovativo da profissão (se a tiverem) e certificado de habilitações literárias. Os mancebos que ainda não tenham em seu poder a cédula de recenseamento devem solicitá-lo desde já nas Câmaras municipais ou nas administrações de bairro (Lisboa e Porto) por onde foram recenseados.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco, chovia em algumas regiões do Norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

VISEU

Máxima .... *19,4°*

Mínima .... *6,4z°*

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado; vento fraco a moderado predominando de Sudeste; possibilidades de períodos de chuva a partir da noite.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO .... 15°
PORTALEGRE ... 10°
LISBOA .... 12°
FARO .... 15°
FUNCHAL .... 13°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.03	3,9 m	10.46	1,0 m
17.25	3,7 m	22.56	1,1 m
Dia 11			
5.37	3,9 m		
18.02	3,6 m	11.26	1,1 m
Dia 12			
6.15	3,8 m	23.08	1,2 m
18.45	3,6 m	13.12	1,2 m

AMANHÃ

NASCER ÀS _ 7.45
OCASO ÀS _ 18.15

DIA 14 DIA 21 DIA 28 DIA 1

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 2 3/4 %		275$	
Cons. 3 %	300$	300$	305$
Cons. 3 1/2 %	-	350$	355$
Centenários		800$	-
Tes. 5 %		850$	
Tes. 10 %	500$	500$	505$
Extern. 1.ª - s.		450$	-
Extern. 1.ª - c.		450$	-
Extern. 3.ª - s.	-		-
Extern. 3.ª - c.	-	500$	-
Caut. 3.ª - s.	-	-	-
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	-	740$	-
C.M.L. 5 3/4 %		770$	-
C.P. 5 1/2 % — 67		650$	-
C.P. 5 1/2 % — 68		620$	
C.P. 5 1/2 % — 69	-	620$	720$
Corr. 5 3/4 %		780$	800$
Metr. 5 3/4 %		820$	
Tur. 5 3/4 %		860$	-
C.P. 6 3/4 %	-	820$	-
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58		680$	-
G. 5 % — 59		670$	-
G. 5 % — 62	-		-
G. 5 % — 63	-	-	-
G. 5 % — 64	-	-	-
G. 5 % — 65		-	-
G. 6 % — 67	-	730$	-
G. 6 % — 69	-	720$	
G. 7 %	-	850$	900$
H.E.A.A. 5 %	-	650$	-
H.E.C. 5 %	-	620$	
H.E.C. 6 %	-	760$	-
H.E.D. 5 %		600$	-
H.E.D. 6 %	-	750$	-
H.E.N.P. 5 %	-	700$	-
H.E.S.E. 5 %	725$		
H.E.S.E. 6 %		720$	730$
H.E.Z. 5 % — 57		620$	-
H.E.Zêz. 6 %		750$	-
N. Elec. 5 %		620$	-
N. Elec. 6 %		700$	-
Termoel. 5 %		600$	
U.E.P. 5 % — 60	-	-	700$
U.E.P. 5 % — 63		800$	-
U.E.P. 6 %		700$	-
U.E.P. 7 %		720$	-
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56		710$	-
A.P.T. 5 % — 58		670$	
Lisnave 6 %		750$	-
Nitratos — 60		620$	
Pet. 2.ª e 3.ª	825$	750$	-
Sacor 7 %		825$	
Sacor 5 % — 54	-		
Sacor 5 % — 60	620$	750$	
Sid. 5 % — 2.ª		610$	630$
Sid. 5 % — 3.ª		620$	
Sid. 5 % — 4.ª		620$	
Socel 5 %			-
R. Fabril — 67	-	720$	
R. Fabril — 68		720$	750$
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %			500$
Rev. 5 % — 57			
Rev. 5 % — 59-60			
Moçambique 5 %			
Sonefe 5 %			
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico			
F.I.D.E.S.			

Que Azeite!
Que zeitinho!
Azeitissimo

Copaz,
o Azeite.

Maria Orízia, Lda.

CONVOCATÓRIA

Convoca-se todos os sócios da sociedade Maria Orízia Ld.ª para assembleia geral a efectuar no próximo dia 20 do mês de Janeiro na sua sede na Rua do Carmo n.º 51, 2.º andar, D, em Lisboa, pelas 19 horas a fim de deliberar a dissolução da mesma.

O sócio-gerente
Maria Orízia Roque

BARES - BOITES
RESTAURANTES
TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7 13 Telef. 364859°368197. Rosy Stripteaseuse**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/264621/264946**

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA PESSOA

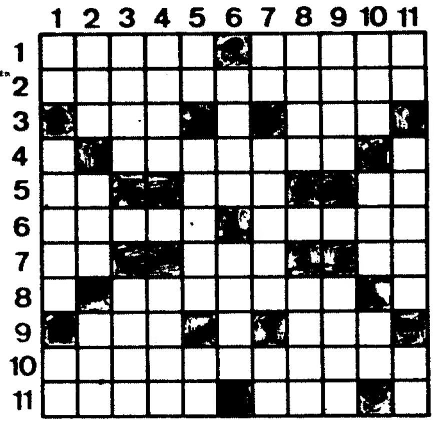
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11627

HORIZONTAIS:

1 Sopeiras. Termina.
2 Amachucaras.
3 Agora. Leve.
4 Séries de arcos.
5 Nesse lugar. Sulca a terra. Rádio (s.q.)
6 Três mil e duzentos em romano. Região alpestre dividida entre a Áustria e a Itália.
7 Rio de Itália. Gosta muito de. Nota musical.
8 Enrubesceras.
9 Terceiro. Pêlos de certos animais.
10 Desviaremos.
11 O mesmo que engomou. Estima.



VERTICAIS:

1 Apelido. O que exala cheiro repugnante. Prata (s.q.).
2 Espádua. Íntimo. Árvore do arquipélago da Malásia.
3 Preposição. Remam para trás.
4 Lavrar. Metal precioso de cor amarela.
5 Senhor. Agarrar. Pronome pessoal.
6 Vila e sede de concelho (Aveiro). Suga o leite materno.
7 Átomo. Pôr data em. Batráquio.
8 Carruagem (Gir. Bras). Acolá.
9 Pernadas de sobreiro. Caruma.
10 Cofre. Lista. Isolado.
11 Campeão. Guardar segredo. Abreviatura de Santíssimo.

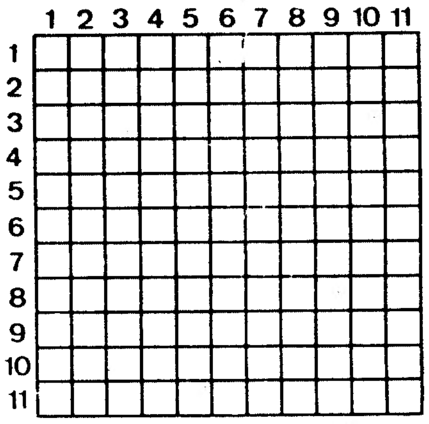
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7687

HORIZONTAIS:

1 Árvore indiana. Bolor.
2 Extrairam.
3 Seguia. Doidos. Césio (s.q.).
4 Cume. Capas sem mangas.
5 Medida de líquidos da Holanda e Suíça. Rainha de Inglaterra que foi decapitada na Torre de Londres.
6 Escarnecido. Poeta trágico latino nascido em Roma em 170.
7 Vareiras.
8 Idem. Observes. Abreviatura da palavra inglesa mister (senhor).
9 Espécie de xarope usado principalmente em confeitaria. Gíria.
10 Despachas. Ave pernalta.
11 Cabo da costa de Portugal. Lavras.



VERTICAIS:

1 Fértil. Estacionar num lugar.
2 Gemer. Oferecia.
3 Campeão. Dois mil e quatro em romano. Lírio.
4 Bosque. Pesadelo nocturno (Bras. fam).
5 Ferro temperado. Diademas.
6 Içai. Item.
7 Anel. Antiga e grande barca dos rios Tigre e Eufrates.
8 Assunto. O mesmo que caipira (Bras).
9 Preposição. progenitores. Família.
10 Freguesia do concelho de Sousel (Portalegre). Irmã.
11 Serra de Portugal. Plantas Têxteis do Ceará.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11626

HORIZONTAIS:

1 Sagan. Tocar.
2 ÁGUA. Cama.
3 Mor. Mós. Ras.
4 Aripo. Oledo.
5 Abar. Lapa.
6 Ata. Anã.
7 Ra. SÃ.
8 EM. CORPO. Ar.
9 Sisal. Ruara.
10 Tão. SAO.
11 Al. In. Agá.

VERTICAIS:

1 Sama. Cresta.
2 Agora. Amial.
3 Guriba. Só.
4 Aa. Pataca.
5 Mora. Olon.
6 Mo. Pr.
7 Sola. Proa.
8 Oc. Lançou.
9 Carepa. Asa.
10 Amada. Sara.
11 Raso. Faraós.

PROVÉRBIO: Água sã em corpo são.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7686

HORIZONTAIS:

1 Lâmia. Aviva.
2 El. Soldo. At.
3 Catas. Italo.
4 Omar. Anel.
5 Op. Aba. Er.
6 Arraial.
7 Comer. Riana.
8 Ar. Samos. Os
9 Eu. Sós. Sra.
10 Marat. Areal.
11 Aramá. Sã. Sá.

VERTICAIS:

1 Leco. Aca. Má.
2 Álamo. Orear.
3 Tapam. Ura.
4 Isar. Res. Am.
5 Aos. Arrasta.
6 Oba. Mo.
7 Adi. Airosas.
8 Vota. Ais. Rã.
9 Anela. Sé.
10 Valer. Noras.
11 Atol. Casala.

farmácias de serviço

LISBOA
TURNO 26
(Até às 22 horas)

(Encerram para almoço das 13 às 15 horas)

Almeida — Rua Silva Carvalho, 136. Tel. 681726.
BERNE — Av. de Berna, 44-A. Tel. 773568.
BRISÁLIA — Av. Rio de Janeiro, 66, 66-A (Tel. 722368.
CANTO — Estr. Laranjeiras, 202-B. Tel. 780841.
CARDOTE, LDA. — Av. Visconde Valmor, 28-A-C Tel. 772291.
CENTRAL DO AREEIRO — Avenida de Paris, 2 2-A. Tel. 720820.
CENTRO FARMACÊUTICO — Rua Portas de St.º Antão, 88. Tel. 321211.
DURÃO — Rua Garrett, 90-92 Tel. 324166.
ELMA — Rua D. Maria Pia, 358-A. Tel. 686176.
HIGIENE — Rua Cidade Vila Cabral, Lote 43 (Olivais). Tel. 310026.
IDEAL — Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A. Tel. 892803.
LÍDIA ALMEIDA — Cal. da Ajuda, 170. Tel. 637318.
LYS — Rua da Esperança, 17-19 Tel. 660913.
MARLUZ — Calçada da Pichelaria, 140-B-C. Tels. 720703-728395.
MARTINS, LDA — Rua Fernão de Magalhães, 33 Tel. 849448.
MONTE (do) — Rua Senhora do Monte, 30-A-B Tel. 867842.
MUNDIAL, LDA — Largo D. Estefânia, 10 Tel. 45578.
PATULEIA, Herd. — Alam. Linhas de Torres, 262-B Tel. 790332.
PINTO — Rua Campolide, 11-A Tel. 682610.
RIBEIRO E CASTRO — R. Braamcamp, 52-C Tel. 43409.
ROMA — Av. Roma, 85-B. Tel. 772466.
ROMANO BAPTISTA — Rua Passos Manuel, 6-10. Tel. 570593.
SANTA CRUZ — Av. Gomes Pereira, 34-A. Tel. 704828.
SANTA LUZIA — Rua Saudade, 2-B. Tel. 869831.
SANTO AMARO — Rua Filinto Elísio, 29-A-B Tel. 637070.
S. MIGUEL — Praça Francisco de Morais, 1. Tel. 771459.
SOUSA MARTINS — Rua Sousa Martins, 25 Tel. 553468.
ZIONAL — Rua Morais Soares, 56-C Tel. 847708.

PERMANENTE

ALMEIDA — Rua Silva Carvalho, 136. Tel. 681726.
BRISÁLIA — Av. Rio de Janeiro, 66, 66-A Tel. 722368.
LÍDIA ALMEIDA — Calçada da Ajuda, 170, Tel. 637318.
ROMANO BAPTISTA — Rua Passos Manuel, 6-10 (Tel. 570593.
SANTA CRUZ — Av. Gomes Pereira, 34-A. Tel. 704828.
SANTA LUZIA — Rua Saudade, 2-8. Tel. 869831.
SOUSA MARTINS — Rua Sousa Martins, 25. Tel. 553468.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Cabrita, Miraflores
ALCABIDECHE
Carvalho. Até às 21 horas
PORTO SALVO
Porto Salvo. Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (T.2432039). Até às 24 e das 0 às 9 horas
OEIRAS
Central, R.Conde Ferreira, 29 (T.2430058). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central. Até às 24 e das 0 às 9 horas
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 21 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, B.das Caixas de Previdência (T.2472948). Até às 24 horas; Junqueiro. Até às 21 horas
ESTORIL
Ostende, R.de Espinho, 1 (T.260391). Das 24 e das 0 às 9 horas
MONTE ESTORIL
Suiça, Cruzeiro (T.260087). Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 horas
CASCAIS
Nova, E.de Alvide, Fontainhas (T.281044). Até às 21 horas; Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Helénica, R.Elias Garcia, 2 (T.933613). Toda a noite; S.Jorge, R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T.938703). Até às 22 horas; Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518). Até às 22 horas; Carmele, R.Elias Garcia, lote 28 (T.033303). Até às 22 horas
DAMAIA
Lemos, R.de Goa, 21-A (T.971121). Até às 22 horas
QUELUZ
Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T.951841)
CACÉM
Araújo e Sá, E.de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)
MEM MARTINS
Química, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Vila (T.2930155)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.243137)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)
ALMADA
Nuno Álvares, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 39 (T.2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T.2040141)
BARREIRO
Santa Marta, R. Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (T.2072141)
COVA DA PIEDADE
Garcia Reis, R. Dr. Alberto Araújo, 19-A
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Montepio, R.Almirante Reis, 93 (T.2310035)
SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 21 (T.233028)
SETÚBAL
Lisboa, R.Dr. Paulo Borba (T.22248); Saião, Av. Portela (T.22709)
SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 11

ATÉ ÁS 22 HORAS

Campos, R.Padre Luis Cabral, 943. Foz: Alves Moreira, Av. Rodrigues de Freitas, 16: Maia, R.do Campo Alegre, 192 Monte dos Burgos, R.do Monte dos Burgos, 802: Aliança, R.da Conceição, 2: Botelho, R.da Alegria, 863: Estácio, R.Sá da Bandeira, 120: Lidador, R.do Lidador, 171

TODA A NOITE

Menezes-de Lima, P.Dr. Pedro Teotónio Pereira, 227: Clérigos, R.dos Clérigos, 36: Cruz, R.de Costa Cabral, 1082: Guarani, R.Pedro Hispano, 367

COIMBRA

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

VILAÇA — Rua Ferreira Borges, 132. Tel. 22043.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»
VASCO SANTANA
2130 (13 anos)
«O Escritório»
COLISEU
21.30 (10 anos)
«2.ª Olimpíada de Circo»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)
«Tambores na Noite»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»
S. LUIS 21.30 (13 anos)
«Tudo no jardim»
Teatro Aberto
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
ÁDOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«A Grande Cegada»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«História com Grades»
CIRCO MARIANO
21.30 (6 anos)
Alameda D. Afonso Henriques»

LISBOA/Cinemas

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Um Dia de Cão»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Loucuras Porno»
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Sexo Porno»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«O Último dos Duros»
JARDIM
21.45 (18 anos)
«Eu não Perdoo, eu Mato»
MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«O Bombista Louco»
PARIS
21.15 (13 anos)
«O Ouro»
OLÍMPIA
Sessões Permanentes 18 anos)
«Marilyn e o Senador»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«Kung-Fu contra os 7 Vampiros»
PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«O Cerro dos Enforcados»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O Caso do Pervertido Sexual»
RESTELO
21.15 (13 anos)
«O Rolls-Royce Amarelo»
SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Easy Rider»
VOX
21.15 (18 anos)
«Afeição»
ROCIO
Sessões Perman. (18 anos)
«A Trama»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (13 anos)
«Frankenstein Júnior»
AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Perfume de Mulher»
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Aaina»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (6 anos)
«Perdeu-se um Marido»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Tudo a Postos nada em Ordem»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«O Processo Dimitrov»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Um Dia de Cão»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«Ouro»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«A Mulher, o Amor e o Ódio»
CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Exibição»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (6 anos)
«A História de Fernão Capelo Gaivota»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«A Semana do Assassino»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
21.15 (13 anos)
«O Gendarme Casa-se»
TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Médicos e Mulheres»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
SALÃO BEBÉ
21.15 (18 anos)
«Regresso às Cavernas»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«Um Detective Acima da Lei»
OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«Gigantes em Duelo»
CARLOS ALBERTO
21.15 (6 anos)
«Heidi na Montanha»
JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«007 Vive e Deixa Morrer»
SÁ DA BANDEIRA
1.30 (18 anos)
«Macumba»
RIVOLI
(18 anos)
«O Soldado Azul»
COLISEU
21.15 (13 anos)
«A Irmã Rebelde»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Meu Deus ao que eu Cheguei»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»
ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«À Espera de Julgamento»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Por Quem vamos Morrer»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Os teatros eróticos de Paris»

cinemas

ALVALADE

T. 897490 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de

4.ª Semana

HEIDI

um filme de Werner Jacob

Para todos

APOLO 70

T.763319 14,16.30,19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos)
VittorioGassman, AlessandroMomo
Agostina Belli

PERFUME DE MULHER

7.ª Semana

Hoje às 24,00 horas —

Grupo D (18 anos)

VIAGENS COM A MINHA TIA

AVIS

T.47163 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos
31.ª Semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERNA

Tel. 776098 Hoje estreia às 21.15

O espectáculo que toca o coração do público!

FILHAS, FILHAS, SÓ FILHAS

Um filme de Moshe Ophir

Para todos

Hoje às 14,00, 16,30 e 19,00 ultimas exibições do filme

OS 3 MOSQUETEIROS, OS DIAMANTES DA RAINHA

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

PARA TODOS

CASINO ESTORIL

T.264996 264998 17.00 e 21.15

Não acons. a menores 18 anos

OURO

CASTIL

Tel 630194 15.00, 17.00, 19.00 21.15

O MONSTRO

(La Bete)

Interdito a menores de 18 anos
3.ª semana
Este filme contém cenas eventualmente chocantes
Amanhã em antestreia
EMANUELLE E FRANÇOISE
Int. m. 18 anos

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito menores 18 anos

O MISTÉRIO DA CASA ABANDONADA

Real. Daria Argento

EDEN

Tel. 320768 14, 16.30, 19 e 21.15

Não Acons. a men. de 18 anos

James Mason, Susan George, Pierry King em

MANDINGO

3.ª Semana

Um filme de Richard Fleischer

ESTÚDIO

Tel. 555134 15, 17, 19 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
O IMPÉRIO DOS SENTIDOS
9.ª Semana
Contém cenas eventualmente chocantes

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 1645, 19 e 21.15

(Interdito a men. de 18 anos

FESTA PRIVADA
c/ Isle Camsgard
3.ª Semana

IMPÉRIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.10

Jean-Paul Belmondo é

O IMPLACÁVEL

(L'aspagneur)

Num filme de Philippe Labro

3.ª Semana

Não acons. a menores de 18 anos

LONDRES

Tel. 801313 14,16.30,19 e 21.30

Nao acons. m. 13 anos

A FLAUTA MÁGICA

Atenção: o filme é exibido logo no início da sessão

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30, 21.15

Nao acons. menores 18 anos

PARA QUE SERVEM OS AMIGOS?

com Anthony Queen, Michael Caine

NIMAS

Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

Meio ano de lotações esgotadas

O Chile de Allende e Pinochet

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
uma maravilha musical indiana
4.ª Semana
MILI

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

JUSTINE E JULIETTE

A empresa considera

este filme como pornográfico

POLITEAMA

Tel. 323805 14.15, 16.30, 19, 21.15

Interdito men. 18 anos
Audaciosa revelação sexual
NÃO SAIAS DA MINHA CAMA
Contém cenas event. chocantes
4.ª Semana

RESTELO

T.610375 21.15 h

Não acons. men. 13 anos

ROLLS-ROYCE AMARELO

ROMA

Tel. 727778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O MERCENÁRIO

ROXY

Tel. 48560 14.15,16.30,18.45 21.15

James Mason, Susan Georg, Perry King em

MANDINGO

Um filme de Richard Fleischer

3.ª semana

Não acons. a men. de 18 anos

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15, 21.15

Charles Bronson
O COMBOIO DO INFERNO
3.ª semana
Não acons. a menores de 13 anos

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência!

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

um filme de Walt Disney

Falado em Português

6.ª s mana

UNIVERSAL

Tel. 774402

As 15, 19 e 21 h.
O INIMIGO PRINCIPAL
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 13 anos)
As 17 h.
SANGUE DE CONDOR
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 18 anos)
Às 23 h.
CORAGEM DO POVO
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 13 anos)

D. JOÃO V

Tel. 971794 às 21.15

Int. men. 18 anos

ISABELLA, DUQUESA DO DIABO

COLISEU

Telef. 361997 Para todos
2.ª OLÍMPIADA DE CIRCO!
Só até ao dia 11
Todas as noites às 21,30 h.
Quintas e sáb. matinée ás 16 h.
Domingos e feriados 2 matinées às 14,30 e 17,15 h.

radio

1.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Canções da Europa; **17.30**: Orquestras; **18.00**: Música portuguesa: **19.00**: A Agricultura que Nós Temos por António Rico Calado; **19.45**: Música instrumental; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Conjuntos instrumentais; **20.50**: Esclarecimento eleitoral: **21.00**: 10.º episódio do folhetim «O Jogral de Deus — S.Francisco de Assis», numa versão original de Álvaro Martins Lopes — contraponto — opinião; **00.00**: Último jornal; **00.15**: Jazz; **00.30**: Música variada; **01.00**: Música na noite; **02.00**: Ronda nocturna — trabalhadores das telecomunicações.

2.º Programa

16.00: Intercâmbio musical; **16.30**: Sinfonia n.º 101, em ré maior, «O Relógio», de Haydn; **17.00**: Quinzena polaca; **17.30**: Quinzena polaca; **18.15**: Música de órgão; **18.50**: Conjuntos de câmara; **19.30**: As palavras dos músicos; **20.00**: Duas obras de Beethoven; **21.00**: Transmissão de parte do concerto «non stop» realizado no Teatro S.Luiz; **23.00**: Música coral à capella; **23.28**: Intercâmbio musical; **00.28**: Solos de piano; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.10**: Casos ao acaso; **16.20**: Teatro em variante; **16.40**: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina; **17.10**: Prevenção e saúde; **18.00**: Contacto; **19.30**: Trabalho de fundo; **20.15**: Correspondência Londres; **21.00**: Música para meditar; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.03**: Nocturno; **24.00**: Nocturno (continuação); **00.15**: Pequena enciclopédia radiofónica; **00.30**: Improviso; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Entardecer; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **19.30**: Romance de uma cidade (repetição); **20.15**: A voz da esperança; **21.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão Total em Estereofonia

19.00: Em órbita; **20.00**: Programa da noite; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08**: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.53**: Apelos; **21.05**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.05**: Trifónico; **23.30**: Dicionário de economia; **00.00**: Meditando; **02.00**: Encerramento da estação.

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

O abraço ao presidente no dia da independência

M.P.L.A. tem vinte anos

A República Popular de Angola comemora hoje o vigésimo aniversário da fundação do MPLA. Na capital angolana, além de representantes dos países vizinhos, encontram-se, em nome de Portugal, delegações do PS, do PCP e do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Festeja-se, na verdade, uma data importante. Em 1956, angolanos evoluídos aperceberam-se que o seu país não mais deveria depender dos Ministérios de Lisboa e tão-pouco do capitalismo internacional.

Agostinho Neto (que tinha sofrido prisão nas masmorras da PIDE) foi, por assim dizer, o pólo para o qual convergiram as vozes que clamavam pela autodeterminação, pela maioridade, pela independência.

Os anos foram passando — e no dia 4 de Fevereiro de 1961 a população negra de Luanda assaltou as cadeias e pôs em liberdade quem lá se encontrava em cumprimento de pena injusta. Pode dizer-se que a partir desse dia o regime fascista português enfrentava o desafio de todo um povo. A guerra colonial foi-se processando, com muitas mortes de ambos os lados, caindo sobre nós, portugueses, o desprezo da democracia de numerosos países.

Um tempo triste: quem não se lembra ainda dos paquetes mobilizados a deixarem Alcântara, pejados de tropa, com as mães a dizerem um último adeus aos filhos...? Sim: por vezes era um último adeus.

A guerra em breve teve mais duas frentes: Moçambique a Guiné. E nos jornais da Metrópole ia surgindo, semana após semana, o Serviço Informativo das Forças Armadas: uma notícia de morte, sempre e sempre.

... Eis que surge o 25 de Abril de 1974. Foi, então, o fim da guerra colonial. Guiné-Bissau torna-se independente, Moçambique também, Angola finalmente em 11 de Novembro de 1975. Mas respeitando a data libertadora dos «capitães de Abril», há que lembrar também aqui, nestas linhas de evocação, o ano de 1956 ano em que se constituiu o Movimento Popular de Libertação de Angola...

Nigéria já tem embaixador

O primeiro embaixador da Nigéria em Portugal, Ignatius Julius Dawer Durlong, foi hoje recebido em Belém pelo Presidente da República, general Eanes, a quem entregou as suas cartas credenciais.

O embaixador nigeriano em Portugal,é um diplomata de carreira que anteriormente representou o seu país na Holanda, Japão e Itália. Antes de entrar para a carreira diplomática, Ignatius Durlong desempenhou durante alguns anos as funções de secretário-geral do ministério da Educação da Nigéria.

Foi este diplomata que em Março deste ano esteve em Portugal para proceder à abertura oficial da primeira missão diplomática da Nigéria em Lisboa, a qual tem estado deste então confiada a um encarregado de negócios.

O embaixador Durlong apresentando credenciais

Um homem baleado recusa identificar-se

No Hospital de S. José, encontra-se internado um homem que terá sido barbaramente espancado (apresenta pluritraumatismo) e alvejado com um tiro de caçadeira. Pormenor insólito: o homem recusa identificar-se.

Segundo moradores no lote 435 da Rua da Manhiça (Olivais) o indivíduo em questão tentara introduzir-se ali, tendo sido surpreendido por um inquilino, Nunes, e por outros residentes, a «experimentar» a porta. Ao ver-se descoberto esta é a versão dos moradores o homem tentou agredir o Nunes com um chapéu de chuva (a sua única arma). Aí, este inquilino empunhara uma caçadeira e, quando o outro o tentou desarmar, ele disparou, atingindo-o na perna esquerda.

Sabe-se portanto quem disparou o tiro, desconhecendo-se contudo quem espancou o homem. Pela sua parte, este recusa declinar a sua identidade.

"Pide" em liberdade

Continuação da pág. 1

ma ao «Menino Jesus»!

. Durante o julgamento foram ouvidas seis testemunhas de defesa. Segundo o libelo lido no tribunal, o Manuel da Silva Clara dirigiu na extinta D. G. S. os serviços «reservados» e foi chefe da subdirectoria do Porto da P. I. D. E.

O acordão do 4.º Tribunal, embora reconheça que o réu era membro do pessoal dirigente da P. I. D. E., leva em consideração na sentença o «bom comportamento anterior do réu e o facto de este cumprir ordens dos seus superiores e, ainda; a ausência de apresentação de qualquer queixa e de qualquer prova de violências exercidas pelo «pide». Daí os 11 meses e a liberdade para mais um «pide».

Entretanto a Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas tornou público um telegrama que enviou aos órgãos do poder protestando pela pena aplicada, pelo mesmo 4.º Tribunal, quando condenou o chefe de brigada Alberto Raul de Carvalho a 5 anos de suspensão dos direitos políticos. Segundo o texto, a Lei 8/75 contínua a ser posta em causa pelos mesmos que põem em causa a Revolução e por isto a direcção sindical «expressam claramente o seu mais vivo protesto face à sentença proferida, conscientes de interpretarem o sentimento de indignação dos trabalhadores que representam.»

Eleições

Continuação da pág. 1

F.E.P.U., como é o caso da Lista Unitária do Castelo - XI, da Comissão Eleitoral de Moradores de S. Cristóvão - XIV, da Lista Unitária das Mercês - XX, da Lista da Comissão Unitária de Santiago - XVIII, da Comissão Unitária Eleitoral de Santos - I, da Lista Unitária da Pena - XV, da Lisba de Moradores de Sacramento - XIV, da Lista Unitária de Santa Maria de Belém - XVII, dos Moradores Independentes de S. Francisco Xavier - II, da Lista «Pela Freguesia, pela democracia» da Freguesia da Sé - X, da Lista Unitária de Moradorres de S. Domingos de Benfica - V, da Lista Unitária da Ameixoeira - XVI, e da Lista Unitária de Carnide - VII.

Os primeiros resultados eleitorais provisórios deverão ser conhecidos na tarde de segunda-feira.

Lisboa sem água

Continuação da pág. 1

drenagem do aqueduto atingido pela criminosa explosão, que ontem à tarde foram observados pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, deverão estar concluídos ao fim da tarde de hoje, o que permitirá fazer afluir a água a Lisboa a partir das últimas horas da madrugada de amanhã. A reposição do reabastecimento será depois feita de forma progressiva, prevendo-se que, na próxima segunda-feira, a situação fique quase restabelecida na capital e na maior parte dos concelhos envolventes.

FORÇAS POLÍTICAS TOMAM POSIÇÃO

O Partido Comunista Português distribuiu esta manhã uma nota repudiando vivamente o atentado que provocou uma restrição drástica de água à cidade.

Afirmando que o atentado bombista «visa claramente criar uma situação de perturbação, intranquilidade e insegurança em vésperas do acto eleitoral do próximo domingo», o P.C.P. afirma que o atentado tem por objectivo «criar uma situação generalisada de incómodo e de descontentamento pela alteração das condições normais de vida da população, para seguidamente pela via das insinuações e calúnias, lançar a dúvida sobre os verdadeiros responsáveis e procurando assim criar receptividade às soluções repressivas e antidemocráticas da direita e da reacção, da mesma direita e da mesma reacção que coloca as bombas».

Por outro lado, um comunicado distribuído esta manhã, a F.S.P. afirma que «o bombismo e o terrorismo, como armas da direita, continuam a atacar o povo através de acções criminosas».

Classificando de «cobardes» os ataques bombistas, a Intersindical pergunta, num comunicado distribuído esta manhã, a quem interessam estes atentados e se não serão as classes mais desfavorecidas as mais prejudicadas com a falta de água que resultou do ignóbil atentado. A resposta, afirma-se no comunicado, só pode ser uma: «as forças reaccionárias pretendem a desordem para impor a sua ordem. A ordem da repressão, da opressão e do fascismo».

Nome

O FADO E O CRAVO

Numa quinta dos arredores de Lisboa, propriedade do matador Amadeu José dos Anjos, realizou-se recentemente o I Encontro Nacional de Comandos, com a presença do coronel Jaime Neves, do coronel Soares Carneiro, presidente da Associação de Comandos e — segundo o próprio Jaime Neves — «chefe incontestável da família comando». Para além dessas «personalidades» registava-se a presença do tenente-coronel Roberto Ferreira Durão, de Manuel de Portugal («Tempo»), e do coronel António Dias Machado, presidente do Tribunal Militar do Porto. Durante o Encontro houve tourada (com vacas da ganadeira dos irmãos Oliveira), febras, chouriço e vinho, discursos e fado. Jaime Neves disse que «custe o que custar há-de seguir até ao fim». Soares Carneiro pediu «mais força de querer, mais determinação para atingir o que Jaime Neves disse ser o nosso dever». Roberto Ferreira Durão acha que «comandos são todos os portugueses». Manuel de Portugal enalteceu «a coragem indómita daqueles que permitiram todo um povo continuar Portugal». O fadista Carlos Zé cantou um fado, especialmente aplaudido: «Nunca mais te darei um cravo...»

. Embora os cravos tenham murchado, no nosso país, desde o 25 de Abril, o que será que, depois de todos esses discursos e da letra deste fado, os oradores, os comandos e o fadista nos querem dar em troca?...

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM OUTUBRO: 40 930 EXS.

À atenção de um democrata nu

1. Quando a reacção com sede em Rio Maior começou a apertar o cerco, os trabalhadores portugueses fizeram vigilância. Vigilância popular.

2. Era preciso defender o **nosso** país e isso queria também dizer, na altura, defender os **nossos** postos de alta tensão, os **nossos** canos da água, as sedes dos **nossos** partidos e dos nossos sindicatos...

3. Quando, em vésperas do 25 de Novembro correu o boato (?) de que os fascistas se preparavam para dinamitar postos de alta tensão e condutas de água, a Intersindical apelou para a vigilância. A vigilância fez-se.

4. A partir do 25 de Novembro consta que passámos a ser uma democracia à europeia, com repulsa por votos de braço no ar, participação directa, iniciativa popular e movimentos de massas; passámos a ter órgãos responsáveis em quem delegar e, portanto, delegámos. Delegámos também a vigilância.

5. Por causa de um telegrama enviado para Coimbra apelando para a vigilância, a Intersindical foi mesmo acusada, no Relatório, de querer apropriar-se de postes de alta tensão e de canos de água.

6. Não há, e se houver será muito mal recebida a nível oficial, vigilância popular. Parece que é uma prepotência. Continuamos pobres, mas voltámos a ser bem educados e a vigilância popular é coisa pouco parlamentar, pouco disciplinada, tão mal comportada como, digamos, uma Revolução.

Portugal é agora um país com boas maneiras.

7. É este tema para meditação que proponho aos democratas enquanto hoje, ao fim da tarde, lerem, nós, este jornal, dentro de uma banheira sem água.

ANA MARIA ALVES

ESTANTES PRÁTICAS E DECORATIVAS

para cada problema, uma solução prática e económica

ESTANTE METÁLICA
formada com 4 conjuntos

Cada conjunto

2 Calhas de 82,5 cms.
(Esmaltadas a Branco)
3 Prateleiras de 70 x 22 cms.
(Cores Cinza ou Amarelo)
8 Suportes, Parafusos e Buchas.

Fácil montagem!... Faça você mesmo!

ALFREDO A. MOREIRA, LDA.
(a Casa dos Berbequins)

Venha já ou peça pelo correio a cobrança - R. Ferreira Borges, 16 - Lisboa - Tel. 662146/668656
Loja Hobby no Drugstore Apolo 70 - Av. Júlio Dinis, 10 - Tel. 774094 - Lisboa
Loja Hobby no Drugstore Alvalade - Praça de Alvalade - Lisboa - Tel. 804913
Lojas Hobby abertas todos os dias até à meia-noite

Queiram enviar-me ..... conjuntos nas côres, Cinza ou Amarelo (Riscar o que não interessa) por 350$00 cada + 55$00 por conjunto para portes.

Nome

Morada